

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO PROPOSTAS POR
AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE 1970 A 2005

REBECA SZCZAWLINSKA MUCENIECKS

MARINGÁ
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

**POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO PROPOSTAS POR AGÊNCIAS
INTERNACIONAIS DE 1970 A 2005**

Dissertação apresentada por REBECA SZCZAWLINSKA MUCENIECKS ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. MARIA APARECIDA CECÍLIO

MARINGÁ

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

M942p Muceniecks, Rebeca Szczawlinska
Políticas de meio ambiente e educação propostas por
agências internacionais de 1970 a 2005 / Rebeca
Szczawlinska Muceniecks . -- Maringá, 2009.
138 f. : il.

Orientadora : Prof. Dr. Maria Aparecida Cecílio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, área de
concentração: Educação, 2009.

1. Educação - Meio ambiente - Políticas públicas. 2.
Educação - Meio ambiente - Agências Internacionais. 3.
Educação - Meio ambiente - Processos sociais, políticos e
econômicos. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa
de Pós-graduação em Educação. Área de concentração:
Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 372.83

REBECA SZCZAWLINSKA MUCENIECKS

**POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO PROPOSTAS POR AGÊNCIAS
INTERNACIONAIS DE 1970 A 2005**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Cecílio – UEM

Prof^a. Dr^a. Ileizi Luciana Fiorelli Silva – UEL – Londrina

Prof^a. Dr^a. Irizelda Martins de Souza e Silva – UEM

Maringá, 15 de dezembro de 2009.

Dedico a:

Meu esposo, Marcelo, companheiro amoroso e paciente;

Meus pais, Igors e Lúcia, que sempre se doaram para que eu tivesse o melhor;

Meu irmão, André, amigo querido;

Meus avós, tios e toda a família, que mesmo longe não me deixam sozinha, apoiando com amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que abriu os caminhos e me fortaleceu para que eu perseverasse;

À professora **Maria Cecílio**, pela orientação competente e afetuosa, pela serenidade que demonstrou desde que nos conhecemos e que tanto auxiliou na superação dos desafios;

À professora **Irizelda**, que proporcionou ao longo do percurso enriquecedores momentos de diálogos e sugestões, sem os quais o caminho teria sido mais penoso;

À professora **Ileizi**, pelas valiosas sugestões e encaminhamentos que contribuíram para a realização deste trabalho.

À professora **Amália**, pelas contribuições na banca de qualificação, que muito me auxiliaram a aparar as arestas necessárias.

À professora **Jani**, por seu apoio, amizade e confiança, sem os quais eu não teria vencido o primeiro dos desafios;

Aos **professores do Programa de Mestrado em Educação**, especialmente Ângela e Amélia, por todos os ensinamentos;

A todos os **colegas do Mestrado**, principalmente da linha de Políticas e Gestão da Educação, Sheila e Dominique, pelo companheirismo,

A todos os companheiros do **Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Gestão Educacional – GEPPGE**;

Aos **amigos e irmãos**, que apoiaram e entenderam minhas ausências.

Do ponto de vista de uma formação econômico-social superior, a propriedade privada do planeta nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda como a propriedade privada de um homem nas mãos do outro. Nem sequer toda a sociedade, uma nação, mais ainda, todas as sociedades contemporâneas juntas, são proprietárias da Terra. Somente são seus possuidores, seus usufrutuários, e devem melhorá-la, como *boni patres famílias*, para as gerações futuras (MARX, 1985).

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska. **POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO PROPOSTAS POR AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE 1970 A 2005.** 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Cecílio. Maringá, 2009.

RESUMO

Neste trabalho discutimos as políticas de meio ambiente e educação propostas pelo Banco Mundial e pela Unesco, junto a outras agências especializadas da ONU, a partir da década de 1970 até o ano de 2005. O debate sobre a problemática ambiental ampliou-se no decorrer desse período e alcançou dimensão internacional, passando a integrar a agenda das agências internacionais, incentivando a realização de grandes conferências e a produção de inúmeras publicações para a discussão do tema. Consideramos que os documentos produzidos no âmbito de tais conferências expressam os interesses das agências e balizam a elaboração de programas e ações a serem colocadas em prática pelos países signatários das mesmas. Compreendendo a relevância das recomendações, temos por objetivo analisar tais políticas e evidenciar os processos sociais, políticos e econômicos presentes em sua construção, destacando em que medida influem no desenho das políticas nacionais de meio ambiente e educação. Para tanto, estruturamos o trabalho em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira realizamos uma breve caracterização da sociedade capitalista, apreendemos como a problemática ambiental tornou-se presente nas discussões internacionais e integrou a agenda de agências internacionais e ressaltamos diferentes apreensões sobre o meio ambiente nessa sociedade. Na segunda examinamos a atuação de agências do sistema ONU nos países em desenvolvimento, em especial Banco Mundial e Unesco, atentando para os pressupostos teóricos que balizam as políticas por elas defendidas tanto na realização de conferências quanto na disseminação de publicações de alcance mundial. A terceira parte é destinada à análise de documentos referenciais produzidos na Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972), no Encontro Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado (1975), na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi (1977), na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992) e nos documentos para a implantação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015).

Palavras-chave: Meio ambiente; Educação; Agências Internacionais; Políticas Públicas.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska. **POLITICS OF ENVIRONMENT AND EDUCATION PROPOSAL BY INTERNATIONAL AGENCIES SINCE 1970 TO 2005.** 138f. Masters (Dissertation in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr^a. Maria Aparecida Cecílio. Maringá, 2009.

ABSTRACT

This work analyzes the politics of Natural Environment and education proposed by World Bank and by Unesco, between another specialized agencies of ONU, since 1970 to 2005. The debate about environment problematics had growth and reached international dimensions, leading to great conferences to be organized as also a large number of publications about the thematics to be writed. We consider that the documentation produced in midst of such conferences expresses the interests of the agencies itself and provides ground to programs and actions to be executed by the countries signataries of it. Understanding the importance of the recomendations, we have the objective to analyze that politics, and also clarify social, politic and economic processes present in their construction, stressing in wich measure exercises influence in the planning of the national politics of Natural Environment and Education. To that purpose, we build this work in three chapters, besides Introduction and Final considerations. In the first one we caracterized briefly Capitalist society, showed how the environment problematics became present in international discussions and integrated international agencies agenda. We also highlighted different understandings abput environment in that society. In the second chapter we had examined actuation of agencies of ONU in development countries, primarily World Bank and Unesco, considering theoretical presuppositions that guides politics defended by it quite as in realization of conferencies as in dissemination of mundial range. The third chapter means to analyze referential documents produced in the United Nations Conference on the Human Environment in Stockholm (1972), in the International Workshop on Environmental Education held in Belgrade (1975), in the Intergovernmental Conference on Environmental Education in Tbilisi (1977), in the United Nations Conference on Environment and Development held in Rio de Janeiro(1992) and in the documents of the implantation of the United Nations Decade for the Education for Sustentable Development (2005-2015).

Key words: Natural Environment; Education; International Agencies; Public politics

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA INTERNACIONAL	17
2.1 Caracterização da sociedade capitalista.....	17
2.2 A inserção do meio ambiente como tema para discussão internacional	54
2.3 Apreensões sobre o meio ambiente: economia ambiental e economia ecológica.....	68
3 AGENCIAS INTERNACIONAIS: A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	76
3.1 O modelo de desenvolvimento na sociedade capitalista.....	76
3.2 A constituição das agências internacionais como atores hegemônicos na sociedade capitalista.....	81
4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS E DIVULGADOS PELA UNESCO E BANCO MUNDIAL	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1: Crescimento anual médio da economia.....	30
TABELA 2: Social-liberalismo e Neoliberalismo.....	49
TABELA 3: Educação Básica na perspectiva do Banco Mundial e da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien.....	84
TABELA 4: Votos da Assembléia Geral da ONU sobre a necessidade de cancelar o bloqueio contra Cuba.....	88
TABELA 5: Principais Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas.....	90
TABELA 6: Objetivos específicos da Educação Ambiental na Carta de Belgrado.....	115
TABELA 7: As diretrizes de Educação Ambiental da Carta de Belgrado e os PCN.....	116
TABELA 8: As três grandes conferências da década de 1970.....	118
TABELA 9: Função dos participantes da Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....	123

LISTA DE SIGLAS

ADRS	-	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
AL	-	América Latina
ALBA	-	Aliança Bolivariana dos Povos das Américas
ALCA	-	Acordo de Livre Comércio das Américas
BM	-	Banco Mundial
COBRAPE	-	Companhia Brasileira de Agropecuária
DDT	-	Dicloro Difenil Tricloroetano
EUA	-	Estados Unidos da América
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IFOAM	-	Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica
MARE	-	Ministério da Administração da Reforma do Estado
MEC	-	Ministério da Educação
MMA	-	Ministério do Meio Ambiente
MERCOSUL	-	Mercado Comum do Sul
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAFTA	-	Tratado Norte Americano de Livre Comércio
ONG's	-	Organizações Não Governamentais
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCNs	-	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIEA	-	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	-	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	-	Programa Nacional de Educação Ambiental

SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
UE	- União Européia
UEE	- União Econômica Européia
IUCN	- União Internacional para a Proteção da Natureza
UIT	- União Internacional de Telecomunicações
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF	- Fundo Mundial para a Natureza

1 INTRODUÇÃO

As políticas de meio ambiente e educação apregoadas nos documentos do Banco Mundial e nos documentos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), juntamente a outras agências especializadas, vinculadas à plataforma ONU (Organização das Nações Unidas), a partir da década de 1970 até o ano de 2005, são objeto de análise no presente estudo.

O recorte temporal compreendido entre 1970 e 2005 tornou-se um procedimento necessário mediante a crescente importância que a problemática ambiental alcançou na década de 1970, alavancando a discussão do tema ao âmbito internacional. A evidência da preocupação com a interferência predatória do ser humano no meio ambiente, nessa década, concretizou-se na realização de três grandes conferências internacionais, respaldadas pela ONU e por suas agências especializadas. As conferências de Estocolmo (1972), Belgrado (1975) e Tbilisi (1977) representam o marco referencial para a discussão e definição das bases conceituais de educação para o meio ambiente que adentraram o século XXI. O ano de 2005, como delimitação final deste estudo, justifica-se por demarcar a implantação da “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, com metas a serem desenvolvidas até 2015.

Embora o debate sobre a problemática ambiental tenha se ampliado no decorrer das últimas quatro décadas e, inúmeros encontros internacionais tenham sido realizados para estabelecer os parâmetros e metas mundiais de proteção ambiental, na prática, a revisão bibliográfica nos indica que poucos objetivos foram alcançados, o que motivou a presente investigação sobre a articulação meio ambiente/educação.

Consideramos essa política de articulação, um pretense instrumento de humanização, socialização e direcionamento social. Concordando com Lemes (1999, p.2), a educação “[...] como prática social guarda em si as possibilidades extremas de promover a liberdade ou a opressão, de transformar ou conservar a ordem socialmente estabelecida”. Não defendemos que a educação resolva por si só, os problemas sociais e ambientais existentes no início do século XXI, entretanto,

sem ela, a sociedade não se mobilizará para mudanças, para transformações.

A educação pode ser compreendida como ação política, como formação para a atuação na sociedade, seja na tentativa de contestá-la ou sustentá-la como está, a depender da disputa estabelecida entre os valores, práticas e concepções dos grupos que atuam nesse campo.

A assistência, técnica e financeira, prestada aos países em desenvolvimento por agências internacionais nas últimas décadas, permitiu certo alcance e influência no desenho das políticas nacionais adotadas por governos desses países que, em diferentes medidas, consentem com a interferência externa. Consideramos que os documentos redigidos nas conferências internacionais expressam os interesses dessas agências e balizam a elaboração dos programas e ações a serem implantados na maioria dos países signatários da plataforma ONU.

As agências internacionais não apenas prescrevem as orientações políticas, mas também produzem discursos que justificam e legitimam as reformas recomendadas. Com apoio da mídia e disseminação em massa de documentos referenciais, estabelecem o consenso necessário à manutenção da hegemonia do capitalismo globalizado.

A análise sobre a articulação meio ambiente/educação nos leva a vários questionamentos, como: qual é a concepção que as agências internacionais têm de meio ambiente e de educação? Todas as agências têm o mesmo entendimento sobre a temática? Por que o meio ambiente passou a fazer parte da agenda dessas agências? Por que nos documentos produzidos em conferências sobre o meio ambiente a dimensão educacional se destaca? Quais são os pressupostos que sustentam os discursos presentes em tais documentos? Quais problemas relacionados ao meio ambiente estão intimamente ligados aos problemas da reprodução ampliada do capital? Por que os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses de qualidade de vida e até mesmo sobrevivência da população mundial?

Diante de todas essas indagações (e contradições), cientes de que nem todas serão elucidadas no decorrer do presente estudo, temos o objetivo de analisar as orientações políticas para meio ambiente e educação do Banco Mundial e Unesco, consubstanciadas nos documentos finais das conferências internacionais realizadas

no âmbito de tais agências.

Pautamos as análises na perspectiva do materialismo histórico, subsídio necessário para evidenciar os determinantes políticos, sociais e econômicos presentes nas proposições políticas de meio ambiente e educação do Banco Mundial e da Unesco, aos países em desenvolvimento, em articulação com as dinâmicas da sociedade capitalista e sua reorganização a partir da década de 1970.

Consideramos a premissa materialista de que não é possível partir do que os homens dizem e pensam de si mesmos para entendê-los em sua existência, mas, ao contrário, devemos partir dos homens em suas atividades reais para entender as idéias que produzem. Para tanto, priorizamos nas análises, o estudo dos processos sócio-políticos e econômicos presentes no contexto de elaboração dos documentos investigados e nos processos de realização das conferências e não apenas o produto final das mesmas.

Esse procedimento permitiu a percepção dos embates existentes entre os interesses dos diferentes sujeitos sociais que atuam nas decisões da sociedade e, as contradições presentes nas diversas relações estabelecidas entre esses atores, que frequentemente são suavizadas na escrita final dos documentos na busca por consenso.

Possibilitou o distanciamento da relação de causa e efeito e a não focalização do objeto singular – orientações políticas presentes nos documentos – como coisa em si, mas permitiu a articulação das políticas de meio ambiente e educação com a esfera da totalidade, o que implicou relacionar a problemática tratada com questões mediadoras da fase mundializada do capitalismo e sua expressão no Brasil.

A análise documental e bibliográfica mediada por questões contraditórias foi estruturada em cinco seções, sendo a introdução a primeira. Na segunda seção apresentamos como a problemática ambiental tornou-se presente nas discussões internacionais e passou a integrar a agenda política das agências internacionais da ONU a partir da década de 1970. Para tanto, realizamos uma breve caracterização da sociedade capitalista, ressaltando a hegemonia neoliberal das últimas décadas e, a mundialização do capital que influi nas diversas esferas sociais. Abordamos a inserção da discussão ambiental no cenário internacional e as diferentes apreensões sobre meio ambiente na sociedade capitalista.

Na terceira referimo-nos ao estudo do Banco Mundial e da Unesco como agências especializadas da ONU e sua atuação nos países em desenvolvimento. Examinamos os referenciais teóricos que balizam as políticas de meio ambiente e educação, defendidas no âmbito das mesmas, seja na disseminação de publicações acerca da temática ou na promoção de conferências de amplo alcance mundial.

A quarta seção destinamos à análise dos documentos de referência produzidos nas três grandes conferências sobre meio ambiente e educação realizadas na década de 1970: *Conferência sobre Meio Ambiente Humano* em Estocolmo (1972), *Encontro Internacional sobre Educação Ambiental*, em Belgrado (1975), *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, em Tbilisi (1977). Também analisamos o relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido em 1989 pela Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a *Agenda 21* e a *Carta da Terra*, documentos idealizados na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no Rio de Janeiro (1992) e, os documentos elaborados para a implantação da *Década das Nações Unidas para a educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2015)*.

Na última seção apresentamos as considerações finais, salientando que são finais apenas dentro dos limites do presente trabalho, pois apontam para a necessidade de enraizamento de questões aqui inicialmente discutidas, por circundarem o objeto da presente análise e indicarem a necessidade de novas pesquisas sobre a temática.

2 MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA INTERNACIONAL

Com o objetivo de apreender como o meio ambiente – e a educação para o meio ambiente – tornou-se tema presente nas discussões internacionais e nacionais, integrando a partir da década de 1970 a agenda política das agências especializadas da ONU, realizamos uma caracterização da sociedade capitalista, necessária para o desenvolvimento das discussões propostas neste trabalho. Salientamos a hegemonia neoliberal construída nas décadas finais do século XX e o processo de mundialização do capital, que interfere nas diferentes instâncias da sociedade.

Ressaltamos cronologicamente o percurso de inserção do meio ambiente em discussões internacionais, primeiro por meio de ações isoladas de cientistas e grupos de pesquisa, para aos poucos auferir espaço na pauta de organizações não-governamentais e estender-se a governos e instituições supranacionais. Por último, analisamos as perspectivas da economia ambiental e da economia ecológica sobre a relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente na sociedade capitalista.

Destacamos o intento em desenvolver as discussões sobre a dinâmica entre meio ambiente e educação na esfera internacional e as especificidades pertencentes a esta relação também no Brasil, sem, no entanto, desarticulá-la da esfera da totalidade em que está inserida, implicada na sociedade capitalista e nos múltiplos determinantes inerentes à mesma.

2.1 Caracterização da sociedade capitalista

As sociedades, assim como as pessoas que delas fazem parte, estão em permanente mutação. A dinâmica dos homens ao estabelecerem suas relações sociais caracteriza-se por momentos de continuidade e ruptura, de manutenção do

que está posto e luta por sua superação, muitas vezes com a sobreposição desses dois movimentos contrários. É o modo como as pessoas organizam a produção de suas necessidades básicas da vida e a forma que distribuem essa produção que caracteriza a sociedade.

No capitalismo, com a apropriação privada dos meios de produção, essa organização se dá, fundamentalmente, em torno do mercado, diferente de outras sociedades que tiveram mercados, mas não dependiam exclusivamente do mesmo. Nessa configuração, os trabalhadores desapropriados dos meios de produção necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, produzindo os bens e serviços que são negociados pelos capitalistas, que compram a força de trabalho e vendem o que é produzido. Os trabalhadores recebem pelo que produziram em determinado período de tempo, enquanto o excedente é apropriado pelos capitalistas (WOOD, 2003).

É imperativo, neste modo de produção, a constante busca pelo aumento de produtividade e pela expansão, impulsionando sempre o desenvolver de novas tecnologias que acresçam os lucros adquiridos. Como alerta Wood (2003, p.40), o dinamismo do capitalismo incidiu em grande impulsão ao progresso técnico, porém não proporcionou à população em geral os benefícios que poderia, pois “[...] a produção não é determinada pelas necessidades da sociedade, mas por aquilo que proporciona mais lucro”.

São consequências dessa forma de organização a maximização do emprego de tempo e energia em tarefas desgastantes e desagradáveis e a vulnerabilidade da qualidade dos bens e serviços, que estarão sujeitos a constantes cortes nos gastos para potencializar o lucro. Todos os aspectos da vida são transformados em mercadorias, inclusive o meio ambiente e a educação e, como a ênfase está no lucro e na acumulação, inevitavelmente é um sistema de produção que destrói e desperdiça recursos naturais. Privilegia “[...] as exigências de curto prazo do lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo do meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar nova demanda” (WOOD, 2003, p.40).

Em uma sociedade desigual como essa, a disputa pela apropriação dos recursos naturais e a orientação da forma de uso desses recursos situa-se no centro da disputa de classes. A propriedade privada autoriza os proprietários dos meios de

produção e da terra a usufruir dos elementos da natureza de acordo com sua vontade, acarretando em problemas ambientais. Observa-se desse modo que a questão ambiental não é neutra.

De acordo com Chang (2004, p.1) “[...] meio ambiente compreende não só a biosfera, mas também a sociedade e a sua economia, onde as dinâmicas e lógicas intrínsecas de cada esfera são diferentes e frequentemente conflitam”. Por isso, a discussão sobre o meio ambiente não se limita à dimensão física, como o desmatamento de florestas, poluição da água ou a emissão de gases na atmosfera, mas engloba as contradições sociais, em que concentração de riqueza e pobreza se opõe.

Santos (1999, p.1) afirma que a educação, em cada sociedade, deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, os interesses sociais e individuais. Os princípios educacionais fundamentais, que servirão para a “[...] elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade [...]”, devem emergir a partir da combinação desses interesses, constituindo a garantia de que a dinâmica social não será excludente.

Entretanto, de acordo com Mézaros (2007, p.7), a educação tem servido, nesse modo produtivo, ao intuito de prover conhecimento e pessoal necessário à produção. Além disso, tem buscado “[...] gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade [...]”. Sendo assim, uma das principais funções da educação, dentro da lógica do capital, é produzir tanta conformidade ou consenso que puder, para a manutenção da ordem posta.

No sistema capitalista, em que o mercado é o instrumento usado para estabelecer a organização econômica, com seu específico modo de produção, distribuição, troca e consumo de produtos, apenas em momentos de crise a intervenção estatal é permitida, como um recurso temporário, para que logo após a superação da tensão o mercado retorne a assumir sua função central (CHESNAIS, 2008).

Sandroni (1994) explica que as duas grandes guerras mundiais¹ da primeira metade do século XX, aliadas à reincidência de graves crises econômicas,

¹ Primeira Guerra Mundial: de 1914 a 1918.
Segunda Guerra Mundial: de 1939 a 1945.

evidenciaram a necessidade de reorganização da economia mundial e formaram o quadro de fundo para que os pressupostos até então predominantes, da economia neoclássica², fossem reelaborados.

Sobre essa reorganização, Paulani (2006) ressalta o embate teórico iniciado na década de 1930 entre os economistas Hayek (1899-1992) e Keynes (1883-1946). De acordo com a autora, a discussão que permanecera até então no campo das idéias, tomou corpo no período pós-guerra e pendeu para a direção da argumentação Keynesiana. Esta defendia uma teoria de intervenção no funcionamento do mercado, enquanto Hayek defendia um capitalismo livre de regras, considerando que intervenções reprimiam a liberdade individual e a concorrência.

Essa disputa não representou apenas uma competição entre dois intelectuais, mas simbolizou a decisão de qual caminho seria trilhado pela sociedade capitalista. Em 1944 o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, convocou uma conferência a ser realizada em Bretton Woods, junto aos governos dos países aliados, para definir ações subseqüentes ao fim da guerra – como a criação de instituições financeiras que conduzissem um plano de reestruturação e crescimento econômico (MORAES, 2001).

Na ocasião as propostas de Keynes foram oficialmente aceitas e materializadas em ações concretas, pois as graves sequelas sociais deixadas pela crise de 1930 e pelas guerras trouxeram desconfiança sobre a validade das orientações da economia neoclássica. As medidas defendidas por esse teórico de modo algum faziam apologia ao socialismo, ao contrário, constituíram uma estratégia para evitar o colapso do capitalismo (PAULANI, 2006).

O período histórico iniciado em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, é conhecido também como a Guerra Fria, caracterizado no enfrentamento das duas superpotências do momento, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), que direcionavam suas ações na tentativa de ampliar sua influência no globo.

² De acordo com Prado (2001, p.4) a Teoria Neoclássica surgiu na década de 1870 e seus vários ramos “[...] partiram da suposição de que a economia é formada por um conjunto de agentes econômicos, e que estes são possuidores, de um lado, de preferências ou escalas de utilidade e, do outro, de dotações de fatores, dentre as quais se incluem determinadas ‘quantidades de capital’. A tarefa, então, de todas elas foi a de mostrar como o ‘mecanismo de mercado’, por meio da produção, da circulação e da repartição, faz um casamento ótimo ou quase ótimo entre o emprego dos fatores e a satisfação dos consumidores”.

Enquanto o poder dos EUA predominava em quase todo o mundo, a URSS exercia poder em apenas uma determinada parte, ocupada pelo Exército Vermelho e outras forças armadas comunistas, sem no entanto, tentar ampliar esse espaço por meio da força militar.

Para Hobsbawm (1998), as gerações criadas durante esse período viveram constantemente sob a sombra da possibilidade de uma nova guerra mundial, permanecendo por várias décadas com medo de um confronto nuclear que proporcionasse destruição mútua. Esse receio existia ainda que as duas potências afirmassem tranquilidade em relação à distribuição de poder estabelecida após a guerra e se esforçassem para manter a disputa sem um choque direto entre suas forças armadas. O historiador também assevera que a percepção dos observadores daquele período indicava o receio de uma nova e grande crise econômica e os planos do governo dos EUA demonstravam maior preocupação em impedir uma nova crise do que com um confronto com a URSS.

Para Paulani (2006) abria-se uma fase marcada por três aspectos: regulações extranacionais para evitar novos conflitos bélicos de origem econômica, intervenção estatal para controlar as crises, também de origem econômica e por último, concessões aos trabalhadores para enfrentar a concorrência ideológica do socialismo, presente na União Soviética. Era o chamado **Estado de bem-estar social**.

Foi um período marcado pela conquista de diversos direitos trabalhistas e investimentos na área de proteção à população, provenientes do Estado de bem-estar social. A burguesia estava enfraquecida pelas crises relacionadas ao pós-guerra e percebeu a necessidade de fazer concessões aos trabalhadores, como a criação de estatutos e a previdência social, para manter sua hegemonia política e econômica na sociedade.

Essas conquistas trouxeram uma falsa sensação de harmonia econômica e abrandaram as ações dos dirigentes dos sindicatos, dos partidos e das organizações operárias, incentivando na classe dos trabalhadores a impressão de que o capitalismo fora amansado. A consciência de luta da classe dos trabalhadores foi desarticulada e sustentou-se a idéia de que apesar de ainda proporcionar vantagens para apenas reduzida parcela social, o capitalismo permitiria uma coexistência pacífica aos demais, não sendo urgente a necessidade de superá-lo como sistema

econômico mundial (CHESNAIS, 1997).

Como exemplo desse alargamento de direitos, podemos citar o conceito de seguridade social, oriundo da Inglaterra e construído na década de 1940, abrangendo duas dimensões. A primeira determinava que o acesso aos bens e serviços sociais prioritários deveria independender da condição do indivíduo em participar na manutenção do sistema. A outra assinalava que o acesso aos bens e serviços não seria justificado pelo indivíduo ser trabalhador, mas por ser cidadão (SOARES, 2003).

A análise histórica, entretanto, revela que no denominado Estado de bem-estar social, os países apresentam formas diferentes de elaborar e implementar as políticas sociais. Até mesmo a definição do que são políticas sociais pode diferenciar.

Na concepção de Hofling (2001, p.31), políticas públicas representam o Estado em ação, implantando “[...] um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. As políticas sociais, conseqüentemente, representam o padrão de proteção social implementado pelo Estado na distribuição de benefícios sociais e diminuição das desigualdades estruturais causadas no modo de desenvolvimento socioeconômico capitalista. A educação escolar é um exemplo de política pública de corte social.

A discussão sobre o Estado de bem-estar social é polêmica e, em relação aos países da América Latina, por exemplo, alguns autores questionam se realmente houve a consolidação do mesmo. Para Laurell (2002), a orientação e o conteúdo das políticas sociais latino-americanas poderiam ser consideradas de um Estado de bem-estar social, porém, de caráter restrito, devido a várias limitações.

Muitos países latino-americanos, entre eles o Brasil, reconhecem em sua legislação nacional o conceito de direito social “[...] e escolheram o seguro ou a seguridade social públicos como forma institucional de garantir assistência médica; aposentadoria; auxílios à perda de renda por acidente, doença ou maternidade [...]” (LAURELL, 2002, p.159). Em alguns desses países a produção de serviços está a cargo apenas do setor público e em outros as responsabilidades são divididas com o setor privado, entretanto, na maioria deles, o Estado é o principal responsável pela educação.

A limitação mais evidente encontrada na implementação de políticas de bem-estar social na América Latina nas décadas do pós-guerra é a deficiência da sua cobertura populacional. Laurell (2002) afirma que essa cobertura poderia variar entre 10 a 95% da população, dependendo de cada país, sendo que a proteção social muitas vezes era mediada por uma relação trabalhista. Esse vínculo entre proteção social e estabilidade trabalhista deixa de fora grande parcela da população, fazendo proliferar programas complementares de caráter assistencialista. Outra limitação é a escassez de políticas relevantes de geração de emprego e intervenção no mercado de trabalho, além da falta de proteção nos casos de desemprego.

A industrialização tardia, no Brasil, é uma das particularidades a ser observada na análise da proteção social no país. A colonização do país foi instaurada por uma metrópole decadente e tardia em relação a outros países capitalistas da Europa. A emancipação política brasileira ocorreu, de acordo com Peroni (2003) pela crise do sistema colonial de Portugal, ao invés de um projeto burguês de avanço capitalista que rompesse com a estrutura colonial.

Para elucidar a não uniformidade entre os diferentes regimes de bem-estar social concretizado nos países da América do Norte e Europa, Laurell (2002) cita o Estado de bem-estar “social-democrata”, instaurado nos países escandinavos³, em que predominava o universalismo e a redução do papel do mercado na dimensão do bem-estar social. Nesse modelo, em que é reconhecido o conceito de direito social, pretendia-se garantir as mesmas condições de vida a todos os membros da sociedade, independente se este membro está ou não inserido no mercado de trabalho.

Contraopondo esse modelo, observa-se o Estado de bem-estar social “liberal”, consolidado principalmente nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, em que a lógica predominante é a do mercado. O conceito de direito social não é aceito, ou seja, apenas ser membro da sociedade não é o suficiente para garantir o acesso aos bens sociais e a proteção social está condicionada à contribuição salarial dos trabalhadores. O Estado não tem a obrigação de garanti-los, apenas responsabiliza-se pelo nível mínimo de bem-estar, oferecido àqueles que comprovam oficialmente sua condição de pobreza (LAURELL, 2002).

³ Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

O estado de bem-estar social representou trinta anos de crescimento acelerado no mundo todo, taxas acanhadas de desemprego e inflação, articuladas ao movimento de regulação e intervenção estatal. Wood (2003) alerta que em tais condições os principais países capitalistas tinham grande interesse em desenvolver as economias do Terceiro Mundo, favorecendo suas próprias economias em um movimento de contínua expansão.

Entretanto, na década de 1970, concomitante à tomada de consciência geral sobre a gravidade dos problemas ambientais, o sistema capitalista se defrontou com uma grave crise econômica mundial. Como citado anteriormente, em 1929, uma crise de acumulação capitalista havia dado início a um longo período de recessão e a solução proposta fora a Keynesiana. Porém, quando a crise de 1970 se estabeleceu, as antigas respostas à crise não foram suficientes para evitar novos transtornos.

Chesnais (2008) chama atenção para o caráter dessas crises econômicas, que evidenciam os limites históricos do sistema capitalista. Assim como em 1929, em 1970 ou na situação atual, esses limites se revelam como crises de superprodução, característica da própria essência do capital, que não apenas coloca em conflito proprietários e empregados, mas os próprios capitais, que rivalizam entre si. A busca do lucro e da expansão é imperativa e, para isso, o capital procura constantemente revolucionar os meios de produção e aumentar a força produtiva.

Inevitavelmente, ocorre o desequilíbrio entre aquilo que é produzido e o que pode ser consumido, tendo em vista que a produção não pretende satisfazer as necessidades humanas, mas as exigências de alargamento do mercado. Como identifica Marx (1985), a barreira real da produção capitalista é o próprio capital. O capital e a sua auto-expansão tornam-se tanto ponto de partida quanto meta e a produção existe apenas para o capital.

Além dos efeitos nefastos do capitalismo para a classe trabalhadora e para a grande maioria da população, outro fator pode ser somado aos problemas inerentes a esse modo de produção. Este fator é a crise ambiental, aliada à depredação dos recursos naturais e à poluição industrial. À combinação das mais recentes crises econômicas com as manifestações da crise ambiental mundial Chesnais (2008, p.2) nomeia de **crise da humanidade**, “[...] um novo tipo de crise, [...] que começou com uma situação na qual a natureza, tratada sem a menor contemplação e atacada pelo

homem no marco do capitalismo, reage agora de forma brutal”.

Para o autor, a análise dessa combinação de fatores deve impor-se como central nas discussões realizadas em ambientes revolucionários. Afirma que a proporção da crise ambiental não representa por si só um risco direto ao capitalismo, mas sim à humanidade, com a possibilidade eminente de uma catástrofe. Alerta que a situação se agrava pela ausência de uma crítica renovada ao capitalismo que vincule a condição de dominação da maior parte da população com a destruição da natureza. Utilizando como exemplo o que ocorre na China: “[...] Discutem-se os índices de crescimento, mas não as catástrofes ambientais, porque o aparelho repressivo controla as informações sobre as mesmas” (CHESNAIS, 2008, p.8).

A crise ambiental mundial iniciou-se em paralelo ao capitalismo, com a propriedade privada da terra e dos seus recursos e fortaleceu-se como consequência da organização política e econômica dos Estados burocráticos, considerando que os mecanismos cumulativos do capital estão associados, principalmente nos países economicamente desenvolvidos, à crescente elevação do nível de vida. As três décadas que seguiram a Segunda Guerra Mundial, de forte crescimento de produção e de consumo, trouxeram aceleração dos mecanismos cumulativos que destroem os equilíbrios ecológicos.

Em favor da contínua expansão prevalecia um consenso entre governos, empresas, partidos e outros segmentos sociais em silenciar grande parte das questões ecológicas e, ainda hoje, no âmbito da teoria, os discursos ecológicos tendem a apresentar um aspecto de neutralidade, dificultando ainda mais a discussão. Diante de pesquisas realizadas por organizações de defesa ao meio ambiente, ou dos estudos encomendados pelas Nações Unidas, o posicionamento dos governos dos países capitalistas permaneceu o mesmo, de defender “[...] a ampliação de ‘direitos de poluir’ que sistematizam o caráter intangível da propriedade privada bem como o direito do capital à pilhagem da natureza” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.3).

Como atesta Lemes (2007), mesmo quando alguns governos se posicionam estabelecendo medidas de proteção ambiental, ou voltam a atenção para situações de degradação específicas, as raízes históricas e profundamente sociais da destruição da natureza são deixadas de lado. O mundo em que vivemos possui problemas de estrutura inerentemente contrários à natureza e que não serão

resolvidos em sua totalidade com atos de governo ou com aprovações de leis, mas sim com uma profunda mudança estrutural de longo alcance.

Isso significa que a atual crise ambiental tem no capitalismo um de seus principais desencadeadores, mas não é o fator central da crise do capital e não colocaria as condições de reprodução e funcionamento do capitalismo em xeque. A busca contínua de expansão, nos últimos tempos, traduzida em estratégias de liberalização e desregulamentação, se efetiva na capacidade do capital em:

[...] transferir ao seu meio “externo” geopolítico e ambiental (a biosfera) as consequências de contradições que são, exclusivamente, suas; no sentido que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.4).

Foster (2007) aponta que a relação destrutiva existente entre o capitalismo e o ambiente fora identificada no século XIX e discutida por analistas da sociedade, que evidenciavam como as mudanças no modo de produção transformavam a relação da humanidade com a natureza. Destas discussões, três idéias continuam presentes e são fundamentadas nos apontamentos de Marx, auferindo atenção dos atuais sociólogos ambientalistas.

A primeira compreende o círculo vicioso do produtivismo, que “descreve o capitalismo como uma roda de moinho imparável e em constante aceleração sob o efeito do seu próprio peso”, ligado à busca sem limites por lucro e ao aumento do consumo de energia e matéria-prima (FOSTER, 2007, p.8).

A segunda idéia é chamada de segunda contradição do capitalismo, originada dos trabalhos de O'Connor⁴ e refere-se à concepção de que o capitalismo não apenas produz desigualdades de classe na produção e distribuição, mas vai além e degrada também as condições humanas e naturais de produção, sendo que delas depende para continuar avançando economicamente. Essa relação dependência x destruição geraria uma crise para o capitalismo, pois se depararia com limites físicos criados por ele próprio.

Foster (2007) não compartilha dessa idéia, assim como Foladori (1997) e

⁴ O'CONNOR, James. *Natural Causes*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1980.

Chesnais e Serfati (2003). Para esses autores, a crise ambiental não representa uma restrição ao capitalismo, mas sim à própria vida humana. Esta segunda contradição, no fim, se reduziria à essência da primeira, ou seja, uma contradição entre as forças de produção e as relações de produção, em que o crescimento das desigualdades sociais minaria o próprio mercado e dificultaria o escoamento do excedente de produção.

A terceira idéia destacada por Foster (2007) é chamada de fratura metabólica e sugere que a lógica do capital, de sucessiva acumulação, resultaria em uma ruptura no metabolismo entre a sociedade e a natureza. O conceito deriva da ciência biológica. Liebig (1803-1873) foi um químico importante, contemporâneo de Marx, influenciando-o com sua análise da contradição ecológica da agricultura capitalista industrializada, em que as condições naturais de reprodução do solo eram destruídas. Como resultado dessa reflexão, Marx aplicou o conceito de metabolismo para a análise das relações sócio-ecológicas, destacando que toda vida se baseia em processos metabólicos entre os organismos e seu ambiente.

Para Foladori (2001a, p.2), Foster realiza um primoroso trabalho ao resgatar o conceito marxiano de “metabolismo social” e ainda afirma que todo o método do materialismo histórico deriva desse conceito:

Marx entende por metabolismo social, o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção.

A afirmação acima pode ser ratificada no seguinte trecho: “O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, [...] em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p.149). O processo histórico em que a existência humana é separada dos condicionantes naturais necessários para a sua reprodução configura a alienação, a ruptura metabólica.

Foster (2007, p.11) adverte que o princípio da fratura metabólica é complexo e tem uma aplicação muito ampla, entretanto, ressalta a necessidade de uma

restauração metabólica, ou seja, de uma restauração da natureza, por meio de uma produção sustentável, distinta da existente no modo de produção capitalista. “A única resposta para a destruição ecológica do capitalismo é revolucionar as nossas relações produtivas de uma forma que permita uma restauração metabólica”,

Assim sendo, considera-se que os problemas ambientais são histórica e socialmente construídos e a noção de valor do meio ambiente representa a relação existente entre os homens na sociedade. É a relação caracterizada pela dominação, do homem sobre outros homens e do homem sobre a natureza.

No início do século XX, Lênin (1985, p.60) caracterizava da seguinte maneira essa faceta do capital, chamada por ele de Imperialista:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição.

Em seu período, Lênin (1985) afirmava que esta fase, o Imperialismo, deveria ser compreendida como um capitalismo de transição ou capitalismo agonizante, sob uma perspectiva de que aquele era o momento propício para sua superação. Isso porque entendia que a massa de proletários, submetida ao sofrimento imposto pelo modo de produção capitalista, se levantaria em uma revolução, apoiada em dois processos.

Chesnais (1997) os enumera da seguinte forma: 1) processo ascendente de socialização da produção e mudanças significativas nas relações sociais de produção e a 2) existência de uma numerosa e concentrada classe operária, organizada e fortificada em suas bases democráticas. Ao vislumbrar o momento estratégico e ideal para a superação do sistema, de agonia do capital, Lênin (1985, p.62) determina:

É evidente que estamos diante de uma socialização da produção [...] e que as relações de economia privada e propriedade privada constituem um invólucro que já não corresponde ao seu conteúdo, que vai necessariamente apodrecer se sua eliminação for

artificialmente retardada [...] mas que será necessariamente eliminado.

As condições apregoadas como necessárias para a revolução, anteriormente construídas pela classe de trabalhadores, não superaram o sistema vigente na sociedade e, nas palavras de Chesnais (1997, p.11): “Os problemas mundiais que o capitalismo deixará como herança serão infinitamente mais graves do que teriam sido se tivesse havido uma transição a partir da revolução europeia”.

Marx (1977, p.25) afirma que “[...] a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver, e assim, [...], descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer”. Chesnais (1997) considera, então, que a fase capitalista na qual nos encontramos nada mais é do que a manutenção do capitalismo depois da humanidade ter levantado a questão da sua superação como prioridade a ser resolvida de forma imediata.

A precariedade das condições de vida a partir da crise econômica da década de 1970 foi evidente em praticamente todo o mundo, percebida por meio do altíssimo índice de desemprego, do desmantelamento das ações políticas de proteção social, novas epidemias, alastramento da fome em muitas regiões, negligência da representação estatal e a polarização entre a riqueza de poucos diante da pobreza de todos os outros.

Além da queda da rentabilidade do capital, seguiu-se o desmantelamento do sistema monetário internacional de Bretton Woods⁵ em 1971, a queda do dólar causada pela acumulação de dólares em todo mundo e a alta do petróleo em 1973. Além desses e de diversos outros fatores, a concorrência entre as potências produziu a crise de superprodução e queda de lucros, e em 1974 o mundo estava em declarada recessão, como exemplifica a tabela abaixo:

⁵ Aconteceu em Bretton Woods, em 1944, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ocasião em que foram criados Banco Mundial e FMI. Acordou-se no evento que as moedas estariam a partir daquele momento lastreadas ao padrão ouro.

TABELA 1: Crescimento anual médio da economia

Período	União Européia	EUA	Japão
1960-1973	4,7	3,9	9,6
1982-1994	2,1	2,4	3,6
1995-2000	2,2	3,5	1,8

Fonte: Toussaint (2002, p.41).

O Brasil, no início da década de 1960, enfrentava aguda crise econômica e financeira, a inflação passou de 26,3% em 1960, para 54,8% em 1962. Havia a estagnação industrial e o declínio da expansão econômica, ao mesmo tempo em que crescia a insatisfação social e a tensão popular. A estratégia desenvolvimentista assumida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1959) acentuou a concentração de renda no país e impulsionou que trabalhadores urbanos se articulassem em movimentos de reivindicação de aumento de salário. Os trabalhadores do campo também se organizaram para exigir direitos iguais aos trabalhadores da cidade e engajaram-se em movimentos de luta pela posse de terra e pela reforma agrária (SCHAFRANSKI, 2001).

A polarização de riqueza entre as regiões do país também se acentuou. Enquanto o maior investimento voltava-se para a os estados do sudeste, o nordeste permanecia como foco de miséria. Quando João Goulart (1961-1964) assumiu a presidência, a reforma agrária passou a ser cogitada para eliminar os conflitos de terra e garantir aos trabalhadores do campo direito à propriedade. A reforma urbana também foi ponderada pelo governo, para que os inquilinos pudessem adquirir as casas em que moravam de aluguel, porém as medidas apresentadas por Goulart incitaram a contestação das classes dominantes (grandes proprietários rurais, grupos industriais ligados ao capital estrangeiro e militar) que o acusavam de tentar trazer o comunismo para o Brasil.

Em 1964 ocorreu o golpe militar e o caminho novamente se abriu para o

capital financeiro e a priorização do desenvolvimento das multinacionais. O período de 1969 a 1973, durante o governo Médici, ficou amplamente conhecido como “milagre brasileiro”, devido o acelerado processo de modernização e aumento da taxa de crescimento econômico, aliado à união dos investimentos estrangeiros, recursos do governo e do setor privado brasileiro.

A visão otimista era complementada pelo aumento do consumo de bens duráveis e caros, como imóveis, automóveis e eletrodomésticos, por parte da classe média. Apesar da vantagem para as classes dominantes, que se beneficiaram com o crescimento econômico, as empresas pequenas decretavam falência e para a base da população aumentava o desemprego, a violência e a miséria. O movimento sindical, os movimentos camponeses e outros, foram reprimidos e em parte desarticulados (SCHAFRANSKI, 2001)

De acordo com Schafranski (2001, p.166), de 1964 a 1984, “[...] a dívida externa cresceu de 3 para 105 bilhões de dólares, a inflação subiu de 70% para mais de 200% ao ano, e os recursos destinados à educação caíram de 12% para 4%”. A crise econômica que se seguiu encobriu o “milagre econômico” e se aprofundou na década de 1980, acompanhando o movimento mundial de crise financeira.

Dívida externa, estagnação econômica, corrupção generalizada nos meios políticos, clientelismo, alta concentração de riqueza e violência no meio rural. Esses fatores já seriam suficientes para delinear o quão insustentável se tornara o cenário político, social e econômico brasileiro no final da década de 1980. O assassinato em 1989, no Acre, de Chico Mendes, ecologista e líder sindical, agravou a situação no país.

Em todo o mundo capitalista a defesa da não intervenção estatal, deixada de lado durante algumas décadas, readquiriu força e paulatinamente se estabeleceu novamente. A ascensão da ditadura de Augusto Pinochet no Chile (AL), em 1973, a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e a de Ronald Regan nos EUA em 1981 figuraram como referências dessa retomada, seguida de perto por outros países, inclusive os da América Latina a partir do final dos anos 1980. É a esse retorno a antigos princípios do liberalismo, colocados em prática em uma nova realidade, sob uma nova perspectiva e em condições materiais diferentes, que passou a chamar-se de neoliberalismo.

Moraes (2001, p.10) esclarece que pelo menos três significados podem ser atribuídos ao termo “neoliberalismo”. Primeiramente, pode ser compreendido como uma corrente de pensamento, uma forma de apreender a sociedade. O segundo significado refere-se ao movimento organizado por intelectuais que promove a difusão de idéias e programas. Por último, pode-se entender o neoliberalismo como um “[...] conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods [...]”.

Enquanto o liberalismo surgiu como uma doutrina que desafiava as restrições feudais ao comércio e à produção, o neoliberalismo se estabeleceu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O argumento propagado foi de que ao pretender a busca do igualitarismo social, a intervenção do Estado cerceava a liberdade dos cidadãos e comprometia a concorrência, considerada a responsável pela prosperidade de todos.

De acordo com Paulani (2006), a obra de Friedrich Hayek (1899-1992), em 1944, “O caminho da servidão” é considerada o escrito de origem do Neoliberalismo. Segundo a autora, uma das idéias defendidas nesse livro é a de que a desigualdade era um valor necessário e positivo para as sociedades ocidentais. A maximização da liberdade se evidenciaria na proteção do mercado, necessário e suficiente para a existência da liberdade individual. Assim, o mercado deveria ser protegido contra o Estado e contra a tirania das majorias.

Décadas depois da escrita do livro, quando a grande crise do modelo econômico pós-guerra foi deflagrada e uma difícil recessão atingiu os países capitalistas, foi a ocasião adequada para que o neoliberalismo se estabelecesse. Com o prolongamento da crise, o discurso keynesiano não cabia mais à sociedade e o neoliberalismo mostrava-se como única saída, com ajustes que levariam à retomada do crescimento econômico. O primeiro ponto difundido era eliminar a intervenção do Estado na economia, “[...] tanto nas funções de planejamento e condução como enquanto agente direto, através da privatização e desregulamentação das atividades econômicas” (LAURELL, 2002, p.162).

Fazendo uso de sua influência sobre o sistema financeiro, os EUA e demais países capitalistas centrais incentivaram a movimentação de capitais, desencadeando uma onda de especulação financeira que, de acordo com Wood

(2003) foi facilitada pelos avanços tecnológicos que permitiam movimentação instantânea. Os bancos privados internacionais intensificaram a busca por tomadores de empréstimos nos países periféricos do sistema capitalista e os países da América Latina foram os primeiros a decidir enfrentar a crise contraindo mais dívidas. À crise em andamento somou-se a “crise das dívidas”, evidenciada em 1979.

A crise das dívidas remete-nos à década de 1930, quando 14 países da América Latina deixaram de pagar suas dívidas externas. O primeiro foi o governo boliviano, em janeiro de 1931, seguido por diversos outros, até que em 1935, 14 países haviam suspenso o pagamento de seus débitos. Toussaint (2002) declara que a suspensão dos pagamentos permitiu a esses países conservar um montante financeiro expressivo, para colocar em ação práticas nacionais expansivas.

A Argentina realizou a anulação parcial do valor da dívida. Comparativamente, seu desempenho financeiro foi inferior a outros cinco países que interromperam o valor total do montante (Brasil, Colômbia, Chile, México e Peru). Somente após a Segunda Guerra Mundial os valores foram renegociados com os países credores, obtendo substanciais reduções e facilidades de pagamento (TOUSSAINT, 2002).

A atitude na década de 1930, “tolerada” pelos Estados Unidos e demais países capitalistas centrais, não seria recebida da mesma maneira na década de 1980. Desta vez, recusaram qualquer tentativa de anulação e negociaram caso a caso separadamente. “Tinham chegado à conclusão de que sua atitude na década de 1930 permitira a vários países, tradicionalmente pertencentes à sua área de influência, ganhar uma certa autonomia econômica” (TOUSSAINT, 2002, p.122).

Diversas condicionalidades foram impostas às economias em desenvolvimento, para que se adaptassem à nova situação mundial. Um dos meios utilizados para esse fim foi a divulgação e implantação do “Consenso de Washington”. De acordo com Fiori (2001), o consenso refere-se a um conjunto de princípios e políticas econômicas de cunho neoliberal, defendidas pelas principais economias capitalistas e pelas instituições multinacionais sediadas na cidade de Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 na forma de um “pacote terapêutico” para a crise econômica da periferia capitalista, constituindo-se em reformas favoráveis ao mercado.

O proponente do consenso foi o economista inglês John Williamson. Aderir a essas medidas era uma das condições para a renegociação das dívidas externas e a readmissão no sistema financeiro internacional. As reformas estruturais propostas, resumidamente, eram: 1) disciplina fiscal; 2) redirecionamento das despesas públicas; 3) reforma fiscal; 4) taxas de juros determinadas pelo mercado; 5) taxas de câmbio competitivas; 6) liberalização do comércio; 7) abertura ao investimento estrangeiro direto; 8) privatização de empresas estatais; 9) desregulamentação; 10) segurança jurídica para os direitos de propriedade (BANCO MUNDIAL, 2001).

A desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas figuravam como estratégia para potencializar a individualidade e a competitividade, ao desagregar grupos organizados e reduzir os direitos conquistados, abrangendo também a promoção da desigualdade como alavanca para a iniciativa pessoal. Ao mesmo tempo em que estas medidas fossem efetivadas, o Estado deveria manter-se forte, a ponto de poder garantir por meio de seus instrumentos legais, condições adequadas à expansão do mercado.

Em artigo publicado na década de 1990, Williamson (1992) reafirmou os pontos definidos no consenso como resumo da linha mestra na condução das reformas políticas para os países da América Latina desde a década de 1980. Assumiu que usar o termo “consenso” foi precipitado porque supõe uma conformidade maior do que a realmente existente, explicando também que a referência a Washington pode traduzir-se primeiramente como alusão ao Banco Mundial, ao FMI e ao governo dos Estados Unidos.

Afirmou que a liberalização deveria reforçar o mercado e não enfraquecer o Estado. Na perspectiva do consenso, um Estado enfraquecido ao ponto de não conseguir supervisionar devidamente o sistema financeiro acabaria por ameaçá-lo: “[...] mas hoje já está claramente aceito que a liberalização financeira exige o fortalecimento de uma supervisão prudente se o objetivo é a contenção do risco de crise financeira” (WILLIAMSON, 1992, p.45).

Contraditoriamente, as proposições do Consenso de Washington não correspondem àquilo que o economista J. Williamson recomendaria. Ele afirma:

[...] meu próprio ponto de vista seria um pouco diferente, com ênfase explícita no redirecionamento dos gastos públicos em benefício dos

pobres [...], reforma do sistema tributário para internalizar externalidades ambientais, reforma agrária e grande prioridade para a extensão do controle de natalidade (WILLIAMSON, 1992, p.48).

No tocante ao padrão de proteção social, o Estado só poderia intervir com ações de contenção e alívio à pobreza e produzir aquilo que o setor privado não teria interesse em assumir. Na fala de Soares (2003, p.12), “A mercantilização dos serviços sociais – mesmo os essenciais, como saúde e educação – também é vista como natural [...]”. Nessa lógica, as políticas sociais são substituídas por programas de combate à pobreza, de caráter transitório, dependentes de recursos externos, além de muitas vezes serem realizados por organizações comunitárias ou não governamentais, eximindo o Estado da responsabilidade.

Os planos de ajuste estrutural propostos pelo FMI e pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento possuíam geralmente duas fases, uma de estabilização em curto prazo e outra de reformas estruturais em si. Para Toussaint (2002) muitas vezes elas podem acontecer ao mesmo tempo. A primeira fase inclui os seguintes processos: desvalorização e unificação das taxas de câmbio; austeridade fiscal, com drástica redução de gastos públicos; liberalização dos preços (eliminação de subsídios ou de controles sobre os preços); controle do preço de serviços públicos e produtos petrolíferos, para evitar a desestabilização dos produtores internos; e por fim, a desindexação dos salários.

A fase das reformas estruturais é defendida pelo Banco Mundial e pelo FMI como medida imprescindível e agrega um número mais elevado de processos: liberalização do comércio e do sistema bancário, privatização das empresas públicas, reforma tributária, privatização da terra, abrandamento das regulações do mercado de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, reforma dos sistemas de aposentadorias e pensões, gestão da pobreza e a chamada “boa governança”. Toussaint (2002) explica que boa governança não significa democracia, mas implementação de políticas que consigam o consentimento da população, principalmente dos oprimidos.

Vale destacar que assumindo o pensamento neoliberal como protótipo orientador, os princípios de eficiência, rigidez de gastos, austeridade, entre outros, todos de caráter mercadológico, estabelecem um padrão específico de administração do Estado:

Administra-se hoje o Estado 'como se fosse um negócio'. E é de fato disso que se trata, pois, contrariamente ao que ocorria na fase anterior, a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social, etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação (PAULANI, 2006, p.69-70).

A aplicação dos planos de ajuste estrutural nos países em desenvolvimento envolveu uma série de elementos que acarretaram no aumento do desemprego, bem superior ao encontrado nos países europeus, ainda que nestes a proporção também seja elevada. Consubstanciam-se na redução dos efetivos do setor público, na falência de inúmeras empresas atingidas por depressão do mercado interno e na política agrícola de exportação que extingue as culturas de subsistência e promove a saída dos trabalhadores do campo para as cidades. Para Toussaint (2002, p.43), as estatísticas subestimam sistematicamente a realidade do desemprego no terceiro mundo “[...] considerando que faltam, sem dúvida, 1 bilhão de postos de trabalho para propiciar a todos uma atividade remunerada regularmente”.

Para evidenciar o grande crescimento da desigualdade na distribuição de riqueza e a queda dos rendimentos das classes populares, Toussaint (2002) afirma que em 2000, as 127 pessoas mais ricas do mundo acumulavam renda anual equivalente a 47% do resto da população. Esta estimativa levou em conta o patrimônio e a remuneração da população, entretanto se avaliássemos apenas o patrimônio a diferença seria ainda mais gritante, tendo em vista que o patrimônio dos mais pobres tende a ser inferior ao seu rendimento.

Ao fim da década de 1990 o fracasso das políticas recomendadas pelo Consenso de Washington ratificou-se em um ciclo de baixo crescimento das economias, crises e recessões. A crítica ao consenso não permaneceu externa à Washington, mas foi formulada também pelo proponente do mesmo, John Williamson e posteriormente por Joseph Stiglitz, ex-chefe da assessoria econômica da presidência norte-americana e economista-chefe do Banco Mundial entre 1997 e 1999.

Para o economista, o consenso negligenciou problemas de ordem social e ambiental e não conseguiu responder a uma série de questões vitais para o

desenvolvimento. A nova posição sugerida por Stiglitz contrariava a convicção de que os mecanismos de mercado poderiam “[...] resolver, automaticamente, os problemas do crescimento econômico e da distribuição equitativa da riqueza” (FIORI, 2001, p.88, 89).

A crítica abrangia os processos de privatização descontrolada e definia como prioridades de um “novo consenso” os princípios de sustentabilidade, democracia e equidade. Em desacordo com o tradicional posicionamento apregoado pelo Banco Mundial, que trabalha com a noção de redução da pobreza, Stiglitz propunha a sua total eliminação, além de defender a ampliação da democracia em todos os níveis de decisão, para que toda a população pudesse participar. O economista “descarta a possibilidade de um crescimento sustentado sem equidade social e, como consequência, rejeita a tese de que o desenvolvimento implique um aumento inicial e necessário das desigualdades sociais [...]” (FIORI, 2001, p.89).

A posição do economista apresentou mudanças radicais em relação ao que fora proposto no antigo consenso de Washington e estabeleceu diversas críticas à economia globalizada, entretanto não se opunha ao capitalismo em si nem discutia a polaridade de riquezas e poder entre os Estados do mundo. Provavelmente o choque entre o posicionamento das instituições financeiras e o novo discurso de Stiglitz foi um dos motivos para que este fosse dispensado do cargo que ocupava no Banco Mundial no final de 1999 (FIORI, 2001).

No mesmo ano o Banco Mundial e o FMI rebatizaram os planos de ajuste estrutural, chamando-os de “quadro estratégico de luta contra a pobreza”. Anunciaram também que acelerariam o processo de redução da dívida dos países em desenvolvimento, o que para Toussaint (2002, p.362) não configura a realidade: “[...] a dívida dos países mais pobres aumentou entre 1996 e 1999. Bill Clinton anuncia a anulação total da dívida dos países mais pobres com os Estados Unidos. Uma grande mentira (mais uma)”.

Para Chesnais (2001), os países em desenvolvimento só interessam aos grupos industriais avançados por três motivos. O primeiro foco de interesse é fazer uso do mercado interno de alguns desses países e o segundo é o de conseguir mão de obra de base disciplinada e qualificada. A condição de vida das populações não se enquadra nas prioridades desses grupos. O terceiro motivo é o fornecimento de matérias-primas, ainda que os países ricos tenham diminuído o grau de

dependência desse provimento, mediante a utilização de recursos tecnológicos.

Novos materiais são criados em laboratórios como produto da inteligência humana, permitindo que os homens utilizem não apenas o que está disponível na natureza, mas, como afirma Santos (2005), primeiro concebam os objetos que desejam usar, para depois produzir artificialmente a matéria-prima indispensável à sua fabricação.

Petras (1997) argumenta que a ideologia neoliberal se caracteriza como uma teoria abstrata, falha e distante da realidade, insustentável diante de questionamentos empíricos ou históricos, beneficiando sempre uma minúscula fatia social, abusando da sociedade em sua maioria. Segundo o autor, os neoliberais fazem uso de uma linguagem desprovida de conteúdos cognitivos, ou seja, utilizam termos alterando seus significados, o que seria determinante para manter políticos neoliberais no poder:

Seria difícil imaginarmos um político neoliberal ganhando muitos votos com a promessa de cortar orçamentos da saúde e da educação. Ao invés disso, as políticas retrógradas são descritas como “reformas econômicas”. Assim, a própria base epistemológica do neoliberalismo é falha e desprovida das condições mínimas de rigor científico (PETRAS, 1997, p.22).

Nesse processo de consolidação das propostas de políticas neoliberais, ocorre a ressignificação do papel dos Estados. A transformação acontece de modo a dar prosseguimento à legitimação do sistema econômico capitalista e o aprofundamento das desigualdades da sociedade. A fase do pós-guerra e o Estado de bem-estar social são então superados por um novo período histórico.

Este momento é caracterizado por um contexto de extrema liberdade do capital para se desenvolver e valorizar, sem ter que se submeter aos entraves e barreiras enfrentados no período anterior, de maior intervenção estatal na regulação econômica e ênfase na proteção social. “Esse capitalismo liberto dos entraves que o limitaram durante 40 ou 50 anos não é, de forma alguma, [...] renovado. Ele simplesmente reencontrou a capacidade de exprimir brutalmente os interesses da classe sobre os quais está fundado” (CHESNAIS, 1997, p.8).

Significou para o capitalismo um novo processo, de reestruturação produtiva e

integração econômica, abrangendo intenso progresso técnico e científico em áreas como telecomunicações e informática. Tem grande evidência nesse processo a privatização de amplos setores de bens e serviços oferecidos pelo Estado, bem como a procura por eficiência e competitividade. Também faz parte a desregulamentação do comércio entre países, a liberdade de movimento para mercadorias e para o capital e a superação, pelo menos teórica, das fronteiras nacionais para as pessoas. Ou seja, esse processo é o fenômeno conhecido popularmente como globalização.

A expressão “globalização” é amplamente utilizada para fazer referência à capacidade dos grandes grupos empresariais de adotarem enfoques globais, bem como ao processo de integração internacional dos mercados financeiros, em que a produção e a troca de mercadorias se estabelecem em nível mundial. Há o intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, intensificado pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação.

Para Santos (2005, p.23), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” e só pode ser compreendida na análise articulada do estado das técnicas disponíveis e do estado da política. Descrevendo a política como a arte de pensar mudanças e criar as condições para efetivá-las, o autor afirma que o uso das técnicas está sempre interligado ao uso político que se faz das mesmas.

A partir do final do século XX, são as técnicas da informação que presidem o sistema de técnicas disponíveis e estas poderiam servir a outros objetivos, caso fossem utilizadas para diferentes fins sociais e políticos. Entretanto, como o uso político desse conjunto de técnicas tem sido realizado pelo mercado global, o resultado é a “globalização perversa” (SANTOS, 2005).

No prosseguimento da argumentação de Santos (2005), a ideologia tem papel fundamental na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização. Está a serviço do grande capital na formação de um pensamento único e é esse sistema ideológico que legitima as ações das grandes corporações, dos governos dos países capitalistas centrais e dos bancos internacionais de financiamento.

As bases para esse sistema ideológico se localizam na íntima relação

estabelecida na forma como a informação é oferecida à humanidade e no uso do dinheiro em seu estado puro, como motor econômico e social. Nessa relação estabelecem-se os processos hegemônicos e a formação de um pensamento único é acelerada. De acordo com Santos (2005, p.35) a “tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças”.

A evolução técnica-científica alcançada nas últimas décadas seria propícia para permitir a ampliação do conhecimento humano em relação ao planeta, ao meio ambiente, às sociedades existentes, às pessoas que compõe cada realidade. Entretanto, a simples difusão de notícias não informa realmente as pessoas. A apropriação dos meios de informação por alguns Estados e empresas privilegia a seleção e manipulação dos dados que alcançam a população, alterando o imperativo de “informar” para “convencer”.

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual atores são expulsos de cena [...]. É uma forma de totalitarismo muito forte e insidiosa, porque se baseia em noções que parecem centrais à própria idéia de democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância –, utilizadas exatamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, e do que são os países e os lugares (SANTOS, 2005, p.45).

De acordo com Santos (1999, p.3), a realidade da globalização em curso coloca em risco os princípios fundamentais da educação, substituindo-os por propostas que valorizam a profissionalização precoce e a fragmentação da formação. Para o autor, as noções clássicas de democracia, cidadania, república e individualidade “[...] constituem matéria predileta do marketing político, mas, graças a um jogo de espelhos, apenas comparecem como retórica, enquanto são outros os valores da nova ética [...]”.

Na globalização, sob o pretexto de formar estudantes aptos a obter um lugar no mercado de trabalho, o saber prático passa a ocupar lugar prioritário na educação. Enquanto isso, o saber filosófico é considerado residual, ou até mesmo

desnecessário:

Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento [...], a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade (SANTOS, 1999, p.3).

Alguns pesquisadores, como Chesnais (1996) e Toussaint (2002), afirmam que o termo globalização não abrange todas as esferas que deveria, mas se restringe às relações econômicas, portanto, limitado para a compreensão do fenômeno integral. Para eles, a expressão “mundialização do capital” melhor corresponde a esses processos, que coincidem com desdobramentos estruturais presentes na própria constituição interna do sistema capitalista, cujas tendências eram anteriormente conhecidas.

Devido à tendência estrutural do capitalismo, de constantemente buscar lucro em lugares externos às suas metrópoles e estabelecer processos de dominação de diferentes espécies, os autores Duménil e Lévy (2004) concebem o imperialismo como uma característica permanente desse modo de produção, ao invés de apenas uma determinada fase. Quando ao imperialismo acrescenta-se o adjetivo “neoliberal”, algumas características sobressaem, tal como a importância das movimentações financeiras em escala mundial.

Como afirma Chesnais (2001, p.10), “os fundamentos da mundialização são tanto políticos quanto econômicos [...]”. Para compreender o termo é necessário observar que o capital se apropriou da liberdade de **decidir** quais são os países e segmentos sociais que lhe interessam, fortalecendo a hierarquização entre os países. Significa também que as forças do mercado foram libertadas dos entraves que lhe foram colocados durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, podendo se desenvolver e valorizar:

[...] o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e consequências estratégicas (CHESNAIS, 2001, p.10).

Contribuindo para as análises sobre esse período, Toussaint (2002) também reafirma o fator político como fundamental para que as empresas multinacionais conseguissem em tão pouco tempo retirar os entraves para se desenvolver e explorar como quisessem os recursos naturais, humanos e econômicos no lugar que escolhessem.

Sobre o caráter da acumulação presente no funcionamento da sociedade capitalista contemporânea, este pode ser definido como um “regime de acumulação predominantemente financeiro”. Esta é a expressão utilizada por Chesnais (2005) para evidenciar um sistema de relações econômicas e sociais, no âmbito nacional e internacional, em que a finança é o centro e sustenta-se em instituições financeiras e políticas de alcance mundial.

Este regime de acumulação predominantemente financeiro implica em uma série de articulações internacionais em que o dinheiro produz dinheiro. É um valor que valoriza a si mesmo, sem nenhum processo de produção mediando a operação que, progressivamente, adiciona um componente maior de capital fictício nas transações financeiras.

A mundialização do capital é [...] a do capital monetário, o que conserve a forma dinheiro, valorizando-se no interior da esfera financeira mas nutrindo-se de punções sobre os rendimentos criados no curso da produção de valor e de mais-valia (CHESNAIS, 1997, p.31).

Para ilustrar o alcance da financeirização, Mézaros (2008, p.3), em palestra sobre a crise econômica em andamento, cita um trecho de uma publicação japonesa sobre o assunto:

Quanto dinheiro especulativo está a movimentar-se pelo mundo? Segundo uma análise da *Mitsubishi UFJ Securities*, a dimensão da ‘economia real’ global, na qual bens e serviços são produzidos e comercializados, é estimada em US\$48,1 milhões de milhões... Por outro lado, a dimensão da ‘economia financeira’ global, o montante total de ações, títulos e depósitos, eleva-se a US\$151,8 milhões de milhões. Portanto, a economia financeira inchou mais de três vezes relativamente à dimensão da economia real, crescendo rapidamente

durante as últimas duas décadas.

O movimento intensificado de centralização e concentração do capital acompanha o momento de mundialização. Desde o período da acumulação primitiva, existe no sistema capitalista uma tendência ao aumento constante das forças produtivas, passando-se da manufatura à grande indústria e, desta, aos conglomerados internacionais. Entretanto, os avanços da ciência e da tecnologia instigam as inovações nos sistemas produtivos e propiciam um crescente acúmulo de mercadorias e riqueza pelos atores que se beneficiam desses avanços.

Isso não significa, de forma alguma, que o progresso da ciência seja a razão para o crescente distanciamento entre ricos e pobres, para a concentração de riqueza de uns e escassez para outros. Ao contrário, expressa o argumento defendido por Santos (2005), de que o uso das técnicas criadas pelos homens nunca ocorre separado de intenção e ação política. Quando um ator social não tem acesso ao conjunto de técnicas mais desenvolvidas em uso na sociedade, ele passa a ter menor importância em seu meio.

Nas últimas quatro décadas, o uso do conjunto de tecnologias avançadas pelos atores hegemônicos da sociedade capitalista (os governos dos países centrais, as grandes multinacionais e bancos de financiamento), demonstra a utilização predatória do meio ambiente e a interferência contínua sobre a natureza visando o progresso, indicando o risco real de um esgotamento ambiental.

Além da dimensão financeira explicitada acima, as políticas neoliberais postas em prática a partir da década de 1970 também se articularam na esfera do emprego e das condições contratuais do trabalho, na crescente flexibilização dos contratos salariais, e no exército industrial de reserva que alcança números absurdos (CHESNAIS, 1997).

Uma das consequências diretas desta reestruturação produtiva do capital é, segundo Antunes e Alves (2004, p.336), a redução do proletariado “[...] industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista⁶”. O conjunto de trabalhadores estáveis, que se estruturavam por meio de empregos formais, cede lugar a formas mais

⁶ Sobre Taylorismo e Fordismo: PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

desregulamentadas de trabalho.

Um novo proletariado se constrói, com a expansão dos contratos terceirizados, subcontratados e outras modalidades de trabalho. Há o aumento significativo do trabalho feminino, porém, correspondente a vagas com menores níveis salariais e menor exigência de qualificação. Outra tendência destacada por Antunes e Alves (2004) é a exclusão dos jovens e dos “idosos⁷” pelo capital.

A hegemonia construída pelo neoliberalismo pressupõe uma intensa mudança material, concreta, mas também uma “dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas [...]” (GENTILLI, 1996, p.11). O neoliberalismo expressa a construção e a difusão de um novo senso comum, que dá sentido e legitimidade para as propostas de reforma incentivadas pelo bloco dominante.

Gentilli (1996, p.13) garante que a oportunidade para que a retórica neoliberal se firmasse contou com a expectativa que a população tinha por soluções para a crise: “Os governos neoliberais não só transformaram materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguiram que esta transformação fosse aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise”.

A partir do momento em que a lógica neoliberal começa a se estabelecer nas sociedades, todas as dimensões são englobadas em seu planejamento, a fim de que o consenso seja mantido. Cada setor é analisado e tem seu “diagnóstico” sobre o que está “errado” e deve mudar para se adaptar à nova organização do sistema. A análise neoliberal feita sobre a educação, nessa perspectiva, é de que os sistemas educacionais enfrentavam uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, criada pela expansão desordenada das últimas décadas (GENTILLI, 1996).

Ainda na perspectiva neoliberal, esses três itens poderiam se resumir a apenas um: uma crise de qualidade, decorrente da “improdutividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares” (GENTILLI, 1996, p.17). Como os problemas estariam

⁷ As pessoas com idade próxima aos 40 anos, que perdem o emprego, dificilmente conseguem o reingresso formal no mercado de trabalho. É a antecipação e desvalorização da velhice (ANTUNES; ALVES, 2004).

sendo gerados por conta da má administração das escolas, a solução seria reformar administrativamente as mesmas e assim regular a qualidade dos serviços educacionais.

Gentilli (1996, p.20) afirma que “a grande operação estratégica do neoliberalismo consistiu em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a à sua condição de propriedade”. Para alcançar esse intento, além de indicar o “problema” da educação, também destacou quem seriam os culpados por tais problemas.

Os principais indicados como responsáveis pela crise da educação, na perspectiva neoliberal, foram os sindicatos de professores, todos aqueles que defendiam o direito igualitário de uma escola pública de qualidade e, por último, o Estado, que não soube administrar corretamente as instituições de educação. Os propositores dos princípios neoliberais afirmavam que o Estado falhava ao administrar não apenas a educação, mas ao tentar intervir em áreas que não seriam de sua responsabilidade, mas do mercado.

A década de 1990 foi profusa na disseminação de documentos de agências internacionais sobre políticas educacionais, divulgando a nova agenda e a nova linguagem a ser adotada, de articulação da educação e do conhecimento com o novo processo produtivo. Passaram a ser valorizados conceitos como modernização, diversidade, flexibilidade, competitividade, excelência, desempenho, eficiência e descentralização, todos fundamentados na ótica da esfera privada (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).

Outro consenso formado é o de que a educação “seria supostamente capaz de compatibilizar cidadania com competitividade” (SILVA, 2003, p.64). Os problemas de qualificação da força de trabalho e os problemas de desemprego deveriam ser resolvidos pela educação, responsabilizando assim cada indivíduo por sua capacidade e vontade de crescimento pessoal.

Com o discurso de qualificação profissional como condição para a inserção no mercado de trabalho, “oculta-se o protagonismo das políticas neoliberais na promoção das desigualdades sociais, da precarização do emprego, enfim, da degradação das condições de vida” (SILVA, 2003, p.65).

A criação deste senso comum responsabiliza o indivíduo por todos os

aspectos de sua vida, isentando de dolo o Estado e aqueles que formulam as políticas que serão colocadas em prática na sociedade. A própria relação entre o homem e o meio ambiente passa a ser imputada ao indivíduo, quando divulga-se que as pessoas devem se conscientizar e mudar atitudes cotidianas para proteger a natureza, enquanto os países mais industrializados e ricos negam-se a estabelecer metas concretas, como para redução de gases poluentes, elaboração e cumprimento de leis ambientais mais severas.

Em consonância com as recomendações contidas no Consenso de Washington (1989), debate-se a redefinição do papel dos Estados nacionais na economia mundial com o objetivo de corresponder positivamente ao momento histórico capitalista de mundialização da economia. As transformações ocorridas nas políticas estatais das nações se articularam em resposta à crise que se pretendia superar e aos novos determinantes econômicos.

A reforma do Estado apresentou um caráter extremamente classista, uma vez que pretendia ser mínimo em relação às políticas sociais conquistadas no período de bem-estar social, mas permanecer máximo para os interesses do capital. Como atesta Peroni (2003, p.33), o Estado deve: “[...] regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação, tem, ainda, de criar um ‘bom clima de negócios’, para atrair o capital financeiro transnacional e conter [...] a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas”.

No neoliberalismo, o Estado deve intervir na proteção da população apenas quando lhe for apropriado, mas obrigatoriamente deve interferir em favor e proteção do capital, controlando suas crises. As políticas sociais, incluindo a educação, passaram a ter importância focalizada para atender os mais pobres, como atestam Oliveira e Duarte (2005, p.287):

São políticas destinadas a garantir às populações mais vulneráveis um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infra-estrutura social. O caráter focalizado que apresenta nos mais pobres é justificado pela necessidade de combate à extrema pobreza. Observam, assim, que frente a essa focalização, a política social tende a perder seu caráter universal e a se tornar um mero paliativo.

Dessa forma, a intervenção do Estado na área social não é recomendada,

mas pode ser substituída “por um tipo de ‘mercado’ especial, em que cabe desde a grande seguradora financeira (que passa a garantir previdência social e saúde para os que podem pagar pelo seguro), até o chamado terceiro setor⁸ [...]” (SOARES, 2003, p.12), que pode abranger desde as antigas associações comunitárias, igrejas, movimentos sociais, fundações sem fins lucrativos ou organizações não governamentais com os mais diversos enfoques.

Um contingente significativo de trabalhadores que foram excluídos do mercado de trabalho tem sido absorvido por essas instituições, proliferando as parcerias existentes entre o Estado e Terceiro Setor. Estas instituições, em grande parte, se constituem como aparelhos privados de hegemonia que “reproduzem a concepção de mundo burguesa mundial no espaço nacional” (Neves, 2005, p.122).

As ONG’s se destacam como parceiras do Estado em sentido estrito na implementação “das políticas sociais neoliberais, mesmo que não recebam financiamento governamental. [...] são veículo privilegiado de construção e sedimentação da sociedade civil ativa, proposição do neoliberalismo da Terceira Via” (NEVES, 2005, p.123).

Mercantilizar serviços essenciais como educação e saúde é natural na lógica neoliberal, que considera que as pessoas devem pagar pelo serviço para que este seja valorizado. As consequências da desigualdade e da injustiça do sistema capitalista, como por exemplo, a pobreza, a destruição do meio ambiente e a violência, passam a ser consideradas causas dos problemas enfrentados na sociedade.

Nos países considerados periféricos do sistema capitalista, como os da América Latina, a reforma do Estado foi estimulada pelas instituições financeiras multilaterais que, fazendo uso de seus instrumentos de poder, exigiam políticas de reajuste estrutural. Os países deveriam “realizar uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas (tributária, previdência etc.), liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras” (SILVA, 2003, p.68).

⁸ “Construção teórica e ideológica neoliberal difundida no Brasil nos anos 1990 para dar conta do aparecimento, na cena política, desses novos aparelhos privado de hegemonia, além de contribuir para naturalizar a privatização das políticas públicas neoliberais, proporciona uma visão homogeneizadora da complexa organização da sociedade civil, retirando sua dimensão política de enfrentamento de classes” (NEVES, 2005).

Essas orientações, no caso brasileiro, foram colocadas em prática efetivamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (de 01 de janeiro de 1995 até 01 de janeiro de 2003), mais especificamente a partir de agosto de 1995, quando foi encaminhada ao Congresso Nacional, o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 sobre a reforma do aparelho do Estado brasileiro. Com esta estratégia, Fernando Henrique Cardoso:

[...] promoveu a desregulamentação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas (SILVA, 2003, p.71).

Sua ofensiva foi desencadeada com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)⁹. Neste período foi elaborado o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” pelo ministro Bresser-Pereira, apresentado ao país como a única alternativa para a crise. O ministro afirmava ser contrário à proposta de Estado mínimo do neoliberalismo e, sendo assim, pretendia uma combinação benéfica entre o Estado e o mercado, chamando sua proposta de “Social-liberal” (SILVA, 2003, p.76).

A proposta Social-liberal já havia sido apresentada por Collor, sendo apenas retomada pelo ministro Bresser-Pereira em um momento mais favorável, em que a reforma do Estado brasileiro já havia sido incentivada durante o governo de Itamar Franco, com o Plano Real e a reorientação da economia e dos gastos públicos. Logo após, estabeleceu-se o controle dos gastos públicos e a racionalização da gestão por meio da flexibilização dos monopólios, concessão de serviços públicos à iniciativa privada e privatizações (SILVA, 2003).

Ainda que sob roupagem distinta, o Estado Social-liberal pretendido na reforma do Estado brasileiro apenas obscurece os traços mais marcantes do neoliberalismo ressaltando a dimensão social. Entretanto, na prática, permanece como um Estado capitalista, voltado para a manutenção do sistema e para os

⁹ A criação do **Ministério da Administração Federal da Reforma do Estado – MARE** ocorreu em 1995, sob a liderança do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, com o intuito de encaminhar a reforma do aparelho do Estado brasileiro. Foi extinto em 1998, com o fim do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo suas atribuições transferidas para o Ministério do Planejamento e Gestão. Site mantido por Bresser Pereira sobre a reforma: <http://www.reformadagestaopublica.org.br/>.

princípios liberais atualizados e adaptados ao momento do capital mundializado.

Se observadas as características do que seria um Estado Social-liberal e um Estado Neoliberal, é possível perceber que o Brasil estabeleceu em suas políticas os princípios neoliberais, independente do nome adotado. Com o intuito de analisar esta contradição com mais profundidade, observamos o quadro elaborado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2005).

A comparação é realizada entre o neoliberalismo e o social-liberalismo, tendo como base as seguintes categorias fundamentais: economia, Estado, democracia, educação, seleção de indivíduos, direito, governo e princípios. A essas categorias acrescentamos o trabalho e o meio ambiente, para ampliar o entendimento de tal mudança.

É válido ressaltar que o termo social-liberalismo foi utilizado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2005) como identificação ao Estado de bem-estar social e que este, como explicitado anteriormente, não foi implementado da mesma maneira em todos os países e em muitos não chegou a ser efetivado. Sendo assim, muitas das características listadas abaixo corresponderam a apenas um grupo determinado de nações.

TABELA 2: Social-liberalismo e Neoliberalismo

Social-liberalismo / Bem-estar social	Neoliberalismo de mercado
Paradigma da igualdade de oportunidades. Tendência capitalista-liberal estatizante e democrática que imprime um projeto de modernização caracterizado por:	Paradigma da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade. Tendência capitalista-liberal concorrencial e elitista-conservadora que imprime um projeto de modernização caracterizado por:
Economia – de mercado, planejada e administrada pelo Estado; economia mais coletivista/socializada.	Economia – de mercado auto-regulável: livre concorrência; fortalecimento da iniciativa privada com ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos.
Estado – de bem-estar social: interventor, regulador, organizador e planejador da	Estado – minimalista, com três funções: policiamento, justiça e defesa nacional; projeto

economia; provedor do pleno emprego e do crescimento, da educação, da saúde, da assistência aos desempregados, etc.	de desestatização, desregulamentação e privatização; desqualificação dos serviços e das políticas públicas.
Democracia – ideal de democracia direta (Rousseau): governo do povo, pelo povo e por intermédio do povo; democracia político-social (participação política e democratização da sociedade); democracia substancial (refere-se ao conteúdo da forma de governo).	Democracia – ideal de democracia indireta (Tocqueville): governo representativo; ênfase na democracia política: democracia formal (refere-se à forma de governo).
Educação – ênfase na escola única, pública, gratuita, laica, universal e obrigatória; democrático-popular; formação para a cidadania; planificação dos sistemas de ensino.	Educação – ênfase no ensino privado, na escola diferenciada/dual e na formação das elites intelectuais; formação para o atendimento das demandas / exigências de mercado.
Seleção de indivíduos – seleção das capacidades, baseadas em critérios naturais de aptidão e de inteligência; desenvolvimento igualitário.	Seleção de indivíduos – seleção dos melhores, baseada em critérios naturais de aptidão e de inteligência; elitismo psico-cultural (seletividade meritocrática).
Direito – ênfase no direito público, na justiça social, na propriedade coletiva; a lei como instrumento da igualdade formal/real.	Direito – ênfase no direito privado, na propriedade privada; na lei como instrumento de igualdade formal.
Governo – democrático, coletivista, igualitarista.	Governo – limitado.
Princípios – ênfase na igualdade de oportunidades, na democracia popular, na justiça social, na ética comunitária e na equidade social.	Princípios – ênfase na liberdade, na propriedade, na individualidade (direitos naturais), na economia de mercado auto-regulável e na sociedade aberta.
Trabalho – concessão de direitos aos trabalhadores, organização de estatutos e ampliação do acesso a benefícios.	Trabalho – flexibilização dos contratos, desarticulação de estatutos e precarização do trabalho.
Meio ambiente – a relação do homem com o meio ambiente é problematizada e alcança proporção internacional, salientando a destruição causada pela forma como tem se desenvolvido essa relação. Prognósticos negativos são feitos em relação ao futuro do planeta.	Meio ambiente – o discurso de proteção ao meio ambiente está estabelecido, porém as políticas expressam-se em medidas paliativas. Fragmentação entre os problemas locais e globais, desarticulando medidas efetivas de transformação e proteção.

Fonte: LIBANEO; OLIVERIA; TOSCHI, 2005.

Em síntese, tem-se a transição de um Estado centralizador, intervencionista,

articulado a um sistema integrado de produção, para um Estado mínimo em relação às políticas sociais, articulado a um sistema mundializado de produção, em que a reestruturação produtiva gira em torno de movimentações de caráter predominantemente financeiro. Observa-se também que as instituições financeiras internacionais são peças-chave para essa transição.

As regulamentações do Estado foram transferidas para uma esfera de maior poder econômico, composta por instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), dominadas por governos e banqueiros de países capitalistas centrais. De acordo com Moraes (2001, p.39), os movimentos trabalhistas lutaram durante dois séculos para se organizar, conquistar o direito ao voto e de influir na elaboração das políticas e leis. “Agora que conquistaram esse voto, o espaço em que ele se exerce é deixado em proveito de um espaço maior, mundializado, onde eles não votam nem opinam”.

Para Petras (1997), falar em doutrina de livres mercados é simplesmente utilizar um eufemismo para falar de pilhagem estrangeira privada. A regulamentação da economia passou do nível nacional para o internacional, a concentração de renda substituiu a distribuição equitativa, os serviços privados substituem os públicos e a riqueza de alguns acompanha o empobrecimento do bem-estar social.

Uma iniciativa brasileira para reaver o espaço de discussão política, no qual as pessoas pudessem participar da elaboração de alternativas ao modo de organização da sociedade capitalista e influir nas decisões tomadas pelos governantes é o **Fórum Social Mundial**. Foi idealizado pelo empresário Oded Grajew, em oposição ao **Fórum Econômico Mundial** de Davos, na tentativa de extrapolar a dimensão dos protestos e manifestações em massa contra as práticas de dominação da hegemonia neoliberal, passando para uma esfera de proposições, ou seja, a busca concreta de respostas e alternativas aos parâmetros neoliberais (WHITAKER, 2000).

Apesar de concebido no Brasil, o Fórum Social tem a dimensão internacional, ocorre anualmente desde 2001 e tem caráter não confessional, não governamental e não partidário. O uso sustentável dos recursos naturais do planeta e o desenvolvimento de uma economia que privilegie o meio ambiente e o bem-estar dos povos, ao invés das grandes corporações, é um dos eixos principais de discussão do Fórum, desde sua primeira edição.

Em 2001 e 2002 surgiu como o eixo temático “Acesso às riquezas e a sustentabilidade”, depois, em 2003, como “Desenvolvimento democrático e sustentável” e em 2004 como “Meio ambiente e economia”. Nos anos seguintes o Fórum teve ampliações significativas em relação ao número de participantes e aos eixos temáticos de discussão, porém permaneceu dando destaque ao meio ambiente e a construção de um parâmetro de desenvolvimento econômico que atenda a qualidade de vida dos povos da Terra.

O caráter de oposição a políticas neoliberais e luta contra o domínio do capital também permaneceram nessa iniciativa de resistência, ampliando a discussão sobre a educação como formação humana, voltada para a emancipação e desenvolvimento da consciência crítica das pessoas.

Para Chesnais (1997), todas as dinâmicas que ocorreram em concomitância com a globalização não corresponderam de forma alguma a um processo de integração mundial que vise a distribuição igualitária de riquezas. Ao contrário, elas promoveram e liberaram a polarização e a desigualdade que o período anterior, de Estado de bem-estar social, tentara conter. É um quadro de integração para poucos e marginalização para todos os outros.

Impulsionada pelo processo de mundialização da economia, a década de 1990 presenciou a criação (ou idealização) de grandes blocos econômicos, na tentativa de fortalecer alguns grupos de países perante a recente reorganização capitalista, conseguindo assim uma inserção mais competitiva no mercado mundial. Em 1992 a antiga União Econômica Européia (CEE) reorganizou-se como União Européia (EU) e em 1994 entrou em vigor o Nafta (Tratado Norte Americano de Livre Comércio).

Na América Latina, foi criado em 1991 o Mercosul (Mercado Comum do Sul), definido como um processo de integração que pretendia envolver as dimensões econômica, política e social dos países participantes. O Tratado de Assunção é o documento pelo qual o bloco foi fundado, tendo como participantes a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Estabelece entre seus objetivos a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a harmonização de suas legislações para o fortalecimento do processo de integração (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Os Estados Unidos propuseram em 1994 a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), um acordo pelo qual seria criada uma zona sem barreiras alfandegárias, com a participação dos países da América no Norte, Central e do Sul, exceto Cuba. O PIB somado desse conjunto de países seria de aproximadamente 13 trilhões de dólares, superando em 2 trilhões o PIB da UE. O setor produtivo dos Estados Unidos, mais completo e desenvolvido, estaria em vantagem sem as restrições à livre circulação de mercadorias, resultando no crescimento das exportações e no prejuízo das indústrias menores e trabalhadores locais dos outros países.

O economista cubano Oswaldo Martinez (2002, p.81), considera a ALCA um acordo essencialmente dominador, de um país rico sobre os demais países de economia mais frágil. Sendo assim, beneficia poucos sujeitos sociais e traz prejuízo para diversos grupos da população. Para as populações camponesas significaria a entrada em grande escala do agronegócio norte-americano e o “ingresso de produtos agrícolas [...] em condições prejudiciais de competição”. Nos encontros de preparação do acordo, os Estados Unidos não estavam dispostos a ceder em diversas questões, entre elas os subsídios para a agricultura e os direitos à propriedade intelectual. Com o apoio de ampla mobilização popular, em 2005 os acordos para criação da ALCA foram paralisados, com a saída do Brasil e da Venezuela das negociações.

Um novo modelo de integração entre os países da América Latina foi idealizado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 2001, contrapondo-se à ALCA. A proposta chama-se ALBA¹⁰, seu acordo foi assinado em 2004 pela Venezuela e por Cuba e até junho de 2009 outras sete nações integraram o acordo: Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas (ALBA, 2009).

Em janeiro de 2009 os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Fernando Lugo (Paraguai), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e o governador do Maranhão, Jackson Lago, encontraram-se em Belém (PA) com os movimentos sociais da região para a proposição da ALBA como alternativa para a crise economia mundial. O dirigente nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

¹⁰ Inicialmente **ALBA** referia-se a **Alternativa Bolivariana das Américas**, mas a partir de junho de 2009 foi alterado para **Aliança Bolivariana para as Américas**.

Terra), Pedro Stedile pronunciou-se, afirmando que apesar de os presidentes latino-americanos estarem se encontrando regularmente, seria necessário que além dos discursos políticos, medidas concretas fossem tomadas e ocorresse a mobilização das massas populares para que a correlação de forças no continente possa se alterar (MANSUR, 2009).

As propostas apresentadas para compor essas medidas concretas iniciam-se com a recuperação da soberania dos povos sobre os recursos naturais, principalmente o petróleo e a energia. Em seguida, a democratização dos meios de comunicação, a nacionalização dos bancos como forma de controlar o capital financeiro e fluxo de dinheiro para o exterior, a criação de uma moeda regional para minimizar a importância do dólar. A sugestão da Via Campesina é que a moeda regional se chamasse *maíz*, como referência à cultura do milho (MANSUR, 2009).

Esta breve caracterização da sociedade capitalista nas últimas décadas revela como as contradições do capital desenvolveram-se e influenciaram o direcionamento das políticas para o meio ambiente e para a educação. Construídas na dinâmica de tal problemática, essas políticas referem-se a problemas extremos que afetam a qualidade e a capacidade de continuação da vida.

2.2 A inserção do meio ambiente como tema para discussão internacional

A agenda política das agências internacionais é composta por metas e ações previstas para serem implantadas nos países em desenvolvimento. Estas metas são elaboradas mediante diversas dinâmicas internas e externas a essas agências, em uma relação caracterizada pela disputa de poderes e interesses de diversos matizes, como econômicos, políticos, sociais e especialmente nas duas últimas décadas, interesses ambientais. Em situações de pressão externa, há articulação de segmentos da sociedade civil, como ONG's ou movimentos sociais, de Estados ou de grandes grupos empresariais. O direcionamento tomado na agenda pode ser redimensionado.

Para a análise das políticas internacionais de meio ambiente e educação

apregoadas pelas agências internacionais estudadas nessa pesquisa, torna-se necessário apreender como a problemática da preservação ambiental e suas diversas implicações sociais e econômicas, alcançou tal proporção na agenda dessas instituições, alçando a educação para o meio ambiente como um dos focos de suas plataformas de trabalho.

A discussão a respeito da temática ambiental no cenário internacional pode ter seu início apontado a partir da década de 1940, por meio de ações esporádicas de cientistas e ativistas ambientais, como a realização de eventos, publicação de livros e estudos e a organização de grupos de proteção ambiental. O terceiro relatório produzido pelo Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) compara essas ações a peças supostamente desconexas de um quebra-cabeça mundial, que começava a ser organizado e desvelava um futuro incerto (PNUMA, 2002).

A motivação para essas ações tem relação com um dos episódios mais marcantes da história contemporânea, as bombas atômicas detonadas em Hiroshima e Nagasaki pelos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, em 1945. Esta explosão constitui-se em um marco, ao trazer uma nova perspectiva de destruição em massa e provar, na prática, que o homem tem a capacidade de modificar radicalmente o meio ambiente, tanto em relação à proporção de seus efeitos quanto ao tempo de duração dos mesmos. O ocorrido evidenciou também que as contradições entre as classes sociais, que expressam as contradições da sociedade capitalista, “condicionam e explicam o comportamento (do ser humano) em relação à natureza” (FOLADORI, 2001, p.115).

A primeira dessas ações foi a fundação da IUCN (União Internacional para a Proteção da Natureza), em 1948, por iniciativa de um grupo de cientistas ligados às Nações Unidas, com objetivo de proteger a natureza, desenvolver pesquisas e fazer campanhas de divulgação e educação. A instituição permanece ativa¹¹, reúne agências governamentais, organizações não-governamentais e cientistas, com cerca de mil membros distribuídos em 140 países, sendo que destes, 19 pertencem à América Latina¹². As metas propostas em sua agenda compreendem a conservação

¹¹ As ações atuais desta instituição podem ser conhecidas por meio do site: <http://www.iucn.org/es/index.cfm>.

¹² Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

da integridade e diversidade natural, além de auxílio técnico na preparação de estratégias nacionais de conservação e na supervisão de projetos de campo a diversos países, entre eles o Brasil (IUCN, 2008).

Na década de 1960, denúncias a respeito da ampla utilização do pesticida DDT¹³, procedentes da pesquisadora e bióloga norte-americana Rachel Carson (1907-1964) no livro “Primavera Silenciosa”, resultaram em inquietação e desenharam com mais clareza a necessidade de debate sobre o uso indiscriminado de produtos químicos e sobre a ação humana na natureza. O livro foi publicado em 1962, após algumas tentativas frustradas de publicar os estudos em forma de artigos em revistas de ampla circulação, como *Reader’s Digest*, conhecida no Brasil como “Seleções”.

A introdução do livro é famosa entre ambientalistas e pesquisadores da área pela fábula que descreve uma cidade silenciada pelo uso do pesticida, pois os pássaros que cantavam durante a primavera morreram envenenados, assim como os outros animais. Um dos principais alertas da obra refere-se à utilização de produtos químicos com pouca ou nenhuma pesquisa prévia, desconhecendo assim seus efeitos no solo, na água, na vida de animais e dos seres humanos. Carson denunciava a possibilidade de extinção de algumas espécies de aves, como o falcão peregrino e a águia careca, além da relação do veneno com doenças crônicas, câncer e danos genéticos.

O DDT é um inseticida organoclorado, sendo uma de suas propriedades a permanência de resíduos nos tecidos gordurosos dos animais, na água e no solo. Nos seres humanos, o veneno absorvido pela pele ou encontrado em alimentos acumula-se no organismo. A pesquisadora afirmava que uma única aplicação de DDT em uma lavoura poderia agir por semanas ou até meses, matando não apenas os insetos, mas diversas outras espécies, mantendo a toxicidade do ambiente mesmo quando diluído pela água da chuva. Além de encontrados em leite materno e de vaca em algumas regiões dos Estados Unidos, resíduos do pesticida foram identificados em regiões longínquas, onde o produto não havia sido utilizado: no tecido gorduroso de pinguins e ursos polares do Ártico e em baleias na Groelândia.

¹³ Sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano. Este pesticida foi largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo. Apesar de sintetizado em 1874, suas propriedades inseticidas foram descobertas somente em 1939 por Paul Muller, químico suíço que recebeu o prêmio Nobel de medicina, em 1948, por essa investigação.

O impacto do livro de Carson gerou polêmicas e incentivou intensos debates, ao mesmo tempo em que os representantes das indústrias químicas se mobilizavam na tentativa de combater os argumentos da bióloga. Uma intensa campanha de desmoralização foi colocada em prática, com acusações de cunho moral, no intento de desqualificar seu trabalho científico.

Apesar dessa campanha de desmoralização, a pressão popular incentivou o presidente norte-americano, John Kennedy (1917-1963) a convocar um comitê científico que examinasse as denúncias da pesquisadora. Com um parecer favorável a ela, o uso do DDT passou a ser monitorado rigorosamente. De acordo com Godoy (2009), apenas alguns meses após a morte do presidente Kennedy, a fiscalização foi afrouxada.

No Brasil, a substituição do uso do DDT por agrotóxicos fosforados foi realizada de forma imprudente e causou a morte de muitos camponeses. Pinheiro, Nasr e Luz (1998) ressaltam que até 1964 o consumo de venenos no Brasil era de 16 mil toneladas, principalmente em São Paulo com as culturas de café e algodão. Sendo grande a presença de agricultores nipônicos, corriqueiramente encontravam-se rótulos e recomendações no idioma japonês.

Foi ensinado que para misturar o DDT, formulado com pó molhável, na água, o agricultor deveria usar o braço, com a mão aberta girando meia volta em um e outro sentido, para facilitar a mistura. Como o DDT tem uma dose letal alta, não havia maiores problemas. Somente depois de 15 anos eles apareceriam. Mas, quando o agricultor tentou repetir a técnica com o Parathion, primeiro fosforado introduzido no Brasil, caiu morto, fulminado! O fato repetiu-se amiúde. O agricultor [...] passou a chamar o Rhodiatox (Rhodia)/Folidol (Bayer), que eram os nomes comerciais do Parathion, de: MATA JAPONÊS (PINHEIRO; NASR; LUZ, 1998, p.109).

Em 1985 foi cancelada a autorização do uso do DDT em animais e lavouras brasileiras e, em 1998, foi suspenso o uso por agências de saúde do país. Em 14 de maio de 2009 entrou em vigor a lei proposta pelo Senador Tião Viana, nº1.936, que proíbe a fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque, comercialização e uso do DDT no Brasil e determina que todo o produto existente no país deve ser incinerado (D'AMATO; TORRES; MALM, 2002).

Nos últimos anos, estudos têm sido realizados para examinar os possíveis

efeitos que os agrotóxicos, em especial os organoclorados, causam na saúde humana. Ainda que as razões para a Doença de Parkinson sejam desconhecidas, pesquisas feitas com agricultores franceses conseguiram identificar fatores que aumentam o risco da enfermidade, como a associação de suscetibilidade genética e fatores ambientais. De acordo com a pesquisa, divulgada em julho de 2009, a exposição ao DDT está sendo considerada uma das razões para o aumento das chances de desenvolver a Doença de Parkinson e a maior incidência do mal está entre agricultores (CORTEZ, 2009).

A incoerência existente no período de publicação do livro de Rachel Carson é ressaltada por Foladori (2001). Ele alega que ao mesmo tempo em que era formada a consciência das pessoas para a atuação destrutiva do homem no meio ambiente, o uso em grande escala de pesticidas na agricultura era incentivado pelos agentes internacionais que defendiam o modo de produção capitalista.

A partir da década de 1960, políticas agrícolas específicas foram implantadas nos países em desenvolvimento, não por desejo da população desses países, mas por prescrição externa. Instituições internacionais instalaram centros de pesquisa para a seleção de variedades de cereais com elevado rendimento, sob o argumento de que as agriculturas tradicionais não seriam suficientes para atender a demanda populacional. Para a Ásia o centro foi instalado nas Filipinas e, para a América Latina no México, tendo em seu receituário a utilização de técnicas agrícolas não sustentáveis ecologicamente e a exportação de produtos vinculada à importação de pesticidas e adubos químicos. É a chamada Revolução Verde (TOUSSAINT, 2002).

O Banco Mundial é a principal (mas não é a única) agência a promover a revolução, em parceria com multinacionais da agroquímica. O primeiro país a passar por esse conjunto de medidas foi a Índia, quando após um período de seca solicitou limitado auxílio ao BM e só depois de reformar toda sua política agrícola recebeu a ajuda requerida. Toussaint (2002) afirma que a produção agrícola indiana mantinha um padrão de crescimento contínuo, tendo alteração apenas por causa da seca ocorrida em 1965 e que não precisaria ter transformado sua política.

As estruturas tradicionais das comunidades indianas tornaram-se dependentes de uma tecnologia que não produziam e não dominavam. As novas sementes compradas proporcionavam alto rendimento, à curto prazo, mas passaram a exigir cada vez mais insumos, tanto adubos químicos quanto agrotóxicos. O

desgaste ambiental revelava-se no empobrecimento da biodiversidade, na exaustão dos solos pelo cultivo intensivo das monoculturas, no aumento das doenças das plantas, pois as espécies modificadas eram mais frágeis que as tradicionais (TOUSSAINT, 2002).

A cientista Vandana Shiva (2009) é uma pesquisadora engajada no estudo dos transgênicos e na organização da resistência camponesa na Índia. Ela sustenta que o problema nos países pobres não é a estrutura tradicional da agricultura, mas sim a repartição da terra e a distribuição desigual das riquezas. Sobre a Revolução Verde, explica que a adesão à nova tecnologia instaurou a dependência e o endividamento, pois para manter a compra de fertilizantes e venenos, além de sementes novas todos os anos, os países recorreram a créditos do Banco Mundial.

Combatendo os princípios propagados durante a revolução, Shiva (2009) iniciou um projeto na década de 1980, de conservação de sementes, visando proteger as espécies que corriam risco de desaparecer. Em sua cooperativa agrícola, desenvolveu um modelo de biodiversidade e economia sustentável, possui bancos de sementes resistentes e livres de doença, os bois aram e fertilizam a terra e a energia é produzida naturalmente:

Abolindo os combustíveis fósseis da nossa fazenda, descobrimos a verdadeira energia: a da micorriza (associação simbiótica de fungos e raízes de plantas) e das minhocas, das plantas e dos animais, todos alimentados pela energia do sol (SHIVA, 2009, s/p).

Em 1965, a expressão Educação Ambiental foi destacada pela primeira vez na Conferência de Educação realizada na Universidade de Keele, Grã Bretanha, acompanhada da proposta de transformar este tema em parte essencial da educação de todos os cidadãos. Ainda na década de 1960 criou-se a organização Fundo Mundial para a Natureza (WWF)¹⁴ e, em 1971, o *Greenpeace*¹⁵. Estas duas ONG's estão presentes em grande número de países e promovem ações de denúncia e defesa ao meio ambiente.

Entre as iniciativas deste período, merece destaque a criação, em 1968, do Clube de Roma, que diante da constatação de precariedade em que se encontravam

¹⁴ Para mais informações sobre a organização: <http://www.worldwildlife.org/>.

¹⁵ Para mais informações sobre a organização no Brasil: <http://www.greenpeace.org/brasil/>.

os sistemas naturais fundamentais à vida humana no planeta, objetivava debater e articular soluções para os principais problemas do meio ambiente. O Clube surgiu por iniciativa do empresário italiano Aurélio Perccei, com a convocação de trinta cientistas de diferentes nacionalidades, para reuniões de debate sobre questões econômicas, políticas, naturais e sociais. Entre os vários membros brasileiros atuais está o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como membro honorário (CLUBE DE ROMA, 2009).

A publicação mais importante do grupo foi o relatório “Os limites do crescimento”, em 1972, que apresentava os resultados obtidos a partir de pesquisa realizada entre 1968 e 1971. O objetivo da pesquisa era examinar os problemas que os povos de todas as nações enfrentavam, como a pobreza, a deterioração da natureza, desemprego, expansão urbana desenfreada e êxodo rural, entre outros. Foi chamada, por isso, de “Projeto sobre o Dilema da Humanidade” e apontou como principais e mais graves problemas a serem tratados: o aumento acelerado da industrialização, o rápido crescimento demográfico, a degradação do meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais.

Uma crítica presente no relatório, que constitui na perspectiva do grupo o dilema da humanidade, é o homem ter a capacidade de perceber uma problemática, mas não compreender suas origens e significados, não conseguir estabelecer uma relação entre os vários elementos que a compõem, apesar de toda a habilidade e inteligência que possui. Por esta razão, se torna incapaz de planejar soluções eficazes. “Fracasso que ocorre, em grande parte, porque continuamos a examinar elementos isolados na problemática, sem compreender que o todo é maior do que suas partes; que a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais” (MEADOWS, 1972, p.11).

Defendiam que para alcançar um nível aceitável de estabilidade, era necessário paralisar o desenvolvimento econômico, posicionamento que entrava em choque com as teorias econômicas que defendiam o crescimento ininterrupto. As teses presentes no relatório foram elaboradas por uma equipe chefiada pelos cientistas Dennis e Donella Meadows (MEADOWS, 1972).

O impacto causado influenciou o direcionamento dado na realização, no mesmo ano, da primeira grande “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, em Estocolmo. Participaram desta reunião 113 países

signatários da ONU, inclusive o Brasil. Esta foi a primeira demonstração de preocupação oficial em desenvolver um trabalho educativo que sensibilizasse as pessoas para a problemática ambiental.

A conferência resultou na criação do Pnuma e na estruturação do PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental)¹⁶. Além disso, do encontro resultou a “Declaração sobre o meio ambiente humano”, que destacava a necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que orientassem as nações na preservação e melhoria do meio ambiente.

Em outubro de 1975, a Unesco, juntamente ao Pnuma, promoveu em Belgrado o “Encontro Internacional sobre Educação Ambiental”. Deste encontro elaborou-se a “Carta de Belgrado”, entretanto, é em outubro de 1977 que ocorre o evento considerado, de forma geral, como baliza das discussões ambientais no âmbito internacional. Neste ano é realizada em Tbilisi, ex-URSS, a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, na qual objetivos e estratégias pertinentes à temática foram definidos, tanto em nível nacional quanto internacional.

Apesar da importância destas conferências e do avanço que proporcionaram em relação ao alargamento da discussão internacional sobre o meio ambiente e sua preservação, a essência do problema praticamente não foi discutida. De acordo com Foladori (2001), essa essência é o modo de produção capitalista, incompatível com as propostas de preservação ambiental apresentadas até então nas conferências ambientais, por organizações ambientais e por agências regionais e internacionais.

Conforme nos atesta o autor, a solução oferecida, por exemplo, pelo Clube de Roma, de um crescimento econômico limitado, é inconciliável com a produção capitalista destinada ao lucro. A diminuição de exportação de recursos naturais não condiz com o processo de globalização econômica, e garantir que o objetivo do desenvolvimento seja o bem estar e a qualidade de vida das pessoas também se opõe ao objetivo de lucro e acumulação de riquezas.

Outra questão contraditória é a inconsistência da idéia de que os avanços científicos e tecnológicos seriam por si só suficientes para solucionar todos os problemas ambientais que pudessem surgir. Inegavelmente estes avanços foram abrangentes e velozes, entretanto, muitas vezes distintos de vontade e ação política,

¹⁶ Os princípios orientadores do PIEA foram formulados apenas em 1975, durante a Conferência de Belgrado.

de forma que não puderam evitar que a década de 1980 fosse lembrada como um período de grandes acidentes ambientais de efeitos desastrosos.

O mais grave foi o da usina nuclear de Chernobyl, em 26 de abril de 1986, que acarretou grande número de vítimas, pessoas mortas no desastre ou posteriormente, em decorrência dos efeitos da contaminação nuclear, além de danos irreversíveis ao meio ambiente. Na mesma década uma explosão na Índia, em uma fábrica de pesticidas vitimou mais de 2 mil pessoas, além de cegar e ferir gravemente mais 200 mil. Tanques de gás líquido explodiram na Cidade do México, além de diversos outros acidentes ambientais (FOLADORI, 2001).

Castro (1972, s/p.), em trabalho apresentado na Conferência de Estocolmo, afirma que a tecnologia não pode ser definida como boa ou má, mas é a sua utilização que lhe dá sentido ético: “Se nos países do Terceiro Mundo a tecnologia age contra os povos subdesenvolvidos é porque foi utilizada unicamente para produzir o máximo de vantagens e lucros para os grupos da economia dominante”.

Em 1983 a ONU determinou a criação de um grupo de pesquisa, chamado de “Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”. A comissão foi presidida pela primeira ministra da Noruega na época, Gro Harlem Brundtland, e por Mansour Kalid, e composta por cientistas e organizações não-governamentais de diversos países, incluindo o professor brasileiro Paulo Nogueira Neto.

O objetivo da comissão era estudar a relação entre o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente. O trabalho consistiu em quatro anos de pesquisas e discussões para, ao fim, em 1987, divulgar o relatório “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland*, responsável por disseminar mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com o documento, numa conceituação inicial, desenvolvimento sustentável “[...] é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p.46). Apesar das inúmeras definições existentes de desenvolvimento sustentável, inclusive no próprio relatório, este conceito continua sendo o mais utilizado em pesquisas e estudos.

Metas internacionais para educação ambiental foram estabelecidas no relatório, para serem cumpridas mediante a ação de instituições internacionais,

principalmente aquelas vinculadas à ONU. Estabeleceu-se que a degradação ambiental não poderia ser tratada como fenômeno isolado, mas em articulação com o problema da pobreza e das desigualdades sociais. A pobreza, inclusive, é destacada como uma das causas e das consequências dos problemas ambientais.

Aspecto importante das pesquisas realizadas pela Comissão foi o fato de seu relatório não atribuir ao crescimento econômico e à industrialização parcela significativa de responsabilidade pela degradação da natureza, mas, ao contrário, o documento mantém uma postura neutra e possivelmente essa é a razão de ter, tão rapidamente, sido aceito em escala mundial (GODOY, 2008).

Na opinião de Brundtland (2007), grandes avanços resultaram deste relatório. Para ela, vários países passaram a discutir os problemas do meio ambiente e a se comprometer com a solução para essas questões e isso pode ser comprovado, no entendimento da autora, pela ampla participação desses países na conferência realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Entretanto, o fato de nações discutirem os problemas ambientais e terem se comprometido com suas possíveis soluções não resultou em ações concretas que transformassem o quadro de degradação e desrespeito à natureza.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, tornou-se referência para o encaminhamento das discussões internacionais sobre a temática ambiental. Além dos debates oficiais, dois, dentre os inúmeros eventos paralelos que ocorreram, foram relevantes: a "1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental", um dos encontros do Fórum Global que atraiu cerca de 600 educadores do mundo todo e o "Workshop sobre Educação Ambiental" organizado pelo MEC, Ministério de Educação.

Na conferência elaborou-se a agenda do Rio, um plano de ação para o século XXI, que buscava estratégias de cooperação entre as nações para tratar os problemas ecológicos globais, como alterações climáticas, poluição industrial, destruição da camada de ozônio, gestão dos recursos marinhos e de água doce, desmatamento, desertificação, degradação do solo e aspectos sobre a diversidade biológica. Essa agenda ficou mundialmente conhecida como **Agenda 21** um programa voltado à cooperação internacional e ao desenvolvimento de políticas em nível nacional e internacional.

A orientação da conferência, bem como das conferências da década de 1970, direciona que a educação para o meio ambiente não se limite à educação formal, mas que também englobe ambientes educativos não-formais, utilizando inclusive os meios de comunicação em massa. No Brasil, por meio de um acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, a Unesco coloca essa recomendação em prática com a realização do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, que busca, entre outros, mobilizar a participação social na proteção, na conservação do meio ambiente e no comprometimento de manutenção dos recursos naturais (UNESCO, 2008).

Para Foster (2007), a Rio 92 representou a esperança construída pela humanidade de unir-se para solucionar os crescentes e cada vez mais densos problemas ecológicos, demonstrando que realmente a década de 1980 atingiu a consciência pública nessa problemática. A guerra do Golfo e o fim da URSS em 1991 contribuíram para que os países economicamente dominantes difundissem a imagem de uma unidade mundial, fortalecida também pela assinatura do protocolo de Montreal, o qual restringia a fabricação de produtos químicos prejudiciais à camada de ozônio e auxiliava a retórica de que esses países trabalhariam em conjunto pela conservação do planeta.

Na contramão das discussões da conferência, Larry Summers, economista chefe do Banco Mundial em 1992, defendia a exportação de empresas poluentes do Norte para o Sul, como tática para estimular o desenvolvimento industrial e aliviar as pressões de poluição dos países desenvolvidos. Ele rechaçava as idéias de que pudesse existir limites à capacidade de absorção do planeta e aos recursos naturais, além de afirmar que não existiam riscos de tragédias devido ao aquecimento climático. Soa como ironia, mas no mesmo ano, como resultado das discussões da Rio 92, o Banco Mundial se tornou o encarregado da gestão do Fundo do Meio Ambiente Mundial (TOUSSAINT, 2002).

Em concordância com esse discurso de união da Rio 92, ocorreu em 2000, em Nova Iorque a Cúpula do Milênio, evento promovido pela ONU, no qual foram traçados os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”¹⁷, enumerados na “Declaração do Milênio”. A declaração foi aprovada por 147 chefes de Estado e representantes de outros países presentes no encontro. Os oito objetivos do Milênio

¹⁷ Os objetivos do Milênio estão disponíveis no site: <http://www.nospodemos.org.br>.

são: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) Universalizar a educação básica; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Garantir a sustentabilidade ambiental; 7) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; e 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. A Declaração do Milênio passou a figurar como mais um documento referencial para a Educação Ambiental.

Pinheiro, Nasr e Luz (1998) defendem que no início da década de 1990 uma segunda fase da Revolução Verde é posta em prática, sob os auspícios da biotecnologia e suposta valorização da agricultura ecológica. Durante o governo de Reagan, uma publicação alertava para a necessidade de transformar a agricultura industrial americana em uma agricultura ecológica, e desde então, passou a valorizar a chamada Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável, ADRS.

Em 1991 a UE aprovou um regulamento para a produção de alimentos da agricultura ecológica. A Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica, IFOAM, delineou um mapa para a produção de alimentos na América Latina e assim, aos poucos, um novo mercado para produtos livres de veneno foi criado. Grandes empresas multinacionais têm produzido alimentos sem veneno e fazem disso um diferencial de produção e venda, criando selos de qualidade. Enquanto isso, os agricultores dos países em desenvolvimento, que desde a década de 1960 são bombardeados por sementes híbridas e por intenso incentivo ao uso de agrotóxicos, passam a ter seus produtos caracterizados como segunda linha, inferiores (PINHEIRO; NASR; LUZ, 1998).

Em agosto de 2002 a Unesco e outras agências novamente patrocinaram uma reunião global, desta vez em Johannesburgo, África do Sul. A Cúpula Mundial foi chamada de **Rio+10** e avaliou a implementação das propostas da Agenda 21, constatando que ao contrário do que era esperado por seus idealizadores, as metas não haviam sido cumpridas e a degradação ambiental se acelerara. Outro objetivo da conferência foi construir uma avaliação consensual sobre as condições atuais do meio ambiente e traçar prioridades para ações futuras, reforçando os compromissos assumidos em 1992 e agilizando a efetivação dos objetivos da Agenda 21.

Foster (2007) afirma que os dez anos que separaram as conferências de 1992 e 2002 se colocaram como uma linha divisória entre dois períodos históricos e revelam as contradições de todo um século. A expectativa presente nos

participantes da conferência em 1992 deixou espaço para consternação e desconfiança; as principais questões ambientais não apenas não haviam sido resolvidas como se ampliaram. No lugar de metas concretas, o resultado alcançado foi apenas um protocolo de intenções, sem peso de lei.

No decorrer desta década, o discurso de unidade mundial antes apregoado revelou-se como uma fraude retórica e deixou a muitos pesquisadores presentes no evento a certeza de que o desenvolvimento sustentável defendido ao longo desses anos voltava-se, na verdade, a sustentar a acumulação do capital, independente do custo ecológico que acarretasse. “[...] Toda a retórica usada, [...] tinha servido apenas para tentar disfarçar o fato de que o verdadeiro *nêmeses*¹⁸ do ambiente do planeta era a economia mundial capitalista” (FOSTER, 2007, p.3).

O novo período histórico citado pelo autor compreende o processo de transformação do capital monopolista em capital financeiro, que amparado e estimulado pelo avanço da globalização extrapola o âmbito da economia e constrói o quadro conhecido como mundialização do capital, dominado por políticas neoliberais e pelas bolhas financeiras. O mesmo momento revela também o empenho norte-americano em manter sua hegemonia mundial diante das recorrentes crises financeiras e das tentativas de retomar um posicionamento sólido, recorrendo a recursos militares.

Além da não participação dos EUA no protocolo de Quioto, em 1997, que propunha um compromisso mundial para a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, o então presidente norte-americano, George W. Bush, não compareceu ao encontro em Johannesburgo e desviou a atenção mundial com as ameaças militares ao Iraque, argumentando que este possuía armas de destruição em massa e deveria ser detido. Foster (2007) atesta para a perplexidade dos participantes da Rio +10, incluindo ele próprio, ao assistir os preparativos norte-americanos para a guerra com o Iraque, enquanto se discutia o aquecimento do planeta devido à queima de combustíveis fósseis. O autor afirma que para os ambientalistas presentes não havia dúvida de que o verdadeiro motivo para a invasão era o controle do petróleo.

O local escolhido para a realização das conferências também traz indícios

¹⁸ Na mitologia grega, deusa da justiça, da vingança e da punição.

significativos sobre o momento em que foram realizadas. A escolha do Brasil, em 1992, demonstrava o desejo – e a esperança – mundial de preservação da biodiversidade do planeta, simbolicamente representada pela Amazônia. A escolha de Johannesburgo para a conferência de 2002 relacionava-se com o fim do *apartheid* e simbolizava progresso social. Entretanto, como afirma Foster (2007), essa escolha representou o entendimento de que havia na verdade um *apartheid* ambiental global, em que as nações economicamente poderosas destruíam e afetavam drasticamente as nações mais pobres.

Enfim, em 2005, as Nações Unidas lançaram a **Década da Educação Para o Desenvolvimento Sustentável**. Para a Unesco, o desafio da década é promover entre as pessoas comportamentos comprometidos com a sustentabilidade:

[...] estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem nos impõem responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza como um todo (DEDS, 2008).

A Unesco considera a década um veículo de responsabilidade social pelo qual seria possível demonstrar o compromisso das agências internacionais, da sociedade civil, dos governos, do setor privado e das ONG's em aprender a viver em padrões de sustentabilidade. À educação, mais uma vez, é atribuído papel fundamental para a condução do desenvolvimento sustentável.

A Década 2005-2015 também foi concebida como um meio de implementação do capítulo 36 da Agenda 21, para efetivar as políticas e programas educativos previstos no documento. Ela enfatiza que a educação “[...] é um fator crítico para promover o desenvolvimento sustentável e para desenvolver a capacidade das pessoas no que se refere às questões do meio ambiente e do desenvolvimento” (GADOTTI, 2007, p.2).

A partir dessa retomada histórica, é possível perceber que, apesar das preocupações com o meio ambiente serem notadas desde a década de 1940, a discussão se delineou mais claramente na década de 1970, período em que a temática foi incorporada à agenda das instituições vinculadas à ONU. Entretanto, mesmo com a participação maciça das nações do mundo demonstrando em seu discurso comprometimento em proteger a natureza e garantir o sustento do meio

ambiente, os posicionamentos a respeito da problemática ambiental não são homogêneos, tanto na esfera conceitual quanto prática.

A preocupação demonstrada pelos países é direcionada para a redução dos níveis de poluição, depredação, pobreza e superpopulação, mas não há propostas de superação do modo de produção que produz toda essa destruição e desigualdade. Diante dessa constatação de contradição, examinaremos as principais escolas de pensamento que abordam as relações entre sociedade e meio ambiente.

2.3 Apreensões sobre o Meio ambiente: economia ambiental e economia ecológica

A economia ambiental também é conhecida atualmente como economia neoclássica ambiental, não por pretender aplicar as ciências econômicas à problemática ambiental, mas por incorporar o meio ambiente como objeto de estudo. A atenção dessa escola de pensamento econômico, de acordo com Chang (2004, p.1), se concentra na “[...] análise sobre a escassez, onde os bens são valorados segundo a sua abundância/raridade. Quando escassos são considerados bens econômicos e quando abundantes, são bens não-econômicos”.

Diante da atual proporção da crise ambiental, recursos naturais antes considerados inesgotáveis, como a água e outras fontes de energia não renovável, começam a escassear, adquirindo assim qualidade de bem econômico. A problemática desponta ao percebermos que estes recursos naturais, mesmo sendo fundamentais para o processo produtivo, não possuem dono e preço e situam-se por isso, externos ao mercado. A incorporação do meio ambiente ao mercado se dá por meio de um procedimento de internalização dessas externalidades, ou seja, determinar uma valoração monetária para os componentes naturais. Quando isso se dá, o meio ambiente passa a ter preço ou direito à propriedade, por tornar-se um bem econômico.

Arthur Cecil Pigou (1877-1959) foi o primeiro a definir o conceito de internalização das externalidades, em 1920, ao escrever “A economia do Bem Estar”. Ele foi professor do economista Keynes (1883-1946) e precursor da defesa de que o Estado é necessário para regulamentar e disciplinar efeitos externos. O mercado de forma geral seria falho, salvo em situações raríssimas de uma concorrência perfeita. Essas falhas do mercado fariam com que a maximização do bem-estar privado não acontecesse em paralelo à maximização do bem-estar social (CHANG, 2004).

Para Pigou, as externalidades são todos os efeitos involuntários ao bem estar das pessoas ou empresas. Quando essas externalidades são negativas e trazem prejuízos, são considerados como custos individuais repassados para a sociedade e devem ser internalizados, pois indicam que falta adequação entre os custos sociais e privados. A intervenção do Estado seria fundamental para estabelecer taxas que correspondessem ao custo social infringido à sociedade, ou seja, se uma empresa é poluidora, seu custo de produção deverá aumentar e seu lucro diminuir na mesma proporção.

De acordo com Chang (2004), em outra abordagem está a interpretação de Ronald Coase, economista inglês integrado à Escola de Chicago e adepto do ultraliberalismo que se opõe às políticas de intervenção defendidas por Keynes e amplamente aceitas após a crise da década de 1930. Coase escreveu em 1960 o artigo, “O Problema do Custo Social”, que se opunha à teoria de Pigou de que somente o Estado poderia corrigir as falhas cometidas pelo mercado. O direito à propriedade é acentuado por Coase em sua teoria, sugerindo que os bens públicos são frágeis e que a propriedade privada é mais eficiente. Nesta linha, sugere também a privatização do meio ambiente, que corresponderia ao mercado da ecologia. Em consequência ao seu trabalho ganhou em 1991 o prêmio Nobel em economia.

Esse estranho mecanismo – a privatização do meio ambiente – corresponde ao aspecto econômico e político desta crise. É a tentativa de atribuir um preço para os elementos que constituem a crise ambiental, como a poluição dos rios e mares, a poluição do ar, a extinção de espécies animais, a erosão do solo, entre outros, o que, como afirma Foladori (2001, p.142) é: “colocar preço no que, na prática, não o tem”.

Nesta perspectiva, as poluições industriais e a degradação de recursos naturais, incluindo a água e o ar, se constituiriam novos mercados, novos espaços de acumulação do capital. Países mais ricos e fortes politicamente poderiam transferir o peso das degradações aos países ou classes mais fracas. Esses valores constituiriam a conta patrimonial de cada país.

É evidente que será muito difícil para um país com ambiente equilibrado, porém sem exportações competitivas, conseguir sustentar sua moeda, ainda que alcance uma contabilidade patrimonial positiva. Já outro país, com exportações competitivas, porém com um meio ambiente arruinado, não terá problema em receber créditos internacionais e garantir sua estabilidade monetária (FOLADORI, 2001, p.142).

De acordo com Foladori (2001, p.143), “A escola neoclássica [ambiental] considera a economia a alocação de recursos escassos”, entretanto, neste cálculo, ignora-se que os recursos naturais constituem as bases materiais sobre as quais a produção se sustenta e excluem-se também os resíduos da produção. Ou seja, tanto a depredação dos recursos naturais quanto os detritos que poluem o ambiente após a produção não incorporam a contabilidade capitalista.

Novas tecnologias não resolvem o problema, pois são usadas para dar continuidade à dominação de classe e a expandir a economia e conseqüentemente, a destruição do meio ambiente. Quando a produção diminui ou surgem novas barreiras ao capital, encontram-se novas maneiras de explorar a natureza mais intensamente. Conforme Mészáros (2006, p.989) “Argumentar que ‘ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo’ é muito pior que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais”.

Atribuir preço a bens naturais acarreta, de acordo com Foladori (2001), uma série de dificuldades, de naturezas distintas. O primeiro tipo é chamado por ele de dificuldades de fundo. Entre as dificuldades desse grupo encontra-se a constatação de que os ritmos naturais de desenvolvimento não correspondem ao ritmo econômico, ou seja, fixar valores à poluição ou à degradação não garante a sustentabilidade dos recursos naturais.

Para entender essa dificuldade o conceito de “capacidade de carga” é

importante. Esse conceito biológico compreende que cada população necessita de determinado volume e qualidade de recursos para viver e se essa necessidade ultrapassar a capacidade de reprodução dos recursos utilizados, os processos naturais entram em processo de esgotamento. O controle mercantil não garante ao meio ambiente o tempo necessário para a reprodução de seus recursos, e isso significa que o mercado não tem a capacidade de corrigir as externalidades negativas.

Se o recurso em questão for a vida humana, a situação se complica. É comum a busca de empresas multinacionais por países com regulações ambientais frágeis e condições trabalhistas desfavoráveis, com remunerações menores. Para exemplificar essa problemática Foladori (2001, p.146) relembra a situação do desastre ecológico em Bhopal, na Índia, que resultou em milhares de mortes, em comparação com o derramamento de petróleo no Alasca. O primeiro acidente, que envolveu a perda de muitas vidas, rendeu indenizações bem inferiores ao segundo caso.

O desastre de Bhopal ocorreu em 1984, quando 40 toneladas de gases letais vazaram de uma fábrica de agrotóxicos. Três dias após o acidente 8 mil pessoas tinham morrido, mas estima-se que 150 mil sobreviventes convivem com doenças crônicas e necessitam de tratamento especializado, que não pode ser oferecido pois a fábrica nunca explicou claramente qual a natureza dos gases tóxicos que vazaram (GREENPEACE, 2002).

Também ressalta o estrondoso avanço das agroexportações no Chile, que trouxe crescimento do seu PIB, ao mesmo tempo em que o uso indiscriminado de pesticidas entre os trabalhadores resultou no nascimento de crianças sem cérebro¹⁹. “A vida humana, biologicamente igual nos países desenvolvidos e nos do Terceiro Mundo, não é igual do ponto de vista do mercado” (FOLADORI, 2001, p.146).

Em seguida, há o grupo das dificuldades teóricas e técnicas, que envolvem saber quais são as externalidades que devem ser consideradas. A fumaça que uma indústria lança na atmosfera ou o ruído que importuna os vizinhos são externalidades fáceis de serem determinadas. Entretanto, os acidentes que podem vir a acontecer durante as atividades dessa indústria, os gastos com tratamento de

¹⁹ Foladori (2001) utiliza esta informação do Instituto de ecologia Política de Santiago.

vítimas, reposição de material destruído, prevenção de situações de risco, entre diversas outras variáveis, constituem-se em problemas difíceis de resolver.

Ainda nesse grupo, enquadra-se a dificuldade de determinar um preço àquilo que não é mercadoria, ou a uma situação que não é concreta, mas só existe enquanto suposição. Foladori (2001) afirma que as diferentes metodologias utilizadas para esse fim chegam a resultados tão diferentes que terminam em perder a credibilidade.

As dificuldades éticas também são consideradas. Em primeiro lugar, em relação às gerações futuras, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável deveria garantir condições de sobrevivência para as próximas gerações, se torna complicado estabelecer valores para aquilo que uma próxima geração deverá arcar como consequência. A dimensão ética também abrange a população existente, quando as vidas humanas são afetadas e o mercado estabelece preço para essas vidas, como no caso de indenizações por invalidez.

Foladori (2001) nos informa que esses valores são fixados de acordo com os salários da região. Quando um seguro de vida é calculado, leva-se em conta a idade da pessoa e a sua vida útil relacionada com o salário que ganharia em vida. Nesse cálculo geralmente se considera que aqueles que ganham maiores salários vivem mais e esse fato sustenta o argumento de empresários de que o valor a ser pago a uma pessoa por ter tido sua saúde afetada por algum tipo de poluição, dependerá dos lucros que se perdem por maiores chances de doença e mortalidade dessa pessoa. Em síntese, se um país paga salários mais baixos aos trabalhadores, logo o valor do seguro a ser pago também será mais baixo. Segue a opinião de um antigo economista do Banco Mundial em 1992 (The economist apud FOLADORI, 2001, s/p):

Desse ponto de vista, uma determinada quantia de poluição negativa para a saúde deveria ser imputada àquele país que tiver os menores custos, que seria o país com salários mais baixos. Penso que a lógica econômica de descarregar o lixo tóxico nos países com salários baixos é impecável e deve ser encarada de tal maneira.

Por último, as dificuldades políticas da tentativa de fixar preço às externalidades. A primeira questão é saber se a externalidade é negativa ou positiva,

pois em muitos casos ela traz benefícios a uma fatia da população enquanto outra é prejudicada. As tentativas de compensar a população prejudicada não é tarefa simples e traz em si grandes possibilidades de ser injusta ou ineficaz, por precisar considerar diversas implicações. Por exemplo, se fossem pagas indenizações às pessoas das áreas afetadas, estas poderiam migrar para áreas não atingidas, beneficiando-se duplamente. Se for uma relação entre países, o tamanho territorial e populacional também constituiria complicações.

Independente da natureza da dificuldade enfrentada torna-se claro que tentar atribuir preço a situações de degradação ou de proteção ambiental gera mais transtornos que benefícios e mostra, mais uma vez, a ineficiência do mercado em auto regular-se e mediar à relação homem-natureza. Em todos os casos, é a população que assume, quase sempre involuntariamente, os estragos. Na análise de Mészáros (2006, p.989):

Afirmar que os custos da despoluição de nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade é ao mesmo tempo um óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre essa questão acreditem haver descoberto a pedra filosofal. *Obviamente*, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas o fato de *dever* sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o *possa* fazer. Certamente, dado o modo prevalecente de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade *não será capaz* de arcar com tais custos.

O enfoque da economia ambiental em relação às questões ambientais revela que o procedimento de internalizar as externalidades não representa tentativa de compreender a dimensão ecológica da economia, mas sim reduzir o meio ambiente a uma esfera mercadológica. A prática de tentar valorar a natureza se restringe a transferir constantemente os custos ambientais a outros, maximizando os lucros privados.

Grande é a diferença no enfoque dado ao meio ambiente pela economia ambiental e pela economia ecológica. Esta última privilegia o meio ambiente do ponto de vista das ciências da natureza, fundamenta suas análises nos fluxos de energia e nos ciclos biogeoquímicos.

Chang (2004) afirma que a economia ecológica é construída como um

contraponto crítico à economia ambiental. Foladori (2004, p.1) corrobora essa afirmação e destaca três argumentos muito significativos sobre essa escola de pensamento. Primeiramente, dirige crítica ao conceito da economia ambiental de economia como um sistema fechado em si mesmo, “[...] em que as empresas produzem bens e serviços, que são comprados pelas famílias que, por sua vez, oferecem no mercado capital, terra e/ou trabalho, que é comprado pelas empresas e assim sucessivamente”. Nesse sistema fechado não se consideram entradas (incorporação de materiais originados na natureza) nem saídas (resíduos de produção).

Opondo-se a esse sistema, a economia ecológica entende o sistema econômico como aberto, pois recebe de fora energia solar e outros materiais, bem como lança seus desperdícios e calor ao meio ambiente. Perceber o movimento de entradas e saídas no sistema é importante porque abrange as principais causas humanas de destruição ambiental, o desgaste da natureza com o uso de recursos naturais em um ritmo que não possibilita sua recuperação e em segundo lugar, o lançamento para a natureza dos resíduos, também em um ritmo em que os ecossistemas não conseguem reciclar (CHANG, 2004).

A economia entendida como um sistema aberto implica em um exame mais amplo, planetário e por isso, não deve ser analisada isoladamente, por si só, mas sim na articulação com os ciclos biogeoquímicos. Isso significa que nessa perspectiva, os ecossistemas não se limitam a oferecer recursos para a produção, como oxigênio, água potável, energia, recursos genéticos, entre outros, mas desempenham papéis mais complexos, como de regulação, suporte e informação.

De acordo com Foladori (2004), sinteticamente, podemos compreender nas funções de regulação o controle biológico, a proteção do solo, bacias e mananciais e a regulação climática. Na função de suporte compreende-se o proporcionar espaço adequado para habitação, recreação, agricultura, pesca e projetos de engenharia, como a construção de estradas e por fim, nas funções de informação, engloba-se proporcionar benefícios estéticos, culturais e científicos.

Outra crítica desta corrente à economia ambiental é a defesa da conversibilidade de matéria e preço, que nem sempre é viável. Nem todos os processos econômicos podem ser recomeçados a partir do dinheiro, pois necessitam também de uma base material natural que não pode ser avaliada em

preços. Muitas mercadorias, como as que compramos em mercados, são renováveis e quando são vendidas proporcionariam seu equivalente monetário. Entretanto, se a venda for um mineral não renovável, como por exemplo, o carvão mineral ou o petróleo, o dinheiro de sua venda não será necessariamente equivalente ao valor para comprá-lo de novo, visto que este pode não existir mais (FOLADORI, 2004).

O caráter não renovável de muitos recursos naturais e de funções ecossistêmicas representa outro enfoque da Economia Ecológica. A economia não poderá crescer ilimitadamente, pois se deparará, mais cedo ou mais tarde, com barreiras físicas para esse desenvolvimento. Em decorrência dessa preocupação, que em última análise corresponde à segunda contradição do capitalismo desenvolvida por O'connor, defende políticas econômicas que orientem a utilização mais eficiente dos recursos, preferindo recursos renováveis aos não-renováveis, além de políticas de redução de poluentes.

3 AGÊNCIAS INTERNACIONAIS: A PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

As agências internacionais constituem um segmento de influência na sociedade capitalista a partir da segunda metade do século XX, principalmente nos países periféricos do sistema, considerados por essas agências como “países em desenvolvimento”. Elas atuam nas áreas da assistência técnica e/ou financeira, por meio de ajustes estruturais, de financiamentos e orientação de políticas para setores específicos, como a educação e o meio ambiente, entre outros.

A partir destas considerações analisamos a constituição de tais agências na sociedade capitalista e apreendemos sua hegemonia na orientação de políticas aos países em desenvolvimento e ao Brasil. O foco da análise são as agências Banco Mundial e Unesco, como recorte necessário para este estudo, sem no entanto desvincular a ação de tais instituições às demais pertencentes à ONU.

Não estabelecemos uma relação simples de causa e efeito, sugerindo que as políticas por elas propaladas prevalecem por pura imposição, mas entendemos que existe uma relação dinâmica e complexa, na qual os governos consentem, em diferentes graus, com as orientações recebidas.

3.1 O modelo de desenvolvimento na sociedade capitalista

Na sociedade capitalista, em meio aos determinantes do processo de mundialização financeira e econômica, a natureza é destruída em escala igualmente global. Ainda que em outras fases da história da humanidade tenha ocorrido destruição, a proporção se diferenciava, pois o modelo de produção e de consumo eram outros. De acordo com Batista (2002, p.98), “o argumento da maioria dos ideólogos do capital é que o sistema deve produzir cada vez mais para que todas as pessoas tenham acesso ao consumo e possam conquistar um modelo de bem estar

social”.

Entretanto, além do capitalismo corresponder a um modelo de dominação da classe trabalhadora, sua lógica de constante expansão em busca do lucro opõe-se também à manutenção da vida e do meio ambiente. Ao invés de serem produzidas as mercadorias realmente necessárias para os seres humanos, a produção é determinada de acordo com o interesse das empresas e assim percebemos a transformação do valor de uso em valor de troca, a formação de um padrão de consumo exacerbado.

O padrão de consumo determinado na lógica neoliberal, mercadológica, faz do desperdício apanágio da sociedade capitalista. Nas nações de industrialização avançada os níveis de consumo são suntuosos, os maiores índices de problemas de saúde registrados nos Estados Unidos correspondem à hipertensão e à obesidade, resultado do modelo de consumo vivido pelos cidadãos (BATISTA, 2002).

Nos países mais pobres, o padrão de consumo constantemente sugerido pela mídia agrava o quadro dos distanciamentos sociais. Batista (2002) aponta a disparidade entre os países mais ricos e os mais pobres citando a Conferência dos Povos em Quebec, ocasião em que divulgou-se o resultado de análises que afirmavam que 20% dos mais ricos consumiam 80% dos recursos naturais do planeta.

Essas constatações acerca dos determinantes de produção e consumo na sociedade capitalista nos impelem à reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática nas últimas décadas, com ampla participação das empresas multinacionais, de alguns governos e de agências internacionais.

O termo “desenvolvimento” constantemente tem seu significado entendido como equivalente a “crescimento econômico”, isto é, crescimento dos meios de produção, aumento da produtividade, evolução das tecnologias e maior acúmulo de riquezas. Said (2005) alega que essa é uma interpretação equivocada, pois confunde desenvolvimento com modernidade.

Se o conceito de desenvolvimento, no mundo moderno, corresponde à idéia de progresso, este por sua vez é compreendido como sinônimo de dominação da natureza. Nessa concepção, ser desenvolvido é ser tudo aquilo que se afasta da

natureza para evidenciar os constructos humanos, como a valorização do urbano, do industrializado e a banalização do campo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O assentimento à concepção de progresso está de tal forma arraigada no pensamento das pessoas, a partir do século XVIII, sendo constantemente assimilada como desenvolvimento, que não apenas os que defendem o padrão de produção e consumo capitalista, mas também seus críticos assumem esse conceito. Esta é uma das razões de teóricos socialistas serem, por vezes, chamados de produtivistas ou progressistas.

Porto-Gonçalves (2006) considera que a tendência de igualar desenvolvimento e progresso está presente de modo a compor um projeto civilizatório, tanto por defensores dos princípios mercadológicos quanto por aqueles que se denominam socialistas:

Um socialismo que também permanecia *produtivista*, com sua idéia de oferecer para todos aquilo que o capitalismo oferecia somente para alguns. É conhecida a proposta do secretário geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, de que todos tinham direito ao automóvel o que, na verdade, longe do socialismo, só nos levaria todos ao congestionamento (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.62).

A crítica a essa concepção de desenvolvimento evidenciou-se a partir da década de 1960, tendo um de seus expoentes o Clube de Roma, que, como explicado anteriormente, levantava a questão sobre os limites para a dominação da natureza e para o crescimento. Entretanto, em paralelo a essa discussão, as indagações acerca do subdesenvolvimento ganhavam corpo e propagava-se que a solução para esse problema seria o próprio desenvolvimento.

Ou seja, as décadas de 1950 e 1960 comportaram a ambiguidade da crítica ao desenvolvimento como progresso a qualquer custo, crítica à valorização de tudo que é novo e do padrão de consumo exacerbado, enquanto ao mesmo tempo o próprio desenvolvimento era considerado a solução para combater o subdesenvolvimento.

Como destacado acima, o exame desse modelo hegemônico de desenvolvimento, capitalista e desigual, provinha muitas vezes de críticos do próprio modo de produção capitalista, porém estes criticavam a desigualdade do processo,

mas não o conceito do desenvolvimento em si. Defendiam os mesmos padrões de consumo para todos.

Essa defesa, tanto dos capitalistas quanto por parte de alguns de seus críticos, contribuiu para que de opção o desenvolvimento tornasse-se imposição. Conforme Porto-Gonçalves (2006, p.64) salienta, essa obrigação de buscar um padrão de desenvolvimento poderia corresponder à determinação de um pensamento único.

Aqui se confundem duas questões diferentes com consequências graves para a superação dos problemas contemporâneos, entre eles, o desafio ambiental: a idéia de igualdade parece só poder ser contemplada com o desenvolvimento – todos temos direito à igualdade – sem que nos indaguemos acerca dos *diferentes modos de sermos iguais*, como as diferentes culturas e povos que a humanidade inventou ao longo da história nos atestam.

A busca pela superação das injustiças sociais entre as pessoas e os povos não significa tornar todos iguais a um único padrão dominante, um padrão estadunidense ou europeu, por exemplo. A formação de um pensamento único leva-nos a crer que existem povos atrasados e outros adiantados “[...] como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal” (PORTO-GOLÇALVES, 2006, p.64).

A defesa do desenvolvimento como luta contra a pobreza globalizou-se, fundamentou a larga construção de hidrelétricas, abertura de estradas e a transferência de indústrias a regiões antes fundamentalmente agrárias, todas essas iniciativas sob incentivo (e financiamento) do Banco Mundial e outras agências de financiamento. Porto-Gonçalves (2006) alega que a Revolução Verde, por exemplo, correspondeu a uma espécie de colonização dos países pobres da América Latina, Ásia e África.

É possível que a região mais emblemática da contradição presente nos últimos quarenta anos seja a Amazônia, em que a preocupação com a questão ambiental foi constituída em meio ao agravamento da devastação do meio ambiente.

O desafio ambiental continua a nos convidar para a busca de alternativas *ao e não de* desenvolvimento. A experiência do

desenvolvimento dos últimos 30-40 anos nos obriga a isso, e as lutas sociais que se travam desde os anos de 1960, contra o quê se bate a globalização neoliberal, nos oferece caminhos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.66).

São chamados de “países em desenvolvimento”, pelas agências internacionais, aquelas nações que não participam da Tríade composta pela América do Norte, Japão e a Europa Ocidental²⁰. De acordo com Millet e Toussaint (2006), em 2002 totalizavam 165 países que se enquadravam neste patamar. Ao denominá-los desta forma, subentende-se que os mesmos estariam progredindo econômica e socialmente, mas grande parte está em situação de estagnação ou retrocesso econômico e social, em comparação com o parâmetro de desenvolvimento apregoado pelos países ricos e mais industrializados.

Apesar de equivocada, esta denominação é amplamente utilizada pelas agências internacionais em suas publicações e, por este motivo, vários autores que pesquisam os dados por elas produzidos também fazem uso da nomenclatura, para fins de estudo. Millet e Toussaint (2006), por exemplo, utilizam o termo com restrições e ainda estabelecem, para melhor compreensão da definição, distinção entre os países que pertenciam à ex-URSS e os demais, chamados então de “países do terceiro mundo²¹”. Utiliza-se também a referência geopolítica na divisão entre países do norte e países do sul, ou relacionado à posição no sistema capitalista, como países centrais e periféricos.

Aproximadamente 86% da população mundial vive em países em desenvolvimento, entretanto, a produção de riqueza se concentra especialmente nos países “desenvolvidos”. Levando em consideração esses dados, Millet e Toussaint (2006) afirmam que a globalização neoliberal em andamento foi estabelecida pela vontade e para benefício dos países ricos, em prejuízo para a população dos países em desenvolvimento. Neste mecanismo de dominação a maioria das decisões é tomada por poucos, mas com consequências para o restante da população mundial.

O Brasil é um dos países em desenvolvimento e nas últimas duas décadas passou por processo de reformas e ajustes estruturais, conduzidos principalmente

²⁰ De acordo com divisão geográfica da ONU, os países que compõem a Europa Ocidental são: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Países Baixos e Suíça. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regnf.htm>.

²¹ A expressão “Terceiro mundo” foi cunhada por Alfred Sauvy, demógrafo e economista francês, em 1952.

por instituições financeiras multilaterais, em alinhamento com as exigências do capitalismo mundializado, de predominância do capital financeiro e reestruturação produtiva.

Para compreender como essas agências adquiriram tal importância nas últimas décadas, exercendo uma posição hegemônica²² no mundo capitalista, apreenderemos historicamente sua constituição e funcionamento, as transformações ocorridas em seus objetivos e o processo de elaboração da sua agenda de prioridades. Essa análise possibilitará o entendimento de que as ações implementadas por essas instituições não são neutras, mas estão pautadas no conjunto de idéias neoliberais que fundamentam a sociedade capitalista.

3.2 A constituição das agências internacionais como atores hegemônicos na sociedade capitalista

Rosemberg (2000, p.66) afirma que ao considerarmos as agências internacionais como atores sociais, “[...] que contracenam com outros atores nacionais na arena das negociações das políticas sociais, conhecê-las, estudá-las, pesquisá-las e divulgar essas informações pode tornar-se uma ação política”. Enfatiza também que essas instituições não são homogêneas e nem sempre há harmonia na formulação de suas orientações, mas estas trazem consigo suas contradições, até mesmo no momento de negociar sua agenda de políticas sociais.

De acordo com dados da ONU (2007), nosso planeta possui aproximadamente duzentos Estados organizados²³. Estes Estados podem estabelecer relações por meio de diversos mecanismos, como o contato direto entre chefes de Estado, relações bilaterais, embaixadas, consulados, missões diplomáticas, empresas multinacionais, agências intergovernamentais ou

²² Hegemonia no sentido gramsciano de liderança, direção, que tem implícita a noção de consentimento. Uma classe mantém seu domínio não simplesmente por meio de uma organização específica de força, mas exercendo também liderança moral e intelectual e fazendo concessões quando necessário, dentro de certos limites (BOTTOMORE, 2001).

²³ Dados obtidos no site <http://www.onu-brasil.org.br>.

internacionais. Os temas impulsionadores dessas relações podem ser os mais diversos, como interesses econômicos, políticos, técnicos ou sociais.

Na definição de Rosemberg (2000, p.69) as organizações intergovernamentais são aquelas que “[...] institucionalizam relações entre Estados [...] em que os representantes nacionais são encarregados de defender, pelo menos teoricamente, não seus interesses individuais, mas interesses e políticas de seu país”.

Criada em 1865, uma das primeiras organizações multilaterais a ser instituída foi a União Telegráfica Internacional, atualmente conhecida como União Internacional de Telecomunicações (UIT). Devido à invenção e utilização do telégrafo elétrico, sua criação foi necessária para regular as tarifas e orientações de transmissão, mediar as relações entre os países diante da nova tecnologia, considerando que os acordos bilaterais haviam se tornado insuficientes para promover esse intercâmbio.

Essa insuficiência impulsionou a criação das organizações multilaterais que, aos poucos, superaram os acordos bilaterais entre os países, que antes eram realizados diretamente entre os governos sem mediação de agências externas. Os principais objetivos das organizações multilaterais são:

Definir e estabelecer direitos de propriedades dos atores internacionais, gerir problemas decorrentes de uma coordenação internacional, [...] reconstruir economias e sistemas políticos, [...] proteger os Estados membros em caso de ameaça internacional (ROSEMBERG, 2000, p.72).

De acordo com Rosemberg (2000), é mais vantajoso financeiramente para alguns países participarem de uma organização multilateral a ter representação diplomática em todos os países.

Da mesma forma que esses objetivos beneficiam estrategicamente os Estados participantes, lhes impõe condicionalidades a serem seguidas. Isso significa que para estabelecer um contrato de financiamento para um projeto da área social, um país consente com certas obrigações na área econômica, como pré-condição. Um exemplo dessas condicionalidades é o caso de Honduras, que como uma das condições para receber perdão da dívida externa, deveria congelar os salários dos

seus professores (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

As metas e objetivos previstos para serem colocados em prática nos países em desenvolvimento pelas agências internacionais compõem as suas agendas políticas. Estas são influenciadas por várias dinâmicas, sejam elas internas ou externas às agências, abarcando inclusive o redirecionamento de metas mediante pressões sofridas por outros atores.

Vários são os fatores de influência nessa composição. Pode constituir fator de influência o quadro de funcionários que muitas vezes apresenta grandes variações em sua composição, como a nacionalidade, etnia, gênero, idade, especialidade dos profissionais, entre outras distinções. As agências possuem também sede permanente, endereço, fonte de financiamento, organograma e quadro de pessoal. Esses elementos não são fatores imparciais, mas contribuem nos direcionamentos seguidos por cada agência, considerando que no interior de cada uma delas também existem correlações de forças e interesses distintos (ROSEMBERG, 2000).

Uma situação na qual podemos exemplificar essa relação de influências é quando, no final da década de 1970, o quadro de assessores da Unesco passou por mudanças em seu perfil. Nesse período a educação infantil foi introduzida na agenda das políticas educacionais para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, então os psicólogos e educadores europeus, antes predominantes nessa composição, cederam lugar aos economistas americanos, alterando completamente o teor do trabalho.

No processo de construção da agenda em si, há ênfase em uma racionalidade que tende evitar rupturas e divergências na diversidade de interesses presentes na elaboração dos textos produzidos nas grandes conferências mundiais. As agências buscam alcançar decisões consensuais entre os países, há a tentativa de manter ao máximo o compromisso entre os Estados-membros e por isso os acordos podem, algumas vezes, permanecer em torno de pontos que não causam atritos entre as ambições dos sujeitos envolvidos.

Rosemberg (2000) exemplifica essa busca por consenso, relatando como em 1994 no Cairo, em conferência²⁴ cuja temática era População, discutiu-se questões relativas à agenda de saúde e direito à reprodução. Essa reunião congregou atores

²⁴ Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, celebrada no Cairo de 5 a 13 de setembro de 1994.

com ideários muito distintos: países muçulmanos fundamentalistas, o Vaticano, movimentos organizados por mulheres, entre outros.

[...] a Conferência exigiu grande esforço conciliatório, muita habilidade diplomática, acomodações e concessões recíprocas, além de uma alocação de tempo para o trabalho do Comitê Principal muito superior ao originalmente previsto. Houve, inclusive, momentos de forte tensão, quando a inflexibilidade de alguns em reconhecer as dificuldades dos demais parecia poder provocar a ruptura do diálogo e o encerramento da Conferência sem um documento consensual (ALVES, 2009, s/p.).

O resultado, de acordo com Rosemberg (2000), foi um texto repleto de estratégias semânticas que garantiram a perspicácia dos argumentos, para que os grupos presentes dessem sua anuência e evitassem maiores polêmicas diante de tal multiplicidade de interesses e participantes.

Pode existir divergência entre o texto redigido em uma grande conferência e a sequência prática dada à questão, por meio da implementação de programas e projetos. Um exemplo citado por pesquisadoras como Torres (1996) e Rosemberg (2000) está na diferença entre as resoluções firmadas na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, em Jomtien, 1990, e as subsequentes orientações do Banco Mundial para efetuar a reforma educacional nos países em desenvolvimento.

TABELA 3: Educação Básica na perspectiva do Banco Mundial e da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien

Visão restrita – Utilizada pelo Banco Mundial	Visão ampliada – Jomtien
Dirige-se a crianças.	Dirige-se a crianças, jovens e adultos.
Realiza-se no equipamento escolar.	Realiza-se dentro e fora do equipamento escolar.
Equivale à educação de primeiro grau ou a algum nível escolar estabelecido.	Não se mede pelo número de anos de estudo, mas pelo efetivamente aprendido.
Garante-se através do ensino de	Garante-se através da satisfação das

determinadas matérias.	necessidades básicas de aprendizagem.
Reconhece como válido um único tipo de saber: o adquirido no equipamento escolar.	Reconhece diversos tipos e fontes de saber, incluídos os saberes tradicionais.
Limita-se a um período da vida de uma pessoa.	Dura a vida toda e se inicia com o nascimento.
É homogênea, igual para todos.	É diferenciada (já que são diferentes as necessidades básicas de aprendizagem dos diversos grupos e culturas).
É estática, mantém-se relativamente inalterada.	É dinâmica, muda ao longo do tempo.
É responsabilidade do Ministério da Educação.	Envolve todos os ministérios e instâncias governamentais responsáveis por ações educativas.
Guia-se por enfoques e políticas setoriais.	Requer enfoques e políticas inter-setoriais.
É responsabilidade do Estado.	É responsabilidade do Estado e de toda a sociedade e exige, portanto, construção de consensos e coordenação de ações.

Fonte: TORRES, 1996.

Como demonstra o quadro acima, as orientações da conferência previam uma visão ampliada da concepção de educação básica, incluindo o atendimento de jovens e adultos, ao invés de apenas de crianças. Uma educação não limitada ao espaço escola, não medida pelo número de anos de estudo nem pelo ensino de determinadas matérias, mas pela garantia da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. A previsão de uma educação dinâmica, iniciada no nascimento e estendida pela vida toda, que respeite as diferenças entre as pessoas, grupos e culturas. Nessa proposta, não apenas o Ministério da Educação, mas todos os ministérios e instâncias governamentais seriam responsáveis pela educação, com elaboração de políticas inter-setoriais com o envolvimento de toda a sociedade na construção de consensos e planejamento de ações.

Entretanto, a orientação do Banco Mundial na década de 1990 para a educação nos países em desenvolvimento contrastava com as orientações da Conferência de Jomtien. Ao invés dessa visão ampliada de educação, o Banco

propunha uma visão restrita, dirigida apenas às crianças, nos limites do espaço escolar. O ensino deveria ser garantido por meio de determinadas matérias, homoganeamente e limitado a um período da vida da pessoa. Ou seja, nem sempre o que é decidido em uma grande conferência se concretiza em ações e projetos.

Também constituem fatores determinantes para a constituição das agendas o modo como seus membros são escolhidos, como o poder de voto e veto é estabelecido dentro da instituição e quais são suas instâncias coordenadoras. Na ONU, o sistema de representação determina que cada país membro tenha direito a um voto, independente do seu tamanho territorial, populacional, do seu poderio militar ou econômico. Esse sistema de representação permite que a ONU apresente diversidade de nacionalidades em sua presidência.

No Banco Mundial, o poder de voto é proporcional à cota de ações, e, como os EUA são os principais acionistas, todos os presidentes têm sido norte-americanos, se não de nascimento, naturalizados, como é o caso de James Wolfenhson, australiano de nascimento e presidente do Banco Mundial até 2005 (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

Rosemberg (2000) nos aponta que genericamente, a construção da agenda política de uma agência internacional pode seguir o itinerário das seguintes etapas. Primeiro, a definição de uma questão/assunto como sendo um problema identificado pelo secretário da agência e apoiado por um grupo pertencente à mesma. É pesquisada a diferença entre aquilo de deveria acontecer e o que realmente acontece sobre essa determinada problemática. Em seguida o grupo define se o assunto é de responsabilidade e/ou interesse da organização e se o for, o encaminha para as instâncias que possuem poder de decisão para então, obter o posicionamento da organização sobre o fazer ou não alguma coisa a respeito do assunto.

Em seguida a esse processo segue a difusão da agenda, que pode ser realizada por diversos meios. Os próprios governos nacionais, que muitas vezes participam da elaboração das agendas, se empenham na divulgação das mesmas. Depois figuram as missões, as assessorias, os seminários, publicações, mídia televisiva, portais da internet, viagens de estudo e pesquisa, além de cursos específicos. Nem todos os documentos produzidos por uma agência são divulgados, alguns podem ser definidos como confidenciais ou restritos e por isso são

elaboradas outras versões dos textos com a omissão de parte dos resultados obtidos.

A instituição internacional de maior destaque e abrangência é a ONU, fundada em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial. O principal objetivo da organização, declarado em sua carta constitucional, é de assegurar a paz e a segurança internacional, promover relações de cordialidade entre as nações do mundo, ao obedecer aos princípios de igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e incentivar a cooperação internacional para a resolução de problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários. Também afirma buscar a promoção do progresso social e melhores padrões de vida à humanidade (ONU, 2007).

A ONU substituiu a antiga Liga das Nações, que havia sido constituída em 1919 na Conferência de Versalhes, com o objetivo de solucionar as disputas internacionais por outros meios que não o militar. A Liga não teve êxito por não contar com a adesão de várias potências da época e pela soma de outros fatores que resultaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Foi durante a guerra que o nome, Nações Unidas, foi utilizado pela primeira vez, pelo então presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), para designar os países unidos contra a Alemanha, Itália e Japão.

As Nações Unidas, então, propuseram a criação de uma ordem mundial baseada na cooperação e em acordos entre os países. A proposta não era a constituição de um governo mundial, mas sim de um sistema de segurança coletiva, fundamentado na cooperação entre seus membros, preservando a soberania de cada estado participante. Na fundação da ONU participaram 51 países, inclusive o Brasil, chamados de Estados fundadores. Ao longo dos anos, outros aderiram à organização, chegando a 185 participantes no início da década de 1990 e tendo 192 em 2009 (ONU, 2009).

A união dos Estados participantes se dá em torno da “Carta da ONU”, um tratado internacional que estabelece os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. Seu primeiro artigo define os princípios básicos que regem as ações da ONU, como a manutenção da paz internacional, defesa dos direitos humanos e o estabelecimento de relações amistosas entre as nações. Há o comprometimento mutuo de todos os componentes em não fazer uso da força nem ameaças contra os objetivos da ONU. Entre os outros artigos determina-se que as

disputas devem ser solucionadas por meios considerados “pacíficos”, como sanções econômicas ou políticas.

Consideramos que esses meios “pacíficos” para solucionar disputas podem ter efeitos tão nocivos à população de um país quanto um ataque armado, como nos atesta o embargo econômico imposto a Cuba, por parte dos Estados Unidos, mas por meio da ação da ONU. O economista francês Rémy Herrera, em declaração enviada à Comissão de Direitos Humanos da ONU, em agosto de 2003, denuncia a violência desse embargo econômico. Afirma serem medidas de coerção ilegítimas, levadas a cabo pela vontade isolada dos Estados Unidos e apresenta os dados da tabela abaixo para elucidar a ilegitimidade das sanções econômicas.

TABELA 4: votos da Assembléia Geral da ONU sobre a necessidade de cancelar o bloqueio contra Cuba

ANO	Nº DE PAÍSES FAVORÁVEIS AO CANCELAMENTO DO BLOQUEIO CONTRA CUBA	Nº DE PAÍSES CONTRÁRIOS AO CANCELAMENTO DO BLOQUEIO CONTRA CUBA
1992	59	2 (USA, Israel)
1993	88	4 (USA, Israel, Albânia, Paraguai)
1994	101	2 (USA, Israel)
1995	117	3 (USA, Israel, Uzbequistão)
1996	138	3 (USA, Israel, Uzbequistão)
1997	143	3 (USA, Israel, Uzbequistão)
1998	157	2 (USA, Israel)
1999	155	2 (USA, Israel)
2000	167	3 (USA, Israel, Ilhas Marshall)

2001	167	3 (USA, Israel, Ilhas Marshall)
2002	173	3 (USA, Israel, Ilhas Marshall)

Fonte: Declaração à Comissão de Direitos Humanos da ONU (HERRERA, 2003).

Medidas de oposição relativas à Cuba são impostas desde 1962 e englobam entre as sanções a proibição de importar bens cubanos e a interdição, durante seis meses, a todo navio que quisesse atracar nos Estados Unidos, tendo feito escala em Cuba. Barreiras à importação, à troca de informações, ao turismo, ao transporte, ao envio de remessas financeiras de parentes à Cuba também integram o embargo. Os danos econômicos, de acordo com Herrera (2003) chegam a 70 mil milhões de dólares.

A Organização das Nações Unidas é composta por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Além destes seis órgãos, é indispensável destacar a existência das **Agências Especializadas** da ONU. Outras agências existiam na ocasião da sua criação, portanto, considerou-se necessário que estas estivessem vinculadas ao novo sistema internacional. O artigo 57 da Carta da ONU determina o seguinte:

Os diferentes organismos especializados estabelecidos por acordos intergovernamentais que tenham amplas atribuições internacionais definidas em seus estatutos e relativos a matérias de caráter econômico, social, cultural, educativo, sanitário e outras conexas, serão vinculados à organização (ONU, 2007, artigo 57).

O documento “ABC das Nações Unidas” (ONU, 2009), produzido e divulgado pelo Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, afirma que os organismos especializados citados no artigo 57 são mais conhecidos como agências especializadas. São mais de vinte agências, todas autônomas, vinculadas à ONU mediante acordos especiais.

Além das agências, estão integrados à ONU fundos e programas especiais, criados com propósitos específicos. No Brasil, funcionam nove programas, sendo os

principais o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

TABELA 5: PRINCIPAIS AGÊNCIAS, FUNDOS E PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS

Agências	Fundos e Programas
FMI – Fundo Monetário Internacional OIT – Organização Internacional do Trabalho GRUPO BANCO MUNDIAL (BIRD, IDA, CFI, MIGA, ICSID) FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura OMS – Organização Mundial da Saúde ICAO – Organização da Aviação Civil Internacional IMO – Organização Marítima Internacional ITU – União Internacional de Telecomunicações UPU – União Postal Universal OMM – Organização Meteorológica Mundial OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola	UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento UNDCP – Programa das Nações Unidas para o controle de Drogas PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados PMA – Programa Mundial de Alimentos UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos UM-HABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

Fonte: ONU, 2009.

O Unicef foi criado em 11 de dezembro de 1946, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Ações Unidas, tendo como principal finalidade fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa,

Oriente Médio e China. Em 1953 suas ações se voltaram para o atendimento de crianças dos países em desenvolvimento e assim tornou-se fundo permanente do sistema das Nações Unidas. Seu orçamento é constituído de contribuições voluntárias dos governos, de diversas instituições internacionais e de indivíduos. Impulsionada por amplas campanhas, arrecada recursos com venda de cartões e produtos, além de mobilizações promovidas pelos meios de comunicação (VIEIRA, 2001).

A iniciativa mais conhecida do Unicef, no Brasil, é a Campanha “Criança Esperança”, criada em 1986 e promovida em parceria com a Rede Globo. A emissora estima que em 24 anos o valor arrecadado ultrapasse os 200 milhões de reais, sendo destinados a mais de cinco mil projetos. A partir de 2004 a responsabilidade de selecionar os programas a serem atendidos e direcionar as doações da campanha ficou a cargo da Unesco (UNESCO, 2008).

O PNUD está presente em 166 países, foi criado em 1965, com sede em Nova Iorque, com o intuito de combater a pobreza. Oferece ajuda aos países em desenvolvimento por meio de serviços técnicos e administrativos, sendo que um terço de seus especialistas é originário desses países. No Brasil, atua com enfoque especial em três áreas: governança democrática, redução de pobreza, energia e meio ambiente, tendo entre seus objetivos a conservação ambiental e o uso sustentável de recursos naturais. O PNUD é o programa responsável pela promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento humano sustentável.

Em 1990 foi divulgado mundialmente pelo PNUD o conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável, um modelo que deveria promover a adoção de políticas “que considerem as pessoas – e não a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento” (PNUD, 2009, s/p). Para determinar o grau desse desenvolvimento em uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo professor indiano Amartya Sen. O Brasil teve em 1996 seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano e em 1998 o primeiro Atlas com o IDH de todos os municípios do país.

Em cumprimento à decisão assumida na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, em 1972 em Estocolmo, foi criado o Pnuma. Essa agência foi criada para mobilizar as nações a agirem internacionalmente na

proteção do meio ambiente, no contexto do desenvolvimento sustentável. Ela deve incentivar as lideranças e promover parcerias de cuidado ao meio ambiente, tendo a educação como um de seus braços de ação. Por meio da educação pretende inspirar, informar e capacitar os países a aumentar sua qualidade de vida sem comprometer a das futuras gerações, como apregoa o conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório “Nosso Futuro Comum”.

O Pnuma tem sua sede no Quênia e possui seis escritórios regionais, sendo no México a base da agência na América Latina e Caribe. Em processo gradativo de descentralização, inaugurou em 2004 um escritório no Brasil, auxiliando o trabalho de identificar as necessidades para definir projetos e atividades que atendam os objetivos do programa.

No Brasil, as principais linhas de atuação do Pnuma são: promover diálogo com autoridades ambientais e atores da sociedade civil para identificar prioridades, observar padrões de produção e consumo não sustentáveis e propor alternativas a elas e a prevenção de emergências ambientais. Também oferecem suporte técnico para o desenvolvimento de recursos humanos, transferência de tecnologia para possibilitar a implementação dos acordos ambientais internacionais, além de promover ações integradas entre países vizinhos e intimar o setor privado em ações de responsabilidade ambiental (PNUMA, 2009).

Trabalhar por meio de parcerias é uma característica elementar das agências da ONU. É comum observar duas ou mais agências e programas responsáveis por um mesmo projeto, como a realização de conferências ou elaboração de documentos. Em relação à proteção do meio ambiente e à educação para o desenvolvimento sustentável observa-se que Unesco, Pnuma, PNUD e Banco Mundial encabeçam as ações, em uma espécie de divisão de obrigações.

Entre as agências, destacam-se a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), como organizações que priorizam as dimensões de cunho social. O FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial²⁵, destacam-se como as principais agências de financiamento.

²⁵ Para fins de estudo é usual tomar o nome “Banco Mundial” como sinônimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Entretanto, o BIRD faz parte do grupo Banco Mundial, juntamente a outras quatro instituições. São elas: Agência Internacional de Desenvolvimento

Apesar da divisão técnica que se faz entre as agências, separando-as entre aquelas que trabalham no âmbito social e as voltadas para o financiamento e o desenvolvimento econômico, a linha que divide essas dimensões é tênue e muitas vezes se dissipa. Isso devido a evolução do conceito de desenvolvimento apregoado pelas Nações Unidas, que busca cada vez mais a integração entre os diversos aspectos que envolvem a sociedade capitalista e o capital globalizado.

A OMS foi estabelecida como agência especializada da ONU em julho de 1946. O objetivo definido no primeiro artigo de sua Constituição é o de alcançar o mais elevado nível de saúde de todos os povos. Atua como autoridade mundial nos assuntos de domínio da saúde, coordenando trabalhos internacionais, fornecendo assistência técnica aos governos, promovendo a cooperação com outras organizações especializadas, com grupos de cientistas e profissionais da área e promovendo projetos e programas.

O FMI e o Banco Mundial tiveram sua idealização em uma conferência realizada em 1944, na localidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial ainda não havia terminado, mas a vitória antecipada dos aliados era dada como certa e os governos pretendiam discutir o pós-guerra e a criação de um sistema econômico dinâmico, que derrubasse as barreiras para o livre comércio (LINHA ABERTA, 2007).

O presidente norte americano Franklin Roosevelt organizou o encontro, que durou semanas e contou com a delegação de 44 países. O discurso de abertura foi proferido pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos e presidente da conferência, Henry Margenthau e conclamava a todos a compartilhar a fé em um futuro comum.

Toussaint (2002) atesta que por vários meses antes da conferência foi mantida uma sequência de ásperas discussões entre Margenthau e Keynes, então líder da delegação britânica. O espírito de união e consenso demonstrado no discurso de abertura apenas camuflava as disputas político-econômicas e a intenção norte americana de garantir definitivamente sua supremacia em relação à Inglaterra.

O FMI começou a funcionar efetivamente em 1947, com a função básica de

(AID), Corporação Financeira Internacional (CFI), Agência Multilateral de Garantias de Investimento (AMGI) e Centro Internacional para Conciliação de Divergência nos Investimentos (CICDI) (ROSEMBERG, 2000).

fornecer recursos financeiros para os países que apresentassem déficit nas contas externas, decorrentes de adversas conjunturas internacionais. Pretendia, por meio das suas ações, monitorar as taxas de câmbio e a balança de pagamentos, assegurando assim o bom funcionamento do sistema financeiro mundial. Oferecia também assistência técnica e financeira aos países em desequilíbrio. Sua sede está em Washington, EUA e conta com 184 países membros, ou seja, quase todos os membros da ONU, com poucas exceções (ALMEIDA, 2002).

A criação das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e FMI) objetivou estabelecer as regras econômicas internacionais para este período, na tentativa de reconstruir os países devastados e superar o temido período de recessão. O artigo 1º do acordo firmado na ocasião, que estabelece as finalidades principais do banco, é citado por Toussaint (2002, p.169): “dar assistência à reconstrução e ao desenvolvimento dos territórios das nações membros facilitando o investimento de capital com fins produtivos e promover o crescimento equilibrado do comércio internacional a longo prazo”.

Embora o acordo apontasse para a priorização da reconstrução dos países europeus, o Banco Mundial teve uma participação mínima no processo, concentrando-se mais em oferecer empréstimos diretos para projetos setoriais específicos, que exigiam tempo de preparação e por isso não interessavam aos países devastados. Estes precisavam de empréstimos rápidos e com baixas taxas de juros e tiveram essas necessidades em parte supridas pelo Plano Marshall.

O Plano foi um programa de reconstrução econômica proposto em 1947 por George C. Marshall, então secretário de Estado dos EUA e consistia em disponibilizar o valor de seu orçamento de US\$ 12,5 bilhões na forma de donativos e créditos de longo prazo para a reconstrução de países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial. Em comparação, o Banco Mundial investiu apenas US\$ 497 milhões, divididos em quatro empréstimos (TOUSSAINT, 2002).

A década de 1950, marcada pelas tensões existentes entre União Soviética e EUA na representação da Guerra Fria, significou uma reformulação no papel do Banco Mundial, que direcionou suas ações para incorporar os países em desenvolvimento ao bloco ocidental capitalista, por meio de programas de assistência econômica e financiamentos. A função de reconstrução foi então praticamente esquecida e os esforços concentraram-se em ações para o

desenvolvimento.

O novo foco pode ser observado no site oficial do banco²⁶, que enumera as suas principais funções da seguinte maneira:

[...] ajuda governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas – como a construção de escolas, hospitais, estradas e o desenvolvimento de projetos que ajudam a melhorar a vida das pessoas. [...] oferece apoio aos governos membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção ao meio ambiente (WORLD BANK, 2007).

Toussaint (2002) alerta que, devido o Banco Mundial e o FMI estarem sob a direção dos países centrais do capitalismo, a concepção de desenvolvimento apregoadada pelo Banco Mundial e FMI nunca esteve atrelada à intenção de emancipação dos povos dos países em desenvolvimento e à distribuição igualitária da riqueza produzida. Até a década de 1970, acreditava-se que o crescimento econômico dos países periféricos era o caminho para a superação da pobreza e aproximadamente 70% dos empréstimos do Banco visavam à inserção desses países no sistema comercial internacional (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

Esse conceito teve alteração com a constatação de que, mesmo após duas décadas de contínuo crescimento econômico, a margem de pobreza da população não diminuiu, ao contrário, atingiu níveis intensos e perigosos para o próprio equilíbrio econômico. A desigualdade se alastrou ampliando a polarização entre países ricos e pobres, acentuando no discurso do Banco, a preocupação com a pobreza, por meio da inclusão de investimentos nos setores sociais, além dos projetos de infra-estrutura existentes (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

A conclusão foi de que o crescimento seria condição necessária, mas não suficiente para que a pobreza fosse reduzida. Conforme nos alerta Fonseca (1998), essa constatação levou o então presidente do Banco Mundial McNamara a recomendar que a assistência financeira abrangesse também dimensões sociais. Devido a isso, no final da década de 1960 o Banco Mundial havia incluído o setor social em seus créditos, mas de forma alguma tendo como motivação a justiça

²⁶ <http://go.worldbank.org/FV1YWNHLK0>

social. Ao contrário, foi uma estratégia política. O discurso do presidente do Banco na época deixava claro que nas ações do Banco Mundial a preocupação com a pobreza não era uma questão social, mas um imperativo político:

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença de ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político (MCNAMARA, *apud* FONSECA, 1998, p.3).

O Banco, então, ampliou suas funções técnicas e financeiras, assumindo um papel de caráter mais político, mediante a formulação de políticas globais e setoriais, as quais tendem a influenciar as agendas dos países que recebem seus financiamentos. Essa alteração em suas funções deslocou seu foco de atuação cada vez mais para os setores sociais. A educação, a partir deste momento, ganha destaque e é considerada pelo Banco Mundial um instrumento fundamental para promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza, e, portanto, é crescente o interesse do Banco em promover ações e definir políticas educativas para os países em desenvolvimento.

Para exercer esta nova função, o Banco elabora uma série de documentos na área da política econômica e social, agregando em seu discurso os termos “equidade”, “progresso”, “desenvolvimento sustentável”, “pobreza”, entre tantos outros. Em uma articulação semântica, da mesma maneira que o termo “desenvolvimento sustentável” se sobrepõe à “Educação Ambiental”, alterando seu foco de ação, a equidade substituiu gradativamente a noção de igualdade. Assim acontece com outros termos, gerando confusão e dificuldades de análise dos discursos produzidos pelo Banco.

Sobre o termo equidade, na prática jurídica, “a equidade fundamenta-se numa justiça mais espontânea e corretiva, não se restringindo à letra da lei, podendo mesmo contrariá-la em respeito às circunstâncias e à natureza intrínseca do objeto

jurídico considerado” (FONSECA, 1998, p.7). Isso significaria que, no caso da lei se mostrar imperfeita, poderia ser retificada, alterada diante de casos particulares.

No âmbito das atuais relações internacionais, a equidade assume um sentido de focalização. É um princípio norteador para o setor educacional no qual apenas o mínimo deve ser oferecido: “todo ser humano deve receber um mínimo de educação básica na medida em que os recursos financeiros o permitam e as prioridades do desenvolvimento o exijam” (MCNAMARA, *apud* FONSECA, 1998, p.8).

A prática da focalização, como explicado no capítulo anterior, não se limita a educação, mas engloba a oferta de políticas públicas sociais como um todo, sendo característica do Estado neoliberal reduzir suas funções de produção de bens e serviços para a população. O atendimento deverá ser limitado àqueles que se encontram em situação de pobreza extrema, de risco social.

Dessa maneira, o ponto central da política do Banco Mundial na década de 1990 é a redução do papel do Estado no financiamento dos setores relacionados à proteção social. De acordo com o “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial” de 1990, documento produzido pelo Banco Mundial, “As medidas mais importantes tomadas nos setores sociais, para melhorar as condições de vida dos pobres, são também as mais básicas: ampliar e aperfeiçoar a educação primária e o atendimento médico básico” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.84).

O mesmo documento ressalta a educação como o caminho a ser percorrido pelos pobres para melhorar sua situação econômica. “É óbvio que se as crianças pobres receberem instrução terão muito mais chances de deixar de ser pobres” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.85). Ainda atribui à educação a redução da taxa de mortalidade infantil e garante que crianças que têm mães instruídas tendem a ser mais saudáveis.

O documento “Prioridades e estratégias para a educação”, estudo setorial do Banco Mundial, produzido em 1995, corrobora esse posicionamento e estabelece como prioridades da educação o aumento do acesso, a qualidade, a equidade, e a redução do tempo que os países levam para reformar seus sistemas educacionais.

A teoria do capital humano é influente nesta análise que o Banco Mundial faz da educação, de acordo com Lauglo (1997, p.30): “Vê a educação como um investimento na futura produtividade do trabalho [...]. Os retornos a esse

investimento são medidos por fluxos de ganhos durante a vida dos indivíduos, descontando-se o presente valor investido”.

A reforma proposta pelo Banco Mundial ao sistema educacional dos países em desenvolvimento redefine a função do governo por meio de seis medidas, sendo que todas elas contribuem para trazer consenso e fortalecer os princípios neoliberais que prevalecem em nossa sociedade.

A primeira refere-se à maior prioridade que deve ser dada à educação. Parte-se da perspectiva de que as grandes mudanças na economia e no mercado de trabalho exigem maiores investimentos em capital humano, principalmente na educação, que é sempre apresentada como fundamental para o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza. Mais atenção aos resultados do ensino é a segunda medida, que recomenda a elaboração de normas e avaliações definidas mediante análises econômicas (BANCO MUNDIAL, 1995).

Em seguida propõe-se que os investimentos públicos estejam centrados na educação básica, ao mesmo tempo em que as famílias são incentivadas a participar mais efetivamente no financiamento para a educação superior. A quarta medida retoma a equidade como prioridade, enquanto a quinta incentiva a comunidade a aproximar relações com as instituições de ensino, participando inclusive da direção das escolas, medida esta que infere nas famílias um sentimento de responsabilidade pela educação dos alunos, amenizando as atribuições do governo.

Como última medida proposta pelo Banco Mundial para a reforma do sistema educacional, encontra-se o discurso que incentiva a autonomia para as instituições escolares, para que cada uma possa arrecadar e distribuir seus recursos da maneira que julgar apropriada a cada realidade (BANCO MUNDIAL, 1995).

O documento é permeado por um tom salvador da educação. Defende-se que ela ajudaria a reduzir as desigualdades, aumentaria a mobilidade social e traria imensos benefícios para as pessoas. Entretanto, paralelo a essa fala, o aspecto econômico precede sempre o aspecto humano, como no trecho a seguir: “Em primeiro lugar, a educação deve ser concebida para satisfazer a crescente demanda por parte da economia, de trabalhadores adaptáveis, capazes de adquirir facilmente novos conhecimentos” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.7).

“Cooperação” ou “assistência técnica” são os termos escolhidos pelo banco

para designar os créditos concedidos ao setor educacional dos países em desenvolvimento, entretanto, esses financiamentos consistem em empréstimos do tipo convencional, com encargos pesados, regras rígidas e condicionalidades econômicas e políticas a serem seguidas para que o crédito seja concedido. A educação é submetida a uma perspectiva economicista e a lógica de mercado passa a ser encarada como fator de eficiência dos serviços de ensino, suplantando o caráter educativo em si (AÇÃO EDUCATIVA, 2005).

Torres (1996, p.138) afirma que as propostas do Banco Mundial para a educação são “[...] feitas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa”.

Entretanto, não apenas por seus créditos e financiamentos que o Banco Mundial influencia as políticas educacionais brasileiras, mas também e talvez principalmente, pela influência de suas orientações, que têm sido colocadas em prática sem, no entanto, passar pelo crivo de uma análise sistematizada e criteriosa, por parte dos governos e da sociedade civil dos países em desenvolvimento.

Rosemberg (2000) alerta sobre o engano de pensar que as orientações políticas das organizações multilaterais são impostas aos governos sem a anuência dos mesmos. Sobre isso ela observa que resistências internacionais e nacionais possuem certa influência, mas que há morosidade, tanto do governo quanto da comunidade acadêmica, em oferecer resistência técnica aos “pacotes” educacionais apresentados.

O Banco Mundial é a agência responsável pelo financiamento de programas da ONU para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Fonseca (1998), o desenvolvimento sustentável passou a ter papel de destaque na agenda das instituições internacionais a partir da década de 1970, com o diagnóstico feito por organizações ambientais e em conferências internacionais, de que a interferência contínua sobre a natureza, visando o progresso, traria efeitos irreversíveis ao meio ambiente e o risco de um esgotamento dos recursos naturais.

Tal possibilidade de esgotamento dos recursos disponíveis ao sistema produtivo não seria proveitosa ao Banco Mundial. Apesar disso, são inúmeras as iniciativas do Banco Mundial, em sua trajetória, que contribuíram para o

desenvolvimento de práticas não sustentáveis, para a destruição do meio ambiente e para o empobrecimento das comunidades locais.

Em 1965 a Índia solicitou ao Banco Mundial auxílio alimentar devido um período de seca. Para conseguir o subsídio, que seria necessário apenas para uma estação, o país precisou reformar sua política agrícola, desvalorizar a moeda e implantar uma série de medidas em consonância com a “Revolução Verde”. As orientações, que resultaram em efeitos negativos permanentes por muitos anos, incluíam a utilização de técnicas agrícolas não-sustentáveis ecologicamente, a obrigação de exportação acompanhada de uma importação importante de pesticidas e de adubos químicos (TOUSSAINT, 2002).

Na Indonésia, em 1969, o Banco Mundial apoiou financeiramente programas que deslocavam milhões de pessoas para ilhas distantes e pouco povoadas, causando prejuízos ao meio ambiente, como a devastação de florestas e a alteração da vida de comunidades indígenas. Em 1976, no Paquistão, mais de 300 mil pessoas se tornaram sem-teto após a construção da barragem de Tarbeta, financiada com um empréstimo do Banco Mundial. Situação semelhante em 1978 em uma das regiões mais pobres da Índia, quando cerca de 220 mil pessoas foram deslocadas à força para a construção das barragens do Alto Krishna, tendo o valor médio de sua renda reduzido em cerca de 50% (TOUSSAINT, 2002).

Os empréstimos do Banco Mundial para a construção de barragens também aconteceram na Argentina, para a construção da barragem hidrelétrica de Yacyreta, com o deslocamento de cerca de 50 mil pessoas, e nas Filipinas, ambos em 1979. Entretanto, no caso da Filipinas, o Banco se retirou do projeto que deslocaria 100 mil pessoas de duas tribos, Bontoc e Kalinga, devido a pressão do povo que seria atingido. Os militantes armaram emboscadas contra as equipes de demarcação do projeto, realizaram protestos em massa e atos de desobediência civil, deitando-se em frente às máquinas. A pressão fez com que o governo local retrocedesse na decisão, e uma das quatro barragens do projeto não foi construída.

Na relação com o Brasil também pode ser listada uma série de ações do Banco que contribuem com um modo predatório de uso do meio ambiente e de desrespeito a famílias originárias dos locais de intervenção. Em 1981 foram construídas com o financiamento do BM estradas de penetração na Amazônia, aumentando o desmatamento e extinguindo populações indígenas.

No mesmo ano, o banco investiu na Companhia Brasileira de Agropecuária (Cobrape) para a implantação de um projeto de arroz irrigado em Tocantins. As terras que a Cobrape alegavam ser suas eram habitadas desde a década de 1960, por cerca de cem famílias de pequenos fazendeiros, que resistiram à violência e às constantes tentativas de expulsão. Na tentativa de se defender, os moradores criaram em 1983 a “Associação de Posseiros da Ilha de Formoso”, mas as ameaças se intensificaram, com pistoleiros queimando casas, derrubando cercas e praticando outros tipos de violência, até mesmo assassinatos (BARBOSA, 1989/1990).

Os casos descritos acima são apenas uma pequena parcela na totalidade das ações do Banco Mundial, juntamente ao FMI, nas quatro últimas décadas do século XX. A análise da cronologia dessas iniciativas nos países em desenvolvimento deixa claro que a preservação ambiental e a vida das comunidades locais não representavam prioridade nos projetos e também indicam a inexistência de critérios de avaliação sobre os impactos da implantação desses projetos de desenvolvimento econômico.

Toussaint (2002) relata que em 1993 uma avaliação interna do Banco Mundial indicou que mais de 2 milhões de pessoas haviam sido deslocadas à força para que seus projetos pudessem ser colocados em prática. O impacto desse dado fez com que finalmente a instituição aceitasse a constituição de um conselho de inspeção independente, que pudesse investigar as denúncias e queixas das comunidades atingidas pelos projetos do banco.

Sob a pressão de muitas críticas, uma transformação foi adotada no discurso do Banco e acentuou-se a busca de integração com outros países em seus documentos. No relatório de 2007, o Banco Mundial afirma considerar que, cada vez mais, os países da América Latina e Caribe desempenham papel de liderança nos esforços para tratar de questões globais, como as mudanças climáticas e o desenvolvimento de energias renováveis.

No mesmo relatório declara que criou uma vice-presidência de Desenvolvimento Sustentável, para garantir que todos os investimentos de infraestrutura resultem em programas social e ambientalmente sustentáveis, pois assim os países necessitam e requerem (BANCO MUNDIAL, 2007).

O Banco Mundial presta assistência financeira ao Brasil desde 1949. “Nas

últimas cinco décadas, esse apoio tem se deslocado gradualmente do enfoque inicial nos projetos de infra-estrutura para um paradigma mais abrangente de desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2007, p.4). Para o país, a assistência está dirigida a apoiar iniciativas de longo prazo que irão promover a redução da pobreza e o crescimento sustentável. O Banco afirma que ao analisar os países do mundo, o Brasil se destaca pelo enorme potencial de recursos humanos e naturais.

Com o propósito de contribuir com os objetivos estabelecidos pela ONU de promover a paz internacional e o bem-estar comum para todas as pessoas do mundo, a Unesco foi criada em Londres, em 16 de novembro de 1945. Essa contribuição se daria por meio do incentivo das relações educacionais, culturais e científicas entre os povos do mundo, além do fortalecimento do respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Para que esses objetivos se concretizem, a Unesco determinou em sua carta de constituição as seguintes funções: colaborar para o avanço do conhecimento e entendimento mútuo entre os povos por intermédio dos meios de comunicação em massa, recomendando acordos internacionais que auxiliem no fluxo das idéias; estimular a cooperação internacional em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio de profissionais, materiais de informação e publicações; garantir a proteção do patrimônio mundial de livros, obras de arte e monumentos históricos e científicos; impulsionar a educação popular e disseminar a cultura (UNESCO, 2002).

Referente a este último tópico, de impulsão à educação popular, a Unesco se dispõe a estimular a igualdade de oportunidades educacionais e desenvolver atividades educacionais, mediante solicitação dos estados membros, “[...] sugerindo os métodos educacionais mais adequados à preparação das crianças do mundo para as responsabilidades da liberdade” (UNESCO, 2002, artigo I, p.3).

Em seu site²⁷, a Unesco denomina-se como uma agência de padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes. Identifica-se como um laboratório disseminador de informação e conhecimento, ao colaborar com seus estados membros e associados nos assuntos pertinentes à educação, ciências,

²⁷ <http://portal.unesco.org>

cultura e comunicação (UNESCO, 2008).

A Unesco defende, em seu discurso, a necessidade de propagar uma visão globalizada de desenvolvimento sustentável, tendo como base a garantia dos direitos humanos, o respeito mútuo e a erradicação da pobreza do mundo, sendo que estes aspectos constituiriam a essência da sua missão. A comunicação, a informação e o saber são considerados pela agência vetores do desenvolvimento sustentável e por isso também são instrumentos básicos que contribuem para melhorar a vida das pessoas desfavorecidas (UNESCO, 2008).

A agência advoga que desde a década de 1960 começou o trabalho de alertar as nações para a necessidade de um desenvolvimento sustentável, realizando em 1968 uma conferência intergovernamental em que foi questionada a ação abusiva da humanidade sobre a natureza. Foi o primeiro evento a tentar articular a visão de desenvolvimento e meio ambiente, resultando na criação do Programa Homem e Biosfera. Desde essa ocasião desenvolve uma série de programas internacionais para avaliar as interferências no meio ambiente e proporcionar melhor administração dos recursos naturais (UNESCO, 2008).

O Brasil foi um dos fundadores da Unesco e mantém uma representação da agência no país desde 1966. O documento “Marco estratégico para a UNESCO no Brasil”, produzido em 2006, define a relação existente entre estes, como estreita e produtiva, principalmente a partir da década de 1990, quando um amplo acordo de cooperação entre a agência e o MEC foi assinado, tendo como respaldo a Declaração Mundial de Educação para Todos, elaborada na Conferência de Jomtien.

Outro compromisso assumido pela Unesco no Brasil é o de auxílio no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, além de objetivos de desenvolvimento constantes em diversos acordos internacionais. A agência também atua como mediadora entre o país e outras organizações especializadas das Nações Unidas.

Em 2002, no “Fórum Global para o Desenvolvimento Sustentável” em Johannesburgo foi aprovada, durante sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a proclamação da “Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” de 2005 a 2015, A Unesco foi designada para ser a principal promotora da Década, por ser a principal agência da ONU no âmbito da

educação. Trata-se de estabelecer os padrões de qualidade para a educação voltada para o desenvolvimento sustentável:

Seu principal objetivo é o de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem. Esse esforço educacional irá incentivar mudanças de comportamento que virão a gerar um futuro mais sustentável em termos da integridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras. Isso representa uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da complexidade e do interrelacionamento de problemas tais como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que hoje ameaçam nosso futuro (UNESCO, 2006, p.19).

Também é responsabilidade da Unesco a efetivação do capítulo 36 da Agenda 21, que trata de diversas dimensões acerca da educação ambiental. Este documento, juntamente a outros produzidos ou publicados pela Unesco e demais agências parceiras, serão estudados e analisados no capítulo a seguir.

Melo (2005, p.69) defende que para as agências internacionais, que “representam uma frente de defesa e condução dos interesses sociais do capitalismo mundial, o neoliberalismo está ultrapassado desde os anos 1990”. Devido a necessidade de sobreviver e aprofundar o processo de dominação do capital, de construção de seu projeto de sociabilidade, promovem uma mudança de ritmo e direção das ações de planejamento.

Nessa transformação, há a inserção da ciência e da tecnologia na produção social e confundem-se no projeto capitalista de sociabilidade as diferenças entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo. Há a apologia de uma:

[...] cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e de seu progresso e sucesso no mundo do trabalho a partir de suas competências e habilidades (MELO, 2005, p.70).

Para manter a realização de uma hegemonia ativa se torna indispensável a execução de uma complexa disciplina de planejamentos e formação de consenso,

para que aos poucos o nível de consciência política atingido pela classe trabalhadora seja desarticulado e seus anseios e ações sejam substituídos pelo projeto hegemônico de sociabilidade capitalista (MELO, 2005).

O desenvolvimento sustentável, presente em grande parte dos discursos das agências internacionais a partir do final da década de 1980, assume papel central e aparece como parte integrante do projeto neoliberal da Terceira Via, como caminho a ser percorrido para atingir estabilidade e continuidade de crescimento. Nota-se, no entanto, que em diversos momentos ao discutir-se sobre “desenvolvimento sustentável” se encaixaria melhor o termo “desenvolvimento econômico sustentável”.

A participação da população no processo de desenvolvimento delinea-se com mais vigor, e para superar as dificuldades de implementação das reformas econômicas nos países periféricos, aponta-se a necessidade de “[...] encorajar o ‘fortalecimento de instituições de governança’, de apoio à iniciativa privada e à reforma do ‘mercado de trabalho’, a fim de reestruturar seu ‘crescimento sustentável’ de longo prazo, **em conjunto com o apoio popular para as reformas**” (MELO, 2005, p.80).

Isso significa que ao conceito de “capital humano” agrega-se a concepção de “capital social”, em que não apenas o indivíduo é responsável em investir em si mesmo e em sua educação para garantir retornos posteriores. Cada comunidade deve participar ativamente do processo de desenvolvimento de seu espaço de vida, contribuindo para a efetivação das reformas a elas propostas.

Uma nova visão de capital humano, para além das determinações econômicas, é apregoada, no sentido da valorização da aquisição de informações, da vida das pessoas, das famílias, bem como do aumento da produtividade das empresas. Estes são os fatores que deveriam ser agregados ao capital e ao capital humano para promover a equidade (MELO, 2005, p.82).

O Banco Mundial (2007) afirma que o sucesso dos programas financiados pelo Banco depende do capital social das comunidades, bem como da qualidade da governabilidade local. A responsabilidade de adquirir esses novos saberes, competências e habilidades são responsabilidade individual, cada um tem o dever de construir para si próprio, é o investimento em um capital de conhecimento.

4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS E DIVULGADOS PELA UNESCO E BANCO MUNDIAL

A presente seção é destinada à análise de documentos referenciais para a discussão sobre as políticas internacionais de meio ambiente e educação. Priorizamos os textos produzidos em grandes conferências promovidas no âmbito das agências estudadas neste trabalho, o Banco Mundial e a Unesco, entretanto, ressaltamos que a parceria destas com as demais agências das Nações Unidas é recorrente.

As diversas conferências internacionais realizadas a partir dessa década visaram promover a discussão sobre o meio ambiente e a definição de bases conceituais de Educação Ambiental que fundamentassem as estratégias para o alcance do Desenvolvimento Sustentável.

Analizamos os documentos produzidos nas três grandes conferências sobre meio ambiente e educação realizadas na década de 1970: “Conferência sobre Meio Ambiente Humano” em Estocolmo (1972), “Encontro Internacional sobre Educação Ambiental”, em Belgrado (1975) e “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, em Tbilisi (1977).

O relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido em 1989 pela Comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, formada a pedido das Nações Unidas integra a análise, bem como a Agenda 21 e a Carta da Terra, documentos idealizados na “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, no Rio de Janeiro (1992) e os documentos elaborados para a implantação da “Década das Nações Unidas para a educação para o desenvolvimento sustentável” (2005-2015).

Na compreensão de que as agências internacionais não são neutras, mas estão alinhadas a determinados pressupostos políticos e ideológicos que embasam a elaboração dos documentos, identificamos tais referenciais e apreenderemos as relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais que participam da construção das orientações que são divulgadas mundialmente.

Para consistência da análise priorizamos a compreensão política e histórica

de termos recorrentes nos textos dos documentos, como “desenvolvimento sustentável”, “educação ambiental”, “educação para o meio ambiente”, entre outros. Fundamentamo-nos na discussão de autores que estudam o tema, em sujeitos sociais que participaram das conferências citadas e de eventos preparatórios das mesmas, além de delinear um paralelo com documentos nacionais, visualizando assim, possíveis influências dos documentos estudados na elaboração das políticas brasileiras a partir da década de 1970.

Como primeiro apontamento rumo à discussão, consideramos que o ano de 1972 foi decisivo para a transformação da abordagem mundial acerca do meio ambiente e das diversas dimensões que englobam o debate, especialmente a educação. Essa importância se dá, principalmente, por dois acontecimentos marcantes daquele ano: a publicação do relatório “Limites do Crescimento”, resultado de pesquisas realizadas pelo Clube de Roma e pela “Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano” (DIAS, 1991).

A ONU, impulsionada (ou amparada?) pelo impacto do relatório do Clube de Roma, que alertava sobre os abusos do crescimento ilimitado, promoveu de 5 a 16 de junho a conferência, que ficou conhecida amplamente como “Conferência de Estocolmo”. A reunião contou com a participação de representantes de 113 países e resultou na “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano”.

A declaração é composta por vinte e três princípios e pretendeu estabelecer uma “visão global e princípios comuns que sirvam de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972, p.1). Fundamenta-se em pressupostos encontrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como o direito do homem à liberdade, à igualdade e a condições de vida adequadas.

Afirma que todas as pessoas têm direito a um meio ambiente de qualidade, tendo, porém, a obrigação de proteger e melhorar o mesmo, como compromisso com as gerações presentes e futuras. Esse mesmo compromisso se estende à preservação, planejamento e uso cuidadoso dos recursos naturais da Terra, como: o ar, a água, o solo, a flora, a fauna e os ecossistemas naturais. Para os recursos não-renováveis, a recomendação é que sejam utilizados de modo responsável a fim de evitar seu esgotamento futuro.

De acordo com a declaração, a proteção ambiental não se limita à responsabilidade individual, mas é prevista na declaração como dever de todos os governos para garantir o bem estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro. Considera o subdesenvolvimento o maior causador dos problemas ambientais graves nos países em desenvolvimento. Afirma a necessidade de desenvolvimento econômico e social acelerado para assegurar ao homem um ambiente de vida e de trabalho favorável, incluindo a transferência maciça de recursos financeiros e tecnológicos que auxiliem os países em desenvolvimento nesse processo.

O documento não omite que a busca de preservação e melhoria do meio ambiente apresenta incompatibilidades com o modelo de desenvolvimento apregoado aos Estados. Para superar os entraves que possam surgir sugere um ordenamento racional dos recursos, uma planificação para conciliar as contradições do processo.

Porém, a declaração assegura que “as políticas ambientais de todos os países deveriam melhorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos países”. Essa afirmação permite-nos perceber um posicionamento favorável às teorias econômicas que contrastam com os limites previstos pelo documento “Os limites do crescimento” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, p. 5, 1972).

No tocante à educação, a declaração atribui à ciência e à tecnologia responsabilidade para descobrir quais são os riscos que ameaçam o meio ambiente, evitá-los ou combatê-los, solucionando os problemas como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico do país – e para o bem da humanidade. A investigação científica adquire importância, valorizando principalmente o livre intercâmbio de informações e experiências.

Retomando a análise de Santos (2005), de que não há utilização de uma técnica ou conhecimento desvinculada de intenção e/ou ação política, podemos questionar o seguinte: no caso da educação dar conta de tamanha responsabilidade (identificar e resolver todos os riscos para o meio ambiente), o uso do conhecimento privilegiaria os interesses econômicos ou sociais? Como esses interesses seriam articulados?

O princípio dezanove da declaração propõe que jovens e adultos participem de um programa de educação em questões ambientais, especialmente aqueles que fazem parte das camadas “menos” privilegiadas, informando e responsabilizando toda a população sobre a temática. Ressaltamos que a tarefa para a educação, de acordo com esse tópico, é assentar as bases de uma opinião pública, incutir um senso de responsabilidade aos indivíduos, empresas e comunidades para que todos tenham condutas adequadas.

Entretanto, cabe o questionamento: será que todos os indivíduos atuam da mesma maneira no ambiente? Qual é a parcela de responsabilidade de cada um? São os homens diretamente que destroem ou as relações sociais que estabelecem entre si que acarretam as ações destrutivas? Supondo que sejam as relações de produção desenfreadas, qual o papel atribuído ao Estado?

A educação proposta nesse documento não intenta discutir o processo de conscientização sobre as relações estabelecidas em uma sociedade dividida em classes. Também não prevê dolos distintos no quesito degradação e preservação do meio ambiente, mas parte do pressuposto generalista de que os homens estão destruindo a natureza e por isso, todos devem receber a educação adequada para assumir sua responsabilidade.

O posicionamento que coloca no mesmo plano de responsabilidade o trabalhador assalariado e o proprietário, de acordo com Waldman (1992), é superficial, é senso comum que denota cegueira política. A sociedade capitalista, fundamentalmente dividida em classes, pressupõe um regime de divisão do trabalho, em que alguns decidem enquanto outros devem cumprir as diretrizes estabelecidas.

Segundo o autor, “[...] o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional ou mesmo mundial, dado o caráter de internacionalização do capitalismo” (WALDMAN, 1992, p.11). Sendo assim, de forma diferente as pessoas e os países interagem com o meio ambiente.

Resgatando os apontamentos de Engels na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Waldman (1991) ressalta a denúncia feita sobre os fatores de degradação do meio ambiente que atingiam especialmente a classe

operária inglesa e prejudicavam sua qualidade de vida, sem, porém, alcançar diretamente a burguesia. De acordo com o autor, a poluição urbana, o excesso de barulho, a contaminação da água, a miséria e a precariedade do trabalho que atingiam os operários era evidente.

No entanto, “o silêncio histórico que pesou sobre essa questão encontra sua justificativa no fato de a classe operária ter sido por muito tempo a vítima exclusiva da degradação ambiental” (WALDMAN, 1991, p.13). Somente quando os problemas ambientais passaram a ameaçar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais que a discussão se tornou inevitável e ampliou-se nos meios de comunicação.

Os Estados Nacionais, na concepção expressa pelo documento, assume responsabilidades. Em primeiro lugar, ele é um Estado educador, pois deve promover nos indivíduos o preparo necessário para que todos mudem de atitude e se responsabilizem pelo meio ambiente. Em seguida, ele é responsável em promover um projeto de sociedade que reduza as desigualdades sociais sem, no entanto, diminuir o crescimento, mas promovendo-o.

A declaração assegura aos Estados a intervenção das agências internacionais na realização de um “trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e melhoria do meio ambiente” (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, p.7, 1972). Esta é a primeira ocasião em que oficialmente o meio ambiente agrega-se à agenda das instituições das Nações Unidas.

Um aspecto contraditório exposto durante a Conferência de Estocolmo se expressou na acusação de representantes de alguns países em desenvolvimento aos países industrializados. A acusação consistia no argumento de que a poluição seria apenas uma desculpa para limitar o desenvolvimento industrial dos países pobres, com intuito de inibir a concorrência destes com os países ricos. Um dos países que apresentaram essa postura na conferência foi o Brasil.

De acordo com Dias (2004), representantes do Brasil alegavam que o país não se importaria em receber poluição e pagar o preço da degradação ambiental, desde que em contrapartida seu produto interno bruto aumentasse. O escândalo foi internacional, pois os representantes do país abriram as portas para a poluição, em

uma conferência que debatia a preocupação com a degradação ambiental. O estímulo à vinda de multinacionais poluidoras fica expresso no texto de um cartaz:

Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento (DIAS, 2004, p.36).

O surgimento da questão ambiental no Brasil agrega os debates políticos e movimentos ambientais que se desenrolaram no plano internacional, por meio das agências internacionais e de governos de outros países “[...] que através de políticas, conferências, programas científicos, de investimento e cooperação, exerceram algum tipo de influência sobre a questão ambiental no Brasil” (LIMA, 2005, p.31).

Entretanto, uma perspectiva histórica dos condicionantes internos relacionados à questão ambiental brasileira ressalta que a experiência de degradação ambiental e social tem seus primórdios no Brasil colônia. De acordo com Lima (2005, p.31):

A condição de colônia de exploração dependente da metrópole portuguesa e do mercado internacional e a sucessão de ciclos econômicos baseados na depredação dos recursos naturais condicionaram e deram a medida de nossa constituição histórica como nação. Mais recentemente, a exportação de produtos primários ou industriais para financiar os custos da dívida externa, a abertura aos capitais internacionais e o patenteamento de espécies nativas por multinacionais estrangeiras parecem dar a tônica de nossa história ambiental.

O acelerado ciclo de expansão urbano-industrial iniciado na década de 1950, tendo como base um modelo tecnológico predatório, deu continuidade ao processo de degradação ambiental e social no Brasil. Desse momento ressalta-se a concentração da atividade econômica nos centros urbanos, com a transferência de grande parte da população do campo para as cidades, que não possuíam estrutura para receber tamanha demanda (LIMA, 2005).

Esses e outros problemas delinearão o panorama ambiental da sociedade

brasileira na ocasião da realização da Conferência de Estocolmo e demonstram como a prática da degradação do meio ambiente em nome do desenvolvimento estava bem enraizada na década de 1970.

Para uma concepção desenvolvimentista, a defesa ambiental não passava de um obstáculo ao crescimento econômico e um artifício de países ricos para impedir o desenvolvimento dos mais pobres. Ainda assim, a Conferência de Estocolmo, conjuntamente às demais discussões internacionais, começaram a desenvolver no Brasil indícios de preocupação com o meio ambiente (LIMA, 2005).

Como consequência das duras críticas recebidas no exterior pela postura brasileira em relação às novas discussões e políticas internacionais de meio ambiente, em 1973 a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA. Foi o primeiro passo para a institucionalização das políticas ambientais no Brasil, mesmo que a princípio tenha sido criada para melhorar a “imagem” do país no exterior.

Santos (2008, p.25), afirma que Paulo Nogueira-Neto²⁸ assumiu a secretaria e conseguiu “driblar’ com competência as políticas autoritárias” presentes no governo militar, alcançando surpreendentes conquistas, como a criação de leis ambientais e instalação de estações ecológicas.

As primeiras parcerias de integração entre meio ambiente e educação no Brasil partiram do trabalho de Nogueira-Neto. Estabeleceu parcerias com o MEC e outras agências, divulgando a possibilidade da educação ambiental fazer parte dos currículos escolares, não como um conteúdo específico, mas como “um instrumento para levar os diversos atores da sociedade a um entendimento e à percepção de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza” (SANTOS, 2008, p.27).

Em cumprimento às decisões tomadas na Conferência de Estocolmo, foi criado o PNUMA e o “Programa Internacional de Educação Ambiental”, PIEA. Os princípios orientadores do PIEA foram estabelecidos somente em 1975, durante o “Encontro Internacional sobre Educação Ambiental”, segundo marco da década de 1970 para a discussão internacional sobre meio ambiente e educação.

²⁸ Foi secretário da SEMA por treze anos, chefiou e participou de inúmeras delegações brasileiras a eventos sobre meio ambiente no exterior, participou da Comissão Brundtland para a elaboração do relatório “Nosso Futuro Comum”.

O encontro ficou mundialmente conhecido como a “Conferência de Belgrado” e teve a participação de especialistas em Educação, Biologia, Geografia e História, entre outros. A Carta de Belgrado é o documento que expressa as resoluções tomadas na ocasião e por causa da constituição do grupo participante, apresenta diferenças em relação à Declaração de Estocolmo (COIMBRA, 2006).

A primeira diferença que encontramos em seu texto é o reconhecimento de que a degradação ambiental não é provocada da mesma maneira por todos, mas apesar de causada principalmente por um determinado número de países e pessoas, afeta toda a humanidade.

Outro ponto dessa carta que se distingue da declaração de Estocolmo é o tratamento diferenciado à pobreza. O documento defende um novo tipo de desenvolvimento que busque a erradicação das causas das mazelas humanas, como a pobreza, a fome, o analfabetismo, a exploração e a dominação. O contraste se dá na medida em que a pobreza é encarada como uma consequência do modelo de desenvolvimento corrente e não como a causa em si dos problemas.

Como princípio de um novo modelo de desenvolvimento estaria a repartição equitativa dos recursos existentes no mundo (a carta não especifica se são recursos naturais ou financeiros), a satisfação das necessidades de todos os povos, o fim da exploração de uma nação sobre as outras e um novo padrão de consumo. Condena as políticas que buscam intensificar a qualquer custo a produção econômica. Enfim, propõe uma nova ética global.

É necessário encontrar modo de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra, e que o consumo de um indivíduo não ocorra em detrimento dos demais. Os recursos da Terra devem ser utilizados de modo que beneficiem toda a humanidade, e que proporcionem melhoria de qualidade de vida para todos (CARTA DE BELGRADO, 1975, p1).

A educação e a reforma dos processos e sistemas educativos destacam-se como essenciais para que o novo modelo seja alcançado. A carta explica que qualquer resultado alcançado por meio da ação de governos ou de formuladores de políticas durará apenas algum tempo no caso das novas gerações não receberem um novo tipo de educação. De acordo com a carta, “essa nova Educação Ambiental

deve se basear e se vincular amplamente aos princípios básicos definidos na Declaração das Nações Unidas sobre a “Nova Ordem Econômica Internacional”²⁹ (CARTA DE BELGRADO, 1975, p.2).

Alega que as prioridades nacionais e regionais devem ser revistas, mas que é preciso que as pessoas aceitem como responsabilidade mudar suas próprias prioridades, “[...] assumir uma ética individualizada e pessoal, e manifestar, em seu comportamento global, uma postura de compromisso com a melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida de todos os povos do mundo” (CARTA DE BELGRADO, 1975, p.1). A carta não cita os “Estados”, mas afirma que os governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novos enfoques para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio no mundo.

A meta ambiental proposta é: “Melhorar todas as relações ecológicas, incluindo a relação da humanidade com a natureza e das pessoas entre si” (CARTA DE BELGRADO, 1975, p.1). Para que essa meta seja alcançada destaca-se a necessidade de esclarecer o significado de conceitos básicos como qualidade de vida e felicidade, em cada nação, de acordo com sua própria cultura e identificar as ações que favoreçam a preservação da natureza.

Como meta para a educação ambiental, propõe-se o seguinte:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Para que essa meta de formação seja alcançada, ela se desdobra em objetivos específicos, como demonstra o quadro a seguir.

²⁹ Conjunto de propostas elaboradas e expressas pela Assembléia Geral das Nações Unidas nos documentos "Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial" – Resolução 3.201 (1º de Maio de 1974) e "Plano de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial" – Resolução 3.202 (1º de Maio de 1974) e "Carta de Direitos e Deveres dos Estados" – Resolução 3.281 (12 de Dezembro de 1974). A nova ordem teria como objetivo distribuir de maneira mais justa os recursos naturais, humanos e econômicos, entre os países.

TABELA 6: OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CARTA DE BELGRADO

Objetivos da Educação Ambiental	
Tomada de consciência	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.
Conhecimentos	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita de uma responsabilidade crítica.
Atitudes	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria.
Aptidões	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.
Capacidade de avaliação	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.
Participação	Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas.

Fonte: Carta de Belgrado, 1975.

A educação ambiental deve ser oferecida na educação formal e não formal, atendendo desde crianças até adultos, professores em formação e atuação, família, trabalhadores, administradores e todos os que dispõem de poder em qualquer área.

Ao final, a carta define oito diretrizes básicas para os programas de Educação Ambiental a serem implementados nos países. Tais diretrizes e demais princípios da carta constituem um dos principais referenciais utilizados no Brasil para a construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Meio Ambiente, conforme evidencia o quadro comparativo abaixo:

TABELA 7: AS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CARTA DE BELGRADO E OS PCNs

Carta de Belgrado	Parâmetros Curriculares Nacionais
A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético.	Considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural e construído, tecnológicos e sociais (econômico, político, cultural, técnico, moral e estético).
A Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola.	Constituir um processo permanente e contínuo durante todas as fases do ensino formal.
A Educação Ambiental deve adotar um método interdisciplinar.	Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental.
A Educação Ambiental deve enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.	----
A Educação Ambiental deve examinar as principais questões ambientais em uma perspectiva mundial, considerando, ao mesmo tempo, as diferenças regionais.	Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional.
A Educação Ambiental deve se basear nas condições ambientais atuais e futuras.	Concentrar-se nas questões ambientais atuais e naquelas que podem surgir, levando em conta uma perspectiva histórica.
A Educação Ambiental deve examinar todo o desenvolvimento e crescimento a partir do ponto de vista ambiental.	Considerar de maneira explícita os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.
A Educação Ambiental deve promover o valor e a necessidade da cooperação a nível local, nacional e internacional, na solução dos problemas ambientais.	Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais.

Fonte: Carta de Belgrado, 1975 e MEC, 2001.

A Conferência realizada na sequência, em 1977 chamou-se “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” e ocorreu em Tbilisi. Na Conferência

de Tbilisi definiu-se que era imprescindível incluir a dimensão ambiental nos sistemas de educação formal e não-formal, pautando-se na busca de soluções de problemas, principalmente aqueles que afetam o bem-estar das pessoas.

Aos princípios básicos da Carta de Belgrado, acrescentou-se que a Educação Ambiental deveria ajudar a descobrir não apenas os sintomas, mas as causas reais dos problemas ambientais; promover o senso crítico nos indivíduos; desenvolver as habilidades necessárias para resolver dificuldades; diversificar ambientes educativos, utilizar amplamente a variedade de métodos para a aquisição de conhecimentos e possuir um caráter interdisciplinar; valorizar as atividades práticas e experiências pessoais, reconhecendo o valor dos conhecimentos prévios dos estudantes.

O Brasil não participou da Conferência de Tbilisi, porém, por influência de suas determinações na esfera internacional, o país desenvolveu na década de 1980 a estruturação da Educação Ambiental como parte das estratégias de gestão ambiental nas instituições voltadas ao meio ambiente (SANTOS, 2008).

Foi criada em 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei 6.938/81, estabelecendo normas para o Meio Ambiente. Também na década de 1980 questões referentes ao meio ambiente foram introduzidas nos currículos escolares, a partir do Decreto nº 086.028/05/81, que institui a Semana Nacional do Meio Ambiente, em todo o território nacional.

A recomendação para que a Educação Ambiental fosse inserida nas escolas brasileiras por meio de uma abordagem interdisciplinar aconteceu em 1987, quando foi aprovado pelo MEC o parecer nº 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier. O parecer indicava a inclusão nos currículos de temas ambientais relacionados à realidade local da comunidade, incentivando a integração entre esta e a escola (SANTOS, 2008).

O Brasil não teve papel relevante na década de 1970 no debate internacional sobre meio ambiente e educação, entretanto, nota-se que aos poucos agregou orientações das três conferências em seus encaminhamentos, elaborando leis e espaços de discussão sobre a problemática no sentido de atendê-las.

TABELA 8: AS TRÊS GRANDES CONFERÊNCIAS DA DÉCADA DE 1970

	Estocolmo (1972)	Belgrado (1975)	Tbilisi (1977)
Ênfase	Ênfase na articulação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Porém, prioriza nessa relação o desenvolvimento econômico.	Ênfase na importância da Educação Ambiental para a construção de uma nova ética global.	Ênfase em dar continuidade aos princípios estabelecidos em Belgrado.
Educação	Deve identificar e solucionar os problemas ambientais. Enfatiza o investimento em novas tecnologias.	Base para uma nova sociabilidade.	A dimensão ambiental deve ser inserida no sistema formal e não formal de ensino.
Estado	Deve educar as pessoas, promover mudança de convicções e comportamentos.	Ordena mudanças nas políticas e no padrão de desenvolvimento.	Deve implementar as políticas ambientais e incentivar o intercâmbio de informações entre os países.
Desenvolvimento Sustentável	Anuncia princípios que serão incorporados mais tarde no relatório Nosso Futuro Comum, como o legado a ser deixado para as gerações futuras.	O desenvolvimento se dá a partir da priorização do ambiental e do social.	X
Responsabilidade pelos problemas ambientais	Todos têm a mesma responsabilidade diante dos problemas ambientais.	Apesar de afetar a todos, os problemas ambientais são causados de maneira diferente pelas pessoas.	X
Pobreza	Junto ao subdesenvolvimento, é uma das principais causas dos problemas ambientais	Pobreza não é causa, mas consequência do modelo vigente de desenvolvimento.	X

As três conferências citadas acima significaram um novo momento para os que pesquisavam e defendiam o meio ambiente. A partir dessa década, ampliou-se a discussão sobre a interferência do homem no meio ambiente, sobre o modelo de desenvolvimento predominante e a necessidade da adoção de práticas mais saudáveis e harmoniosas com o meio ambiente. Em alguns casos, a popularização do discurso de proteção à natureza limitou-se mais a uma “moda” do que a convicção política.

Em 1982 a Assembléia Geral da ONU solicitou a formação de uma comissão para refletir e pesquisar sobre os problemas ambientais e sua relação com o desenvolvimento. Foi montada a “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, chefiada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

A partir da década de 1990 o relatório “Nosso futuro comum”, da Comissão de Brundtland, passou a ser considerado o documento referencial para o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com Godoy (2008), o documento enfatiza que o desenvolvimento sustentável é mais que crescimento, pois exige que o teor do crescimento seja modificado, para que as matérias-primas não sofram impactos agressivos.

Afirma também que “as medidas precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas” (BRUNDTLAND, 1991, p.56)

O documento expõe quatro dimensões que estão englobadas no conceito de Desenvolvimento Sustentável e norteiam as políticas públicas internacionais. A primeira dimensão explicita que para conter a depredação e poluição, é determinante que as economias invistam em tecnologias que diminuam os danos causados pelo desenvolvimento à natureza.

Em seguida, considera que, como “os pobres são levados a exaurir recursos para sobreviver” (BRUNDTLAND, 1991, p.56) as políticas de combate à pobreza são fundamentais para a conservação do meio ambiente. Nota-se que as políticas do Banco Mundial e da Unesco alinham-se com essa dimensão, destacando sempre o

combate à pobreza em seus documentos.

A terceira dimensão afirma que as necessidades da geração atual devem ser supridas sem prejudicar a satisfação das necessidades das gerações futuras. Por último, a quarta dimensão envolve a ampla participação da sociedade civil organizada para formular e implementar ações de proteção ambiental. Esta dimensão pode ser compreendida como a valorização da participação do Terceiro Setor e redução da intervenção do Estado.

Outro aspecto que merece destaque no entendimento da construção desse conceito é a credibilidade dada, mais uma vez, ao desenvolvimento tecnológico e científico, sob o qual repousa a responsabilidade de contornar as crises inerentes ao capital:

[...] se o desenvolvimento econômico aumenta a vulnerabilidade às crises, ele é insustentável. Uma seca pode obrigar os agricultores a sacrificarem animais que seriam necessários para manter a produção nos anos seguintes. Uma queda nos preços pode levar os agricultores e outros produtores a explorarem excessivamente os recursos naturais, a fim de manter rendas. Mas pode-se reduzir a vulnerabilidade usando tecnologias que diminuam os riscos de produção, dando preferência a opções institucionais que reduzam flutuações de mercado e acumulando reservas, sobretudo de alimentos e divisas (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991, p.57).

Há uma lista no relatório de medidas que devem ser implementadas pelos estados nacionais. São elas: 1) limitação do crescimento populacional; 2) garantia da alimentação a longo prazo; 3) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; 4) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; 5) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; 6) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores e; 7) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Apesar de o documento ser reconhecido como referência para o conceito de desenvolvimento sustentável, observa-se que esta é uma concepção em constante transformação, sendo historicamente construída. As conferências da década de 1970 trabalhavam essa discussão e, até 2005, no lançamento da Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, diversos

pesquisadores discutiram a temática, apontando avanços, mas também contradições nessa problemática.

Em 1992 foi realizada no Rio de Janeiro a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a Rio-92. Participaram do evento 175 representantes de diferentes países e 102 chefes de Estado e de governos do mundo todo. Importantes documentos resultaram da conferência:

- Agenda 21;
- Carta da Terra;
- Convenção das Mudanças climáticas;
- Convenção da Biodiversidade;
- Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Destes, destacam-se a Agenda 21 e a Carta da Terra. A Agenda 21 é um programa de ações, em escala mundial, composto de quarenta capítulos que discorrem sobre diversos temas relacionadas com a proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

O capítulo 36 do programa focaliza a discussão sobre a educação ambiental e a agência do sistema ONU, responsável em efetivar o planejamento deste capítulo, é a Unesco. As orientações contidas no capítulo referem-se à reorientação do ensino em direção ao conceito de desenvolvimento sustentável, ao treinamento de educadores e à promoção da conscientização da população.

Entre os objetivos descritos, está o apoio às recomendações da Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, em Jomtien, em 1990, na busca do acesso universal ao ensino básico, redução dos altos níveis de analfabetismo e nivelamento educacional de homens e mulheres. Outros objetivos são: o desenvolvimento da consciência do meio ambiente, o aumento significativo da educação ambiental vinculada à educação social e a integração dos conceitos de ambiente e desenvolvimento (AGENDA 21, CAPÍTULO 36).

Na conferência realizada no Rio de Janeiro definiu-se que o Banco Mundial seria a agência financeira internacional, vinculada à ONU, responsável em orientar os fundos para o alcance dos objetivos definidos no evento. Sorrentino (2005, p.289)

alerta para o caráter mercadológico do conceito de Desenvolvimento Sustentável defendido pelo Banco Mundial e agências parceiras, por meio do “tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado”.

Em função da Constituição Federal e dos compromissos assumidos com a Rio-92, o Governo brasileiro instituiu, em 1994, o ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental –, em parceria com o MMA, o MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia. O programa previa três ações:

a) capacitação de gestores e educadores; b) desenvolvimento de ações educativas; c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: 1. Educação ambiental por meio do ensino formal; 2. Educação no processo de gestão ambiental; 3. Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais; 4. Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais; 5. Articulação e integração comunitária; 6. Articulação intra e interinstitucional; 7. Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os estados (SANTOS, 2008, p.39).

Antes da realização da Rio-92, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento havia recomendado, em 1987, a criação de uma carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em um evento paralelo ao oficial, chamado “Fórum Global”, houve ampla participação de ONG’s e movimentos sociais de 108 países, sendo a ocasião escolhida para que o processo de escrita da carta iniciasse.

De acordo com Gadotti (2009, p.2), “a *Carta da Terra* é o equivalente à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, apropriada para os tempos atuais, constituindo-se num documento baseado na afirmação de princípios éticos e valores fundamentais [...]”. Para o autor, esses princípios que norteariam as pessoas, nações, estados, raças e culturas no que se refere à cultura da sustentabilidade, com equidade social.

Como explicado nas seções anteriores, em agosto de 2002, em Johannesburgo, a Unesco e outras agências novamente patrocinaram uma reunião global conhecida como “Rio+10”, que deveria avaliar a implementação das propostas da Agenda 21. Constatou-se que a degradação ambiental se acelerara e poucos avanços foram obtidos.

Tendo poucos resultados práticos, foi decidido na conferência construir uma avaliação consensual sobre as condições atuais do meio ambiente e traçar prioridades para ações futuras, reforçando os compromissos assumidos em 1992 e agilizando a efetivação dos objetivos da Agenda 21. Além disso, durante sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi proclamada a “Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” de 2005 a 2015.

O Plano de implementação para a década estabelece as funções para os participantes:

TABELA 9: FUNÇÃO DOS PARTICIPANTES DA DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Participante	Funções
Organizações governamentais e intergovernamentais	<ul style="list-style-type: none"> - formular políticas e estabelecer marcos - promover consultas públicas e insumos - organizar campanhas públicas nacionais e internacionais - inserir e operacionalizar a EDS³⁰ nos sistemas educacionais
Sociedade civil e ONG's	<ul style="list-style-type: none"> - estimular a sensibilização dos cidadãos, organizar atividades de promoção, campanhas e grupos de pressão - prestar consultoria e contribuir para a formulação de políticas - implantar a EDS especialmente nos contextos educativos não formais - servir de mediador entre o governo e o público
Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> - iniciativas e treinamentos empresariais - modelos e modos de gestão - aplicação e avaliação - elaboração e compartilhamento de práticas de produção e consumo sustentáveis

Fonte: DEDES, 2005.

A década iniciou em 2005 e tem desenvolvido ações e campanhas para

³⁰ Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

promover o desenvolvimento sustentável por meio da educação. Sendo nosso recorte temporal delimitado até 2005, consideramos importante destacar que novas discussões têm sido contempladas pelas agências internacionais, Estados nacionais e mídia sobre a problemática do meio ambiente, apontando que o tema é amplo e muitos são os determinantes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a problemática ambiental ampliou-se no decorrer das últimas quatro décadas e passou a integrar a agenda política das agências internacionais das Nações Unidas. A importância que a temática adquiriu pode ser percebida pela realização de inúmeras conferências promovidas por essas agências, bem como pela publicação de documentos, pesquisas e campanhas.

Apesar do crescente esforço em estabelecer parâmetros e objetivos mundiais de proteção ambiental, para frear os processos de degradação e retomar um ambiente equilibrado, percebemos que as decisões tomadas nos encontros internacionais não têm logrado êxito na prática.

Diante das diversas indagações que essa problemática instigou, nos propusemos a analisar as orientações políticas para meio ambiente e educação que o Banco Mundial e a Unesco fazem por meio dos documentos finais das conferências internacionais realizadas no âmbito dessas agências.

Ao concluir essa pesquisa, consideramos que as contradições presentes na relação entre o homem e a natureza estão longe de ser solucionadas, mas ampliam-se a cada dia. O modelo de desenvolvimento predominante na sociedade capitalista tem pressupostos que entram em conflito com os interesses de bem-estar da população e do meio ambiente, sendo esse conflito desencadeador dos demais problemas identificados na relação homem/meio ambiente.

A mesma alienação resultante da relação de domínio e separação em classes existente entre os homens verifica-se na ruptura do metabolismo existente entre o homem e a natureza.

Consideramos que o meio ambiente passou a ser tema de interesse das agências internacionais, por essas representarem instrumentos de hegemonia do capital mundializado. Com o agravamento dos problemas ambientais, evidenciam-se outros problemas que representam entraves ao desenvolvimento econômico necessário para a contínua expansão do capital.

O aumento da pobreza e da precariedade de vida da população mundial é um desses entraves. Quando na década de 1970 o Banco Mundial assume em seus créditos a necessidade de combater a pobreza, não se trata de promover justiça

social, mas de evitar sérios riscos políticos que a miséria generalizada pode causar.

A estreita relação entre pobreza e destruição da natureza se evidenciou na revisão bibliográfica realizada no âmbito dessa pesquisa, ainda que essa relação tenha recebido tratamento distinto dependendo do interlocutor da discussão. Com o predomínio dos princípios neoliberais, o controle da pobreza se destaca como necessário para manter o consenso obtido, sendo assim, a temática “pobreza” está constantemente presente nas discussões sobre o meio ambiente.

Reafirmamos nosso entendimento de que as relações não ocorrem na simples dualidade causa-efeito, mas que diversas dinâmicas se sobrepõem e vários interesses colidem, compondo os movimentos de ruptura e continuidade da sociedade. Foi possível identificar esse movimento na análise dos documentos, nos quais interesses de diferentes sujeitos sociais entravam em conflito. As divergências de enfoque encontradas no exame desses documentos demonstram contradições e indicam a importância da participação política de atores contra-hegemônicos nos processos de decisão, tanto em âmbito internacional quanto nacional.

Os posicionamentos de muitos cientistas, educadores, pesquisadores movimentos sociais e outros, responsáveis pela produção de debates, discussões e estudos sobre o meio ambiente tiveram papel fundamental na inserção da temática ambiental na esfera internacional e na garantia, em alguns momentos, de enfrentamento às políticas neoliberais. A carta de Belgrado destaca-se como um desses momentos, apontando prioridades diferentes dos outros documentos.

Em todos os documentos, evidenciou-se durante os estudos, a importância atribuída à educação para o alcance dos objetivos ambientais, sociais e/ou econômicos. A educação recebe tratamento especial de estratégia para o alcance dos objetivos da classe dominante, de formação de bases consensuais. Da mesma forma, por aqueles que atuam na elaboração de alternativas ao modelo civilizatório estabelecido, a educação também é valorizada como uma das chaves para a transformação social.

Analisando o resultado das conferências Internacionais realizadas no âmbito das agências da ONU, a partir da década de 1970, consideramos que as discussões mais significativas sobre a relação homem/meio ambiente e políticas de meio ambiente e educação foram desenvolvidas na própria década de 1970. Parte das propostas delineadas nessa década valorizaram a emancipação humana e o

equilíbrio ambiental, porém, nas conferências seguintes, muito foi perdido e confundido em um discurso neoliberal de participação da sociedade civil nas decisões, porém repleto de esvaziamento de luta política.

Consideramos, por fim, que as diversas questões aqui apontadas não apenas indicam a possibilidade – e a necessidade – de outros estudos que explorem a relação ente o homem e o meio ambiente, e a educação mediando essa relação. Evidenciam também um amplo leque de possibilidades de estudos posteriores, para que as problemáticas que permanecem em aberto possam ser enraizadas.

REFERÊNCIAS

A CARTA DA TERRA. Declaração de princípios da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=5225>>.

AÇÃO EDUCATIVA. Banco Mundial em Foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a Iniciativa Via Rápida na América Latina. Julho, 2005.

AGENDA 21 GLOBAL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=4989>>.

ALBA. Aliança Bolivariana dos Povos da América. Portal Alba. Disponível em: <<http://www.alternativabolivariana.org/index.php>>. Acesso em: ago. 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Relações Internacionais e política externa no Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: UFRPGS, 2002.

ALVES, Lindgren. A conferência do Cairo sobre população. Acesso em Nov.2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/alves.htm#_ftn1.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p.335-351, maio/ago. 2004. Acesso em Nov. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

APLICACIÓN DEL PROGRAMA de trabajo sobre educación, sensibilización de la opinión pública y capacitación. Consejo Económico y Social (ONU). 7 de febrero de 2000. Comisión sobre el Desarrollo Sostenible. Octavo período de sesiones 24 de abril a 5 de mayo de 2000.

BANCO MUNDIAL. Notas sobre o país. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em out. 2007.

_____. **Prioridades y Estratégias para la Educación**. Estudio sectorial Del Banco Mundial. Version preliminar. Washington: Banco Mundial, 1995.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**: luta contra a pobreza. Washington: Banco Mundial, 2001.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Distribuído no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas. Washington: Banco Mundial, 1990.

BARBOSA, Ycarin Melgaço. Conflito pela posse da terra, posseiros x a grande empresa. Fazenda Pantanal de Cima. **Boletim Goiano de Geografia**. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Química e Geociências. Vol. 9, n.1, jan.1990.

Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4403/3844>>. Acesso em: jul. 2009.

BATISTA, Pedro Ivo de Souza. A Alca e a destruição do meio ambiente. In: CAMPANHA Nacional contra a Alca (org.). **Soberania sim, Alca não!** Análises e documentos. Expressão Popular, 2002. p.97-104.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Entrevista sobre 20 anos do relatório Nosso Futuro Comum. **Eco & Ação: Ecologia e Responsabilidade**. 31 out. 2007. Disponível em: <<http://press.faberbrasil.com.br/public/downloads/261108032817.pdf>>. Acesso em nov. 2008.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CARTA DE BELGRADO. Encontro Internacional de Educação Ambiental. 1975. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.htm>

CASTRO, Josué de. **Subdesenvolvimento**: causa primeira de poluição. Trabalho apresentado no Colóquio sobre o Meio Ambiente. Estocolmo. Jun. 1972. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>>. Acesso em jun. 2009.

CHANG, Man Yu. A economia Ambiental. In: **Abordagens econômicas da questão ambiental atual** (curso). Curitiba: IAP /SEMA, 2004.

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p.7-33.

_____. Crise vem por a nu os limites históricos do sistema capitalista. **O comuneiro** (Revista Eletrônica). n.7, set. 2008. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr7_02_francoischesnais.html> Acesso em nov. 2008.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**. São Paulo, n.5, p.7-28,out. 2001.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____ (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p.35-67.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**. n.16, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html>>. Acesso em jun. 2008.

CLUBE DE ROMA. **Quem somos: membros honorários**. Acesso em abril 2009. Disponível em: http://www.clubofrome.org/eng/people/honorary_members.asp.

COIMBRA, Andrey de Souza. O tratamento da educação ambiental nas conferências ambientais e a questão da transversalidade. **Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Vol.16, junho, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORTEZ, Henrique. Novo estudo reafirma a associação entre agrotóxicos e o desenvolvimento da Doença de Parkinson (notícia). **Portal Eco debate: Cidadania e Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/06/novo-estudo-reafirma-a-associacao-entre-agrotoxicos-e-o-desenvolvimento-da-doenca-de-parkinson/>>. Acesso: ago. 2009.

D'AMATO, Claudio; TORRES, João; MALM, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental: uma revisão. **Química Nova [online]**. 2002, vol.25, n.6a, p. 995-1002. ISSN 0100-4042. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000600017>. Acesso em: ago. 2009.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. 1972. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.htm>>.

DECLARAÇÃO DE TBILISI. Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental. Tbilisi, Georgia: UNESCO, PNUMA, 14 a 26 de outubro de 1977. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.htm>>.

DEDS. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (diretório de documentos). Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.htm>>. Acesso: out. 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DUMÉNIL, Gerald; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica marxista**, Campinas, n.18, p.11-36, maio de 2004.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** (tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Global, 1985.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOLADORI, Guilherme. A economia ecológica. In: **Abordagens econômicas da questão ambiental atual** (curso). Curitiba: IAP /SEMA, 2004.

_____. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista.** Campinas, n.4, 1997. p.140-161. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Foladori.pdf>. Acesso em: jul. 2008.

_____. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.

_____. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n.12, 2001a. p.105-117. Disponível em:
<<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/05folad.pdf>>. Acesso em jun.2008.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no

terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade da Educação**. Vol. 24, n.1, São Paulo: jan/jun 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-5551998000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: out. 2007.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da destruição. **O comuneiro** (Revista eletrônica). n.4, mar. 2007. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr4_01_artigos_JOHN_BELLAMY.html>. Acesso em: jun.2008.

GADOTTI, Moacir. **Educação ambiental na educação básica**. V Telecongresso internacional de educação: educação, competitividade e desenvolvimento. São Paulo: SESI, out. 2007. Disponível em:< <http://wwwtelecongresso.sesi.org.br/>>. Acesso: out. 2007.

_____. **A carta da terra no Brasil**: um breve balanço. Acesso em Nov. 2009. Disponível em: www.cartadaterra.com.br/doc/CT%20no%20Brasil.doc.

GODOY, Amália Maria Goldberg. A primavera silenciosa. Postagem em 29 de março de 2009. **Economia e Meio Ambiente** (blog). Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/search/label/documentos%20meio%20ambiente>>. Acesso em: abril 2009.

_____. Relatório Brundtland. Postagem em 24 de agosto de 2008. **Economia e Meio Ambiente** (blog). Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/search/label/documentos%20meio%20ambiente>>. Acesso em: abril 2009.

GREENPEACE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/>>. Acesso em: set. 2008.

_____. **Bhopal, Índia**: o pior desastre químico da história. Acesso em set. 2009. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf.

HERRERA, Rémy. Os efeitos do “embargo” dos EUA contra Cuba e as razões para a necessidade urgente de levantá-lo. **Resistir**. 17 jul. 2003. Disponível em: <http://resistir.info/cuba/herrera_embargo_portugues.html>. Acesso em: ago. 2009.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: breve século XX: 1914-1991. 2.ed. Tradução de Marco Santarita. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n.55, novembro, 2001. p.30-41.

IUCN. **About IUCN** (International Union for Conservation of Nature). Disponível em: <<http://www.iucn.org/es/index.cfm>>. Acesso em: set. 2008.

LAUGLO, Jon. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. Tradução Dagmar Zibas. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.100, março, 2007. p.11-36.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.151-178.

LEMES, André. **Da ecologia social à educação ambiental**: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin. 177f. Universidade Federal do Rio Grande. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Orientador: Dr. José Vicente de Freitas. Rio Grande, 2007.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. 3.ed. São Paulo: Global, 1985.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil**: emergência, identidades, desafios. Tese de doutorado. Orientador: Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues. Universidade Estadual de Campinas. 207f. Campinas, fevereiro, 2005.

LINHA ABERTA. **O que é o FMI**. Disponível em: <www.cefetsp.br/edu/eso/oquefmi.html>. Acesso em: out. 2007.

MANSUR, Vinicius. Movimentos cobram programa anticapitalista para sair da crise. 30/01/2009. **Brasil de Fato**. Disponível em:

<<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/movimentos-cobram-programa-anticapitalista-para-sair-da-crise/?searchterm=integração%20alca>>. Acesso em: ago. 2009.

MARTINEZ, Osvaldo. Alca: projeto para recolonizar a América Latina. In: CAMPANHA Nacional contra a Alca (org.). **Soberania sim, Alca não!** Análises e documentos. Expressão Popular, 2002. p.73-86.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Alves. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MEADOWS, Donella. **Limites do Crescimento**. Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Acesso em Nov. de 2008. Disponível em: http://resistir.info/meszaros/meszaros_nov08_p.html.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: De onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

ONU. **Abc das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, maio 2009.

_____. **Conheça a ONU**: História. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/sistema_onu.php>. Acesso em: out. 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política educacional como política

social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Acesso em out. 2008. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>.

ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007. p.163-184.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz; EPSJV, 2006. p.67-107.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. p.15-38.

PINHEIRO, Sebastião; NASR, Nasser Yossef; LUZ, Dioclécio. **A agricultura Ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: edição dos autores, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Varlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PNUD. **O Pnud e seus objetivos**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>>. Acesso em: maio 2009.

PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente mundial – GEO 3**. PNUMA, 2002.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/agencias_pnuma.php>. Acesso em mar. 2009.

PRADO, Eleutério F. S. A ortodoxia neoclássica. **Estudos avançados** [online]. 2001, vol.15, n.41, pp. 9-20. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a03.pdf>> Acesso em Nov. 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria M.; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O cenário educacional Latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000. p.63-94.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Maristela Panceri dos. **Políticas públicas e práticas pedagógicas na escola: a educação ambiental no Ensino Fundamental e Médio em Tangará (SC)**. 163f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Orientador: Joviles Vitório Trevisol. Joaçaba, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Os deficientes cívicos**. 1999. Acesso em abril de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124b.htm>

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus efeitos sociais. In: OLIVEIRA, R. de C. (org.). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p.149-173.

SHIVA, Vandana. A natureza nos salvará (Entrevista). **Jornal La Repubblica**. 12 de maio de 2009. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/05/15/a-natureza-nos-salvara-afirma-vandana-shiva/>. Acesso em: ago. 2009.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: investigando sobre sua natureza e suas causas**. Vol.1. Tradução de Luiz João Baraúna. Apresentação de Winston Fritsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas).

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003,

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**: A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Mercosul, 1991.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**. Adotada em Londres, em 16 de novembro de 1945. UNESCO, 2002.

_____. **Marco estratégico para a Unesco no Brasil**. UNESCO: Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544POR.pdf>>. Acesso em: abr. 2009.

_____. **Organização - sobre a UNESCO**. Disponível em:< www.unesco.org.br>. Acesso em: out. 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional**. 2.ed. rev. amp. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

WHITAKER, Francisco. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. **Correio da Cidadania**, dez. 2000. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por>. Acesso em ago. 2009.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n.1, jan-mar,1992. p.43-49.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti) capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, n.17, 2003. p.37-60. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-A-wood.pdf>>. Acesso em mar. 2008.

WWF. **World Wildlife Fund: Who We Are – History**. Disponível em: <<http://www.worldwildlife.org/who/History/item353.html>>. Acesso em: out. 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)